



ano 2023

vol. 01

n. 01



pedagogia da

AN  
CES  
TRA  
LI  
DA  
DE



**UFRJ**  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO





**Concepção**

Primeira turma do curso de extensão "Pedagogia da Ancestralidade"

**Produção e edição**

Roberta Tomaz Cendon Gil

Carlos Alexandre Rodrigues Pereira

**Revisão**

Primeira turma do curso de extensão "Pedagogia da Ancestralidade"

**Realização e publicação**

Coletyva Pyndorama

Rua Angelita lt 07 Qd 19, Campos Elysios, Duque de Caxias.

CEP 25223-590

**Promoção**

Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social - NIDES

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

**Capa e contracapa**

Arte "música e dança", por Beatriz Matos Teixeira

Revista produzida e editada no Canva Pro

**Classificação da Informação**

As informações contidas neste documento são direcionadas para fins educativos. Direitos autorais cedidos pelos autores à Coletyva Pyndorama. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Contato: [coletyvapyndorama@gmail.com](mailto:coletyvapyndorama@gmail.com)

Rio de Janeiro, abril de 2023

pedagogia da

ANCESTRALIDADE

VOLUME 01, NÚMERO 01, ANO 2023



# sobre o NIDES

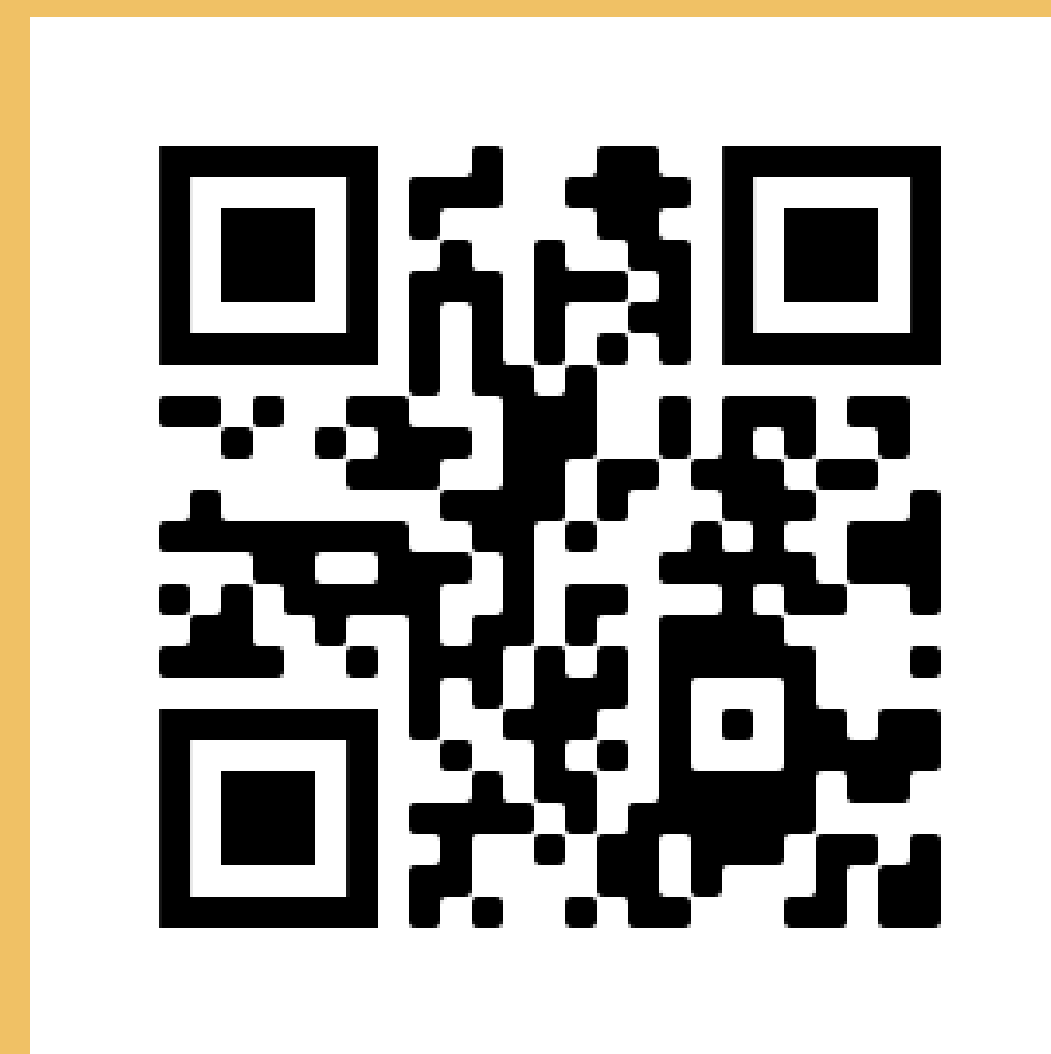
NIDES é o Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, um órgão suplementar do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi criado em 2013 a partir da experiência de diferentes grupos já existentes na UFRJ dedicados ao tema Tecnologia e Desenvolvimento Social.

O NIDES tem como objetivos: realizar pesquisas e desenvolver soluções e tecnologias, de forma integradora e interdisciplinar, para problemas complexos que afetam setores sociais com interesses diversos e com capacidades de atuação desiguais; assessorar movimentos sociais e poder público no intuito de construção de Políticas Públicas; formar professores para o ensino técnico na perspectiva politécnica; desenvolver projetos de extensão em municípios do estado do Rio de Janeiro, contribuindo com a estratégia de interiorização da UFRJ e de incorporação à pauta acadêmica científico-tecnológica de temas de interesse da sociedade; contribuir para a popularização da ciência e da tecnologia; participar no ensino da graduação e pós-graduação na perspectiva sociotécnica; articular, a partir do Centro de Tecnologia a contribuição acadêmica interdisciplinar da UFRJ no fortalecimento da vinculação institucional aos interesses da sociedade civil.

O Núcleo é composto por programas e projetos que fundamentam suas ações de extensão, pesquisa e ensino nos princípios da solidariedade, alteridade, cidadania, transparência, do respeito à diversidade cultural e ao meio ambiente.

São diversos os projetos de extensão e pesquisa em andamento, que inspiram e se conectam com as diferentes ações de ensino, entre as quais destacamos as disciplinas para graduação, abertas a estudantes de quaisquer cursos como disciplinas livres, e o Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, que oferece o mestrado profissional na perspectiva interdisciplinar.

Para saber mais sobre o Nides, acesse: <https://nides.ufrj.br/> ou escaneie o código QR abaixo



# sobre a

# COLETYVA PYNDORAMA

A Coletyva Pyndorama foi criada em 2020 devido à dificuldade de formalizar e conseguir apoios para a realização de ações educativas e de pesquisa na temática das ciências, tecnologias e culturas africanas, indígenas e diaspóricas dentro da UFRJ.

Inicialmente foi proposta como um programa institucional, mas depois ganhou a identidade de coletivo independente, livre e popular, com o intuito de incentivar e defender ações sobre as temáticas de interesse dentro e fora da universidade.

Mais tarde, ganhou a identidade de Coletyva, em honra ao berço civilizatório matriarcal que orienta o pensamento e a organização social na África negra, conforme defendeu Cheik Anta Diop.

A grafia é com Y, que na tradição de algumas línguas indígenas como o Tupy-Guarany, é vogal sagrada. Sua utilização na escrita em português expressa o manifesto, uma demarcação indígena na língua do colonizador, conforme defende o artista indígena potiguara João Nyn.

Para saber mais e apoiar a Coletyva, acesse: <https://www.coletyvapyndorama.com/> ou escaneie o código QR abaixo:





# SUMÁRIO

A ancestralidade afro-pindorâmica na escola: uma pedagogia em construção .....	6
<i>por Flávia Natércia da Silva Medeiros</i>	
O que é ancestralidade .....	13
<i>por Potyra Krykati Guajajara</i>	
Nosso começo: a chegada, a acolhida e o afetar-se pelo outro – quem somos nós .....	20
Ubuntu – eu existo a partir de outras múltiplas existências .....	24
Ancestralidade viva .....	26
Oralidade .....	34
<i>por Carlos Pereira</i>	
Nossas antepassadas, nossa linhagem e nossa memória .....	43
Memórias .....	44
<i>por Urutau Guajajara</i>	
Pele de Frango Frita .....	56
<i>por Glábia Soraia Andrade Silva</i>	
Meus antepassados .....	58
<i>por Cláudia Maria Miranda Lima</i>	
Nossas Famílias e Nossas antepassadas .....	64
Ligação com a terra e a formação dos territórios .....	72
<i>por Carlos Pereira</i>	
Nossos territórios .....	82
Sobre a revista .....	96
Autorias neste primeiro número .....	98
Nossos agradecimentos .....	100





# A ancestralidade afro-pindorâmica na escola: Uma pedagogia em construção

por Flávia Natércia da Silva Medeiros



Colagem "Literatura", por Leania Marinho de Aguiar

741. A luz negra como outra possibilidade de ler o mundo como conhecemos. A luz negra postulada na forma generativa, um conhecimento que demanda outras ferramentas para ser apreendido. A luminosidade da luz negra revela o que está oculto, transparente em conformidade com a norma. Trazer esse pensamento nos tempos de hoje é um exercício de experimentação sobre o fazer futuro e o mundo; uma experimentação implicada nos rastros para a ancestralidade.

Jota Mombaça e Musa Micheli Mattiuzzi (2019)

Eu aconteço, artisticamente falando, acredito, dentro de um processo que nos convida a pensar criticamente a decolonização, a apropriação cultural, o cristianismo, o monoteísmo, a monocultura e todos os dilemas do existir globalizado. Ou não?

Jaider Esbell (2018)

Ainda é grande a quantidade de pessoas que, no Brasil, crescem sem ter mais que uma vaga ideia das culturas, das histórias, dos costumes e dos saberes daqueles que já viviam ou passaram a viver no país após a chegada dos colonizadores europeus. Tudo se passa como se somente com a chegada deles tivesse início a história dos povos que por eles foram subjugados, subordinados, explorados, estuprados, torturados, assassinados. Ou morreram de doenças. Ou sucumbiram à travessia do Atlântico em condições extremamente precárias. Esse desconhecimento contribui de forma decisiva para a forma como são encaradas e tratadas as pessoas negras e indígenas.

Porém, apesar de toda a violência sofrida no passado e persistente no presente, resistimos tanto nós, descendentes de pessoas africanas, quanto os povos originários, ditos pindorâmicos em referência ao período pré-cabralino de nossa história. Continuamos a praticar nossos ritos, preservamos nossos costumes e nossos saberes, ainda que nos tenha sido reservada a margem. É preciso, portanto, recontar a história do Brasil. É preciso resgatar a riqueza das culturas que a construíram para restabelecer conexões com os saberes ancestrais e promover a elevação da autoestima daqueles que, na condição de subalternos, tradicionalmente não podiam falar (Spivak, 2014).

É preciso produzir brechas ou fissuras no monolítico saber dominante ou hegemônico. É preciso atentar contra a colonização do pensamento e do conhecimento, produzir contranarrativas, destruir o eurocentrismo. “303. Destruição como performance generativa de uma leitura abolicionista para o mundo” (Mombaça; Mattiuzzi, 2019). “005. “A face radical da negritude reside na torção do pensamento - ou seja, ao saber e estudar, a negritude anuncia o fim do mundo como conhecemos.” Denise Ferreira da Silva” (Mombaça; Mattiuzzi, 2019). Podemos considerar que essa face radical também é pindorâmica.

## Na lei e na raça

Mas foi somente em 2003 que, atendendo a uma reivindicação antiga dos movimentos negros, foi promulgada a Lei 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e tornou obrigatório o ensino das histórias e das culturas africanas e afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio do Brasil. Cinco anos mais tarde, em 2008, foi promulgada a Lei 11.645, modificando a anterior para instituir a obrigatoriedade do ensino da história e das culturas indígenas além das africanas e da afro-brasileira. Entretanto, apesar do caráter obrigatório determinado pela legislação, o cumprimento dessa determinação na prática ainda esbarra em uma série de obstáculos, como a formação da/os docentes e o material disponibilizado tanto para professora/es quanto para estudantes.

A escola continua sendo basicamente excludente e conservadora, fundamentada em um modelo branco de currículo que folcloriza e exotiza elementos das culturas não brancas. E a formação de professoras e professores falha em proporcionar aos futuros profissionais conhecimento amplo e atualizado sobre nossas temáticas e nossas questões. No entanto, o ensino constitui uma das principais ferramentas para enfrentar o preconceito, a discriminação e a exclusão que nos atingem como afropindorâmicos.

Com o intuito de fornecer bases para uma educação que não somente cumpra a lei, como também contribua para a promoção de mudanças necessárias e urgentes na sociedade brasileira, foi ministrado o curso “Pedagogia da ancestralidade”, uma pedagogia que se refere aos processos educativos da ancestralidade negra e indígena, cujas bases são a vivência comunitária e o modo de vida integrado à filosofia do bem viver. O curso foi realizado remotamente ao longo de 12 semanas a partir de abril de 2022.

Como ponto de partida para as discussões que foram estimuladas e alimentadas em seu âmbito, foram elaborados textos sobre os temas: oralidade, roda, símbolos e grafismos, arte, jogos, literatura e ervas e folhas. Trata-se de conhecimentos que pouco ou nada foram sistematizados com a finalidade almejada, encontrando-se dispersos por dissertações, teses, artigos, capítulos de livros, livros. Trata-se de uma pedagogia em construção.



No texto sobre oralidade, considera-se que, no lugar de ser uma etapa a ser superada, a oralidade constitui um dos valores civilizatórios das pessoas negras e indígenas: é a principal via para a construção e a difusão de conhecimentos, bem como a organização comunitária, mas também representa muito mais que isso. A palavra tem força, é sagrada, carrega axé. Para além da comunicação oral, a oralidade é uma modalidade de discurso que envolve, afora o uso da palavra, o uso do som, do espaço, do corpo, dos símbolos e do encantamento.

Por meio da oralidade se transmitem valores tanto sociais quanto civilizatórios das comunidades negras e indígenas, como é o caso da roda. Nas comunidades tradicionais, a oralidade se preserva como um verdadeiro modo de vida totalmente conectado com a ancestralidade, o que se constata nas relações comunitárias, na mediação de conflitos, nos rituais, na educação e nos processos de aprendizagem. E, mesmo nas sociedades afetadas pela escrita, o que se transmite oralmente de geração em geração – e envolve desde provérbios e ditos populares até conhecimentos, saberes e tecnologias – tem relevância cultural até hoje. Mas a relevância da oralidade não impede que nos apropriemos da escrita, praticando a escrevivência, conceito de Conceição Evaristo que designa a escrita que brota do cotidiano, da memória e das experiências da autora e do povo preto – conceito que podemos estender aos povos pindorâmicos.

Outro valor civilizatório afro-pindorâmico é a roda, tema do segundo texto. Círculos que se formam em torno da contação de histórias, do contato com o sagrado, do encontro com as raízes ancestrais, da brincadeira, do lazer. Ciranda, saia rodada, cantiga de roda, roda de batuque, roda de coco, samba de roda, roda de jongo, roda de capoeira, xirê (*Sirê*), pajelança. Em roda se interage, se congrega, se acolhe, se confraterniza, se troca, se joga, se toca, se canta, se dança, se cria, se trabalha, se rememora, se celebra, se reconhece e também se aprende, ao pé de uma grande árvore, na praça pública, na rua, no terreiro, no quintal, na roça, na escola. Damos aos nossos ouvidos a chance de ouvir aquilo que ainda não ouviram [1]. Todos se veem, todos fazem parte, o que requer nossa presença no sentido mais pleno do termo.

A roda é viva e dinâmica e propõe um tempo cíclico, mítico, não linear. Ela contribui para a manutenção de tradições, ao mesmo tempo em que não cessa de se reinventar. Abre-se como um convite ao movimento, à ação, à participação. Fecha-se num movimento de inclusão e pertencimento: a roda é imanência, sem um “fora”, sem transcendência. Entre nós, afro-ameríndios, essa circularidade assume um caráter político de resistência e pode contribuir para decolonizar a construção de nossa cidadania. Para Nogueira (2019), a roda é uma tática que coloca perspectivas diversas para o debate intelectual e que reconhece que o consenso é uma impossibilidade. Desse modo, o diálogo em torno das várias abordagens não tem como objetivo atingir um consenso: “A roda é a possibilidade de assumir que os interesses são diversos e que o embate não cessa pelo alcance de uma razão universal que diferencie o ‘verdadeiro’ do ‘falso’” (Nogueira, 2019, p. 46).

Em seguida, tratamos dos símbolos e grafismos. Entre os povos pindorâmicos, pinturas, grafismos, símbolos e marcas são muito presentes e contribuem tanto para sua identificação cultural quanto para sua resistência política. Segundo o indígena Xavante com ascendência guarani Nhandeva Cristian Wariu Tseremey wa, alguns são sagrados. Outros distinguem clãs ou povos inteiros em relação aos outros. Outros, ainda, servem para proteger o corpo, que figura entre os principais suportes para esses signos. Por meio dos grafismos, diversas etnias têm procurado manter ou resgatar elementos fundamentais de suas próprias culturas e suas identidades. Cada um pode e deve ser compreendido em seu próprio contexto, dentro da tradição na qual se insere.





Também abordamos as escritas africanas e os Adinkra. Fazendo assim, nós contribuimos para que esses povos sejam conhecidos, respeitados e valorizados. E podemos contribuir para a formação de gerações cujo futuro se construa levando em consideração todo o legado deixado por nossos antepassados. No texto sobre arte, abordamos o fato de diversas formas de arte estarem presentes em nossas culturas afro-ameríndias, algumas delas desde os tempos pré-cabralinos. Na criação de tecidos, cerâmicas, cestas, gamelas, bancos, diademas, cocares e outros objetos, ritualísticos ou cotidianos, nossos ancestrais se expressavam artisticamente e nos legaram as formas tradicionais de arte. Dentre elas, encontram-se os grafismos e as pinturas corporais, abordados em um texto específico, conforme já mencionado.

E, embora nossa presença na produção audiovisual tenha sido tradicionalmente marginalizada e tornada invisível, hoje já é possível encontrar uma ampla, ainda que pouco conhecida, produção de artistas afro-pindorâmicos. A obra de artistas como Rosana Paulino, Denilson Baniwa e Jaider Esbell, por exemplo, alcançaram grande visibilidade no Brasil e no mundo. A produção desses artistas explicita os sentidos políticos da arte, que é capaz de questionar, criticar e subverter a ordem vigente, além de afirmar a existência e potencializar a resistência daqueles e daquelas que tradicionalmente foram excluídos ou mantidos à margem da sociedade brasileira.

No que concerne à literatura, temos de considerar que ela influencia a formação de nossas identidades e de nosso sentimento de pertencimento, bem como a expressão de nossas subjetividades. Por isso, o que circula pela sociedade com esse rótulo pode ganhar uma relevância que extrapola os círculos literários e afetar a dimensão coletiva da vida. Faz-se relevante examinar como nós, povos afro-pindorâmicos, fomos e somos retratados na literatura brasileira e como nos afirmamos como autora/es de textos e livros em uma sociedade estruturada sobre o racismo.

No Brasil, como personagens da literatura escrita por brancos, tanto negra/os quanto indígenas foram relegados em geral a papéis secundários, silenciados ou apagados. Mas, a partir do final do século XX, têm se multiplicado iniciativas e editoras voltadas à publicação de autora/es afro-pindorâmica/os, preenchendo aos poucos uma imensa lacuna no mercado editorial. É o caso da Padê Editorial, da Editora Malê e da Kitembo Edições Literárias do Futuro. Mais de 40 etnias pindorâmicas já publicaram textos na forma de livros e cartilhas (Franca; Silveira, 2014). E a pressão por visibilidade e representatividade negra e indígena tem se refletido nas políticas de edição e contratação das grandes editoras, que têm sido obrigadas a ampliar o “cardápio” oferecido a seus consumidores. Isso não significa, porém, que tenhamos vencido a luta contra a desigualdade nesse setor da economia e da cultura. Resta ainda muito a ser conquistado.

Para mudar a forma como as relações étnico-raciais são trabalhadas nas instituições de ensino, pode-se também incorporar aos métodos usados para ensinar jogos ancestrais indígenas, africanos e negro-brasileiros. Brincando se aprende e muito. Brincadeiras e jogos acompanham a existência da humanidade e da vida em sociedade. E a brincadeira pode servir como ponto de partida para a abordagem de nossas culturas e nossos valores ancestrais.

Cabe ainda considerar que parte do nosso conhecimento ancestral afro-pindorâmico está inscrito em folhas e ervas, usadas com diversas finalidades. Por meio delas se mantêm nossos valores, nossas visões de mundo e nossas religiões. Nossos saberes antigos seguem vivos nos ramos batidos ou no fumo soprado em pessoas ou objetos para afastar más energias. Partes das plantas como as folhas são queimadas em rituais de defumação ou passam por processos de infusão, decocção ou maceração. Banhos, chás e tinturas são preparados.

Pajés, xamãs, feiticeira/os, pais e mães de santo, curandeira/os, benzedeira/os, todes utilizam esses saberes ancestrais em benefício dos membros das comunidades em que vivem. Além das ervas e das folhas, tubérculos, raízes, cascas, cipós, flores, sementes e frutos podem igualmente fazer parte de “receitas” litúrgicas, xamânicas ou quotidianas para cuidar da saúde e do equilíbrio físico ou espiritual.

### Múltiplas fontes e possibilidades

Todos os textos foram escritos com linguagem acessível, evitando tecnicismos e desnecessários rebuscamentos, e remetem a vídeos, textos, imagens e exposições virtuais, que proporcionam um aprofundamento dos assuntos abordados. Embora haja grande quantidade de informações disponíveis na rede, a temática abordada, que não se encontra sistematizada em nenhum lugar e se nutre de abordagens recentes, requer que se recorra a múltiplas fontes na elaboração de cada texto. Foram buscadas fontes negras e indígenas sempre que possível a fim de escurecer e decolonizar a produção.

Com isso, as singularidades presentes no corpo discente podem ser preservadas, ao mesmo tempo em que um resultado maior que a soma das partes pode ser alcançado por meio do processo de ensino/aprendizagem. “55. Aqui nesse momento desarmamos o nosso corpo coletivo, e como máquina de guerra, nós aqui desistimos das memórias trágicas. Olhamos para frente e continuamos um futuro onde possamos recriar nossa existência” (Mombaça; Mattiuzzi, 2019).

### Referências bibliográficas

- ESBELL, Jaider. Makunaima, o meu avô em mim! **Iluminuras**, vol. 19, n. 46, p. 11-39, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/85241/49065>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabella R. (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- FRANCA, Aline; SILVEIRA, Náira C. A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira. **TransInformação**, Campinas, vol. 26, n. 1, p. 67-76, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/Sw9dF3yQ43JZRZgR7mktWQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- HAMPATÉ B , Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 167-212.
- MOMBAÇA, Jota; MATTIUZZI, Musa M. Carta à leitora preta do fim dos tempos. In: FERREIRA, Denise F. **A dívida impagável**. São Paulo: Casa do Povo, 2019. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/wp-content/uploads/2020/01/a-divida-impagavel.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2022.
- NOGUERA, Renato. Entre a linha e a roda: geopolítica, infâncias e educação das relações étnico-raciais. In: SESC, Departamento Nacional. **Cultura afro-brasileira e africana no Sesc: possibilidades e desafios**. Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2019.
- SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

[1] Essa afirmação se baseia em um dito popular africano que se refere ao caráter vitalício do aprendizado, apresentado por Hampaté Bâ (2010, p. 200): “‘Todos os dias’, costuma-se dizer, ‘o ouvido ouve aquilo que ainda não ouviu’”.





"Sem título", por Guerra Tapuío.

"Esta é uma obra que começa a minha nova coleção tratando da questão indígena e como o indígena que teve que se adaptar a diversas violências de epistemiocídio. A coleção está em processo de construção".

folha A4  
impressão  
xilogravura.  
2023

# O que é

por Potyra Krykati Guajajara [2]

# ANCESTRALIDADE

*Zane Ku'em, eu sou Potyra Guajajara,*

e é importante eu estar neste momento de falar um pouco sobre ancestralidade. É bem profundo isso, porque traz os mais velhos e a história dos mais velhos também, que trazem pra gente toda a história da ancestralidade. Fala sobre a gente, fala sobre os mais velhos, fala sobre os jovens, fala sobre as crianças, fala sobre a parteira, fala sobre o pajé, tudo isso é da nossa ancestralidade, né?

Estou desde 2006 aqui na Aldeia Marakana, na luta, e a nossa defesa ainda é por nossa cultura, que é diversa, e também a gente fala um pouco das plantas medicinais, que é muito importante a gente não esquecer que a ancestralidade também faz parte da terra, faz parte da planta que a gente colhe, que a gente come. Que as plantas medicinais é o que cura, que faz toda cura da gente. Antes não existia farmácia, então a gente era curado através das plantas. E as plantas é que, até hoje, pra mim, pros mais velhos *tamui*, pros caciques, pras benzedoras, é o que ainda existe, mesmo com o apagamento da nossa memória. E aí, essa ancestralidade das plantas, quando eu falo, é isso, a gente sempre quando fala de ancestralidade, a gente fala do espaço, também, que a gente vive, que é muito espiritual. É um espaço que é importante pra nós todos, não só pra nós indígenas, é a nossa história que está aqui viva.

2 Esta é a transcrição da fala de Potyra Guajajara em um encontro feito na Aldeia Marakanã, no dia 21 de março de 2023, pela manhã.

Foto: Potyra na Aldeia Marakana, em suas atividades de cuidados das plantas e produção de medicinas





Mesmo querendo apagar nossa memória, nós já temos filhos, filhos nascidos aqui. Muitas crianças. São mais de 14 crianças e essa ancestralidade faz parte disso. A criança também é uma ancestralidade que vem, que diz “eu sou daqui, eu nunca saí daqui”. Então, mesmo a gente indo, porque a gente não vai ficar pra sempre, a minha filha e as outras crianças que nasceram, elas nasceram aqui, então a ancestralidade deles está aqui no local, nunca saiu daqui. E aí não tem como a pessoa dizer “vai! volta pra floresta!” que é a Amazônia. A Amazônia é aqui, também. Então a nossa ancestralidade está aqui. E é o tempo todo dizendo que a gente não está onde a gente está. Mas a ancestralidade da gente traz a gente. Não é à toa que eu estou aqui. Eu não sei porque eu vim, não sei porque eu tô aqui, só sei que é espiritual. Então é minha ancestralidade. Ancestralidade é muito importante. É de defesa do local.

Eu passei por SESAC, que é a primeira resistência indígena, que é no Alemão, na subida do Alemão, e aí eu falei: aqui tem uma história. A ancestralidade está por aqui. O nome das ruas nas comunidades, tinha a ver. A primeira rua pra subir pro final do Alemão é Maracá. Olha só! E aí as pessoas chegavam e perguntavam: por que essa rua é Maracá? Vocês botaram o nome na rua? Não. É porque nossos ancestrais já passaram por ali, né? Então a rua Maracá não é à toa. Os ancestrais já estiveram naquele local. Então, por isso, tinha uma defesa que a gente não entendia, que não entende, mas traz a gente até o local. Que é mais forte que a gente.

Meu tio é um pajé, e aí quando eu cheguei, ele falou assim “você tem uma missão”. E eu falei: ‘missão?, o que é isso, missão?’ Eu não entendia. Mas a missão é estar aqui. A ancestralidade tá cuidando do local, tá preservando onde precisa. E são vários grupos aqui.

O Zé, o Urutau, quando ele estava na árvore [3] não era o Urutau, era Cauieré. Cauieré é uma ancestralidade que já foi, assassinado, mas ele entra no corpo, porque ele salva vidas. Ele pode salvar, que ninguém vê. Isso é mais forte do que a gente, porque quando a gente passa por várias coisas que não veem a gente, a ancestralidade está em cima da gente, está cuidando.

Eu acredito que muitas coisas eu passei e não aconteceu nada tão grave porque a gente tem essa ancestralidade muito forte do local, dos avós, dos tataravós, que são indígenas, e que nunca vão sair da gente. Então eles cuidam da gente, mesmo eles não estando aqui, mas eles estão pelos pássaros, pelas árvores.. Tudo que habita na floresta são eles que estão lá cuidando. São as borboletas, são as árvores que se movem, a água que cura, que se bebe. É muito importante a gente cuidar da floresta, cuidar do rio, cuidar da terra, pois são a nossa cura.

O respeito um com o outro eu acho importante também. Pra você respeitar a cultura do outro, a gente tem que conhecer e quando você não conhece você não respeita, então a gente gostaria muito que respeitassem a nossa cultura, porque a gente respeita a dos outros. A gente nunca vai fazer uma oca em cima de um cemitério de não indígenas, porque a gente respeita. Mas fazemos em cima do nosso, dos nossos ancestrais.

Essa luta nunca parou, de a ancestralidade dizer “você tendo um lugar, vocês precisam lutar por isso”. E a luta continua por isso. Porque a gente tem que estar livre. Livre nas florestas, livre na terra, livre no ar que respiramos. Acho que todos tinham que ter essa noção de que a natureza, o ar, tudo que respira, a gente tem que estar defendendo tudo isso. Toda floresta, esse ar, toda essa terra, que não pode estar afetando tudo e fazendo prédio em todos os lugares. Já destruíram tantos rios, tantas cachoeiras... é tudo da gente, né?

A gente só fica com a vitalidade bem se a gente tem tudo isso bem. Porque tem muita gente doente hoje, eu vejo várias doenças tanto de fora quanto de dentro, porque estão destruindo a floresta, destruindo o rio, destruindo a terra. Como aqui na aldeia Marakana: tiraram toda floresta, rio ao redor, e fizeram tudo asfalto, prédio. Mas podia ter reserva. Tem um pouco ali, mas daqui a pouco, daqui a vinte anos, o que que vai acontecer com essa floresta ali, do lado ali, que é a Quinta Boa Vista? Eles estão pretendendo uma outra coisa fazer. Então, nós temos de estar aqui preservando esse nosso ar, que é nosso. E o rio também.

[3] Essa passagem se refere a 2013, no dia em que foi realizada a violenta ação de remoção dos indígenas da aldeia Marakana, muito em função dos megaeventos que seriam realizados na cidade do Rio de Janeiro (copa e olimpíadas). Os indígenas resistiram enquanto puderam e o cacique Urutau Guajajara subiu em uma das árvores e lá ficou por muito tempo, até ser retirado à força de lá. Depois da remoção, as ocas foram derrubadas, as plantações destruídas, árvores cortadas e um estacionamento foi construído no local. A área foi retomada pelos indígenas em 2016 e lá está até hoje. Desde a retomada, muitas e novas dificuldades têm sido enfrentadas: a vigilância do Estado, a manta de asfalto que cobriu toda a área da Aldeia, a falta de água e de energia elétrica, foram e são, ainda, alguns exemplos.

O meu pai é Krykati, minha mãe é Guajajara. Eu e minha mãe fomos morar com os Krykati, na época a gente não poderia morar tudo junto, que são línguas diferentes. A minha vó, da parte de pai, ela fazia uma pescaria uma vez por ano. Então ela preservava toda aquela lagoa, que se enchia pela água do rio que entrava pra dentro da lagoa. E aí vinham os peixes, vinha tudo, só que tinha a vez no ano certinha pra pescar. E aí juntava todo mundo da comunidade pra fazer aquela pescaria. Então é uma tradição da minha vó. Então ninguém podia pescar de noite nessa lagoa, nem de dia, nem escondido, que ela ficava tomando conta dessa lagoa pra gente pescar todo mundo junto. Aí os peixes estavam grandes e a gente fazia uma grande festa. Todo mundo pescava. Todo mundo comia ali. E essa pescaria, depois que ela foi, acabou.

Meu pai continuou a pescaria, só que aí ele foi também, e aí ficamos sem essa pescaria. Assim vai acabando algumas coisas que você tem, que são tão importantes pra nós indígenas. Essa brincadeira era uma tradição mesmo, daquele local, daquele momento. E a ancestralidade estava ali, ela contava as histórias dos encantados que não deixavam mexer com a água, com o rio, porque eles iam fazer alguma coisa. Então todo mundo respeitava, entendeu? E é isso, os encantados daquele local, os encantados do rio, encantados da lagoa. Existia essa lagoa que a minha avó preservava e que hoje não existe mais. Ela se foi e quebrou o encanto. Quando ela se foi, meu pai continuou, só que, logo em seguida, não demorou muito ele se foi também e aí acabou o encanto da lagoa. Essa lagoa enchia de peixe, era muito peixe! Era muita história pra toda comunidade. E a lagoa secou. Todos os encantados ali faziam parte daquela lagoa.

As pessoas iam, mas não conseguiam pescar escondido, porque viam os encantados e corriam, saíam correndo! Eram umas histórias assim, muito bonitas, da lagoa, que acabou depois que o meu pai se foi, porque ninguém manteve os encantados ali naquele local. Não respeitaram, aí os encantados saíram, entendeu? Meus irmãos ficaram lá, mas é muito difícil quando os mais velhos se vão, pra outros respeitarem. Os mais velhos se foram, minha avó e meu pai, que cuidavam daquele local e meus irmãos ainda eram jovens. Ao redor da aldeia começaram a usar a terra pra criação de boi e capim. Destruíram cocais, cipozais que existiam ao redor da aldeia e os rios e igarapés também.

E isso tudo é ancestralidade que a gente fazia. Passeios no rio, passeios nos igarapés, passeios na lagoa... Vem a destruição e acaba com isso. Acaba com as árvores, acaba com o cipozal, acaba com a unha de gato. É unha de gato justamente porque era fechado, entendeu? Aí foi tudo cortado, os cocais, o coco babaçu que é de onde vem o azeite, de onde vem o óleo, onde vem o leite. Então tudo é daquele local.



Esse aldeamento é banhado por dois grandes rios: o rio Itapecuru e o Rio-Mirim. Com a perda da grande protetora e com a perda do protetor, que é o segundo, ficou com os mais jovens, que não cuidaram tanto quanto os mais velhos cuidavam, porque os mais velhos tinham experiência maior sobre toda a proteção do local. Muita coisa mudou. Eu acho que a gente tem que cuidar, não só nós indígenas. Porque os encantados também cuidam do local. Eles fazem parte do local, são a cura do local. Por isso eu quero que exista esse local porque eles estão aqui também tomando conta. E a gente também tem que cuidar do local justamente pra eles ficarem bem, também cuidando.

Eles cuidam da gente, mas a gente também tem que cuidar. Os encantados só cuidam de quem tá cuidando do local. Tanto é que a gente já teve várias provas aqui, dos encantados. Eles não ficam com pessoas que não estão protegendo o local. Os encantados eles falam e eles dizem que se as pessoas estão protegendo o local, eles vão ficar. Os encantados do local são muitos. São os *tamui* que já se foram e falam muito mais forte porque eles tã nas plantas, eles tã nos pássaros, eles tã na terra, eles falam. Então quando você pega uma planta pra preparar um uma medicina, na verdade, tu tá pegando um encantado, um ancestral. E tem que pedir licença.

O meu pai era muito guerreiro, era muita luta. Temos ele vivo dentro da gente. Ele foi uma grande liderança. Meu pai morreu muito novo e aí vim morar com a minha mãe, a gente voltou de novo pros Guajajara. Tive dez irmãos e a gente mesmo teve que cuidar um do outro, a gente pescava, a gente cuidava, porque a minha mãe não dava conta, tinha muitos filhos pequenos. Até por isso que alguns tiveram que sair pra estudar, outros tiveram que sair pra trabalhar, mas assim, sempre unido, sempre junto. A minha aldeia é a Unha de Gato, que é no Maranhão. A cidade mais próxima é Pirapemas. A aldeia era bem distante da cidade. Vim conhecer a cidade bem, bem já grande. E aí a gente ficava muito dentro da aldeia mesmo, sem luz. A água era rio, muito rio, e hoje já está tudo destruído lá. É uma tristeza, tinha muita cachoeira e poços encantados e hoje também está destruído e assim, tudo que eu vivi quando era criança, hoje meus filhos, meus meus netos, no futuro, não vão viver isso que eu vivi, entendeu? Brincando no rio, atravessando no rio de um lado pra outro nas plantas, elas se cruzavam uma na outra.

A gente atravessava nelas, não precisava de barquinho, mas a gente fazia de brincadeira, barquinho de bambu, daquele bambu leve pra atravessar. Só que a gente atravessava nas plantas, porque era uma cruzada na outra, era um cipozal, que hoje não existe mais. Entendeu? Hoje cortaram tudo, hoje é fazenda, hoje é boi, essa coisa toda ao redor dos rios.

E aí destruíram o rio, o rio hoje não é mais o que era. Ele vinha pertinho da minha aldeia. Agora não chega mais perto. Tinha uns igarapés que enchiam e que a gente atravessava assim: cortava os paus e a gente atravessava nos igarapés. E hoje não existe mais. Então a pescaria muda, tudo muda. A gente lavava a roupa, aos domingos, ficava o dia todo pescando, pegando peixe, lavando roupa, comia mesmo na beira do rio. Levava farinha, a comida típica dos Guajajara é farinha e peixe assado, carne assada, essas coisas todas. Então, isso que eu vivi quando era criança, meus filhos, outras crianças que estão lá, não vivem mais, é diferente, entendeu? Tem a mandioca, tem a farinha, tem ainda muita fruta, mas por época. A farinha ainda continua porque eles fazem.

Quando eu vou pra lá eu vou pescar mas é diferente o rio, está muito sujo, está destruído. Mas aí tem a farinha que a gente ainda faz até hoje que é através da mandioca. Quando eu vou pra lá eu faço questão de fazer com eles, da mandioca. Eu era a melhor pescadeira. Eu ajudava muito a minha mãe, então eu pescava muito. Quando eu via ela triste, eu dizia assim: pode ficar aí que eu vou pescar e vou trazer já o peixe limpo e a senhora não vai ter trabalho de limpar só de fazer pras crianças. Eu tinha muitos sobrinhos também, da minha irmã, ela tinha quinze filhos, então assim, vivia com muita gente mesmo. E aqui eu continuo, não acho tão anormal porque minha família era muito grande; é ainda, mas alguns já casaram, outros já mudaram, outros estudaram e aí tem pouca gente, não tanta gente na aldeia mais.

Quando eu penso em tudo que já vivi, tudo que tu já presenciei fica o sentimento de tristeza, porque, assim, a gente está aqui pra lutar, mas a gente não consegue, é muita coisa. Lá a gente não quer essa destruição. Aqui também não. Então, assim, a gente não consegue sozinho, tem que ser muita gente mesmo lutando contra a destruição da floresta e do rio.

Meu desejo é que meus filhos, meus netos e outras crianças e outros *tamui*, não passem pelo que a gente passou. Meus avós foram mortos também. Então, assim, que a gente não continue com isso. Esse preconceito... nem digo que é preconceito, eu acho que é racismo também, tudo isso contra nós indígenas, e que é muito grande mas não é visto. A gente quer que acabe mas é difícil porque aonde você vai você vê que tem sempre alguém falando sobre nós ou pra nós. Isso é muito ruim. Essa visão até hoje, com tanta informação que tem, e aí as pessoas não tem noção do que eles estão falando e do quanto vai te ferir, entendeu? De dizer: “ah, você é sujo”, ou “eu não vou ficar perto de você porque você está com a mão suja” sendo que é sempre uma pintura e o jenipapo.

Grafismo da etnia Xikrin que representa o Jabuti (*Kapran*)



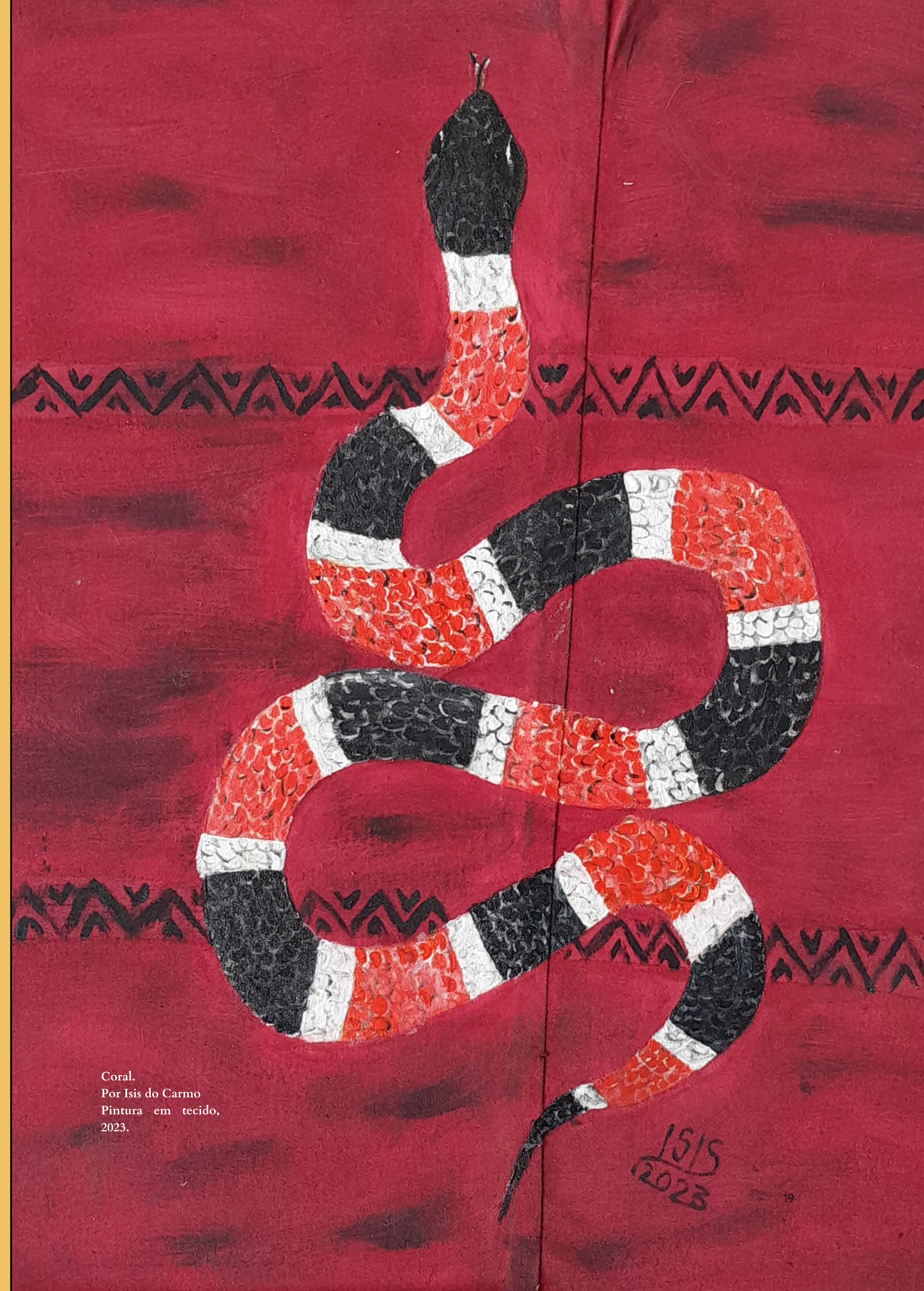
Isso é muito ruim pra gente, entendeu? E esse racismo sobre nós indígenas é muito difícil de passar sempre por ele. Então, o que eu gostaria que acontecesse era isso, que não houvesse racismo. Que melhorasse, com esse governo agora que está aí, e que meus filhos, meus netos e todas as crianças que estão aí não passem pelo que os meus avós, tataravós passaram e que eu passo até hoje.

A gente é um espaço do lado do Maracana [4] que não tem água. Quer dizer, agora a gente conseguiu um poço, mas não tem luz. Eu falei que eu vou fazer um livro só da água. A água dá um livro, né? A história da água depois a gente coloca. É muita história da água.

A gente tem muitos apoiadores, professores e alunos, mas ainda não somos vistos como temos que ser vistos. Aqui tem criança, tinha muito mais criança, mas, às vezes, as pessoas não conseguem ficar muito tempo aqui, mas aí a gente respeita porque os indígenas, eles vivem dentro da floresta com água, mas sem água não vive. Eles tiraram tudo isso da gente, por mais de quatro anos sem nenhuma água, nada aqui na aldeia e a gente conseguiu na resistência sobreviver, com várias outras etnias e a gente a frente disso. Mas não é fácil. A gente quer a mudança. Pra isso que a gente passa aqui, a gente quer mudança. E não é possível daqui mais dez anos, mais quinhentos anos de luta e as crianças não conseguem escola, a gente não conseguir botar o filho rápido na universidade. Tu passa por todo um processo: você é indígena, você não é, você é indígena, você não é. Então, assim, a gente passa por muito massacre, aí chega dentro da universidade, o meu filho, a minha filha e outros jovens que passaram por todo o massacre, ainda ouvir isso dentro da universidade, o que não deveriam ouvir, é muito ruim.

*Katu haw. Katu ahy.*

[4] O Estádio Maracanã, que fica no bairro de mesmo nome, ao lado da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) que, inclusive, foi construída em cima de onde era um cemitério indígena.



Coral.  
Por Isis do Carmo  
Pintura em tecido,  
2023.



Nosso começo:

A CHEGADA, A  
ACOLHIDA E O  
AFETAR-SE PELO  
OUTRO





# Quem nós somos

Começamos nosso curso com as apresentações de cada participante. Educar pelo afeto passa por se afetar pela história do outro, e isso começa conhecendo o nome e um pouco da história de cada pessoa. É difícil exercer afeto autêntico, profundo, onde não se conhece nada sobre quem está conosco, ou se conhece pouco dessas pessoas. Sendo assim, transcrevemos aqui algumas das apresentações compartilhadas pelo grupo, o que diz muito sobre quem nós somos.

Meu nome é Rayane, sou quilombola da comunidade quilombola de Igarapé Preto, município de Baião, Pará. Sou pedagoga e graduanda do curso de história. Busco a cada dia me encontrar enquanto ser que faz parte desse mundo. Vim buscar no curso aprendizado e contar um pouquinho da minha história. Estou em constante aprendizado.

Bom dia, sou Guerra Tapuio, estudante de Artes Visuais na UnB (Universidade de Brasília), sou multiartista, produzo visualidades no contexto decolonial e pretendo completar essa jornada de estudos para que eu possa com ginga e a metodologia do curso ser um arte-educador que possa entregar as devidas demandas de um futuro em que tenhamos liberdade e acesso merecido ao currículo escolar. Estou superaberto ao diálogo e sou pesquisador na minha universidade, então quem tiver interesse em produzir algo, estou 100% pilhado hahaha.

Me chamo Estefanne, sou graduanda pela UERJ, trabalho com educação inclusiva e alfabetização a partir de jogos e zonas de interesse. Tenho 20 anos, fui aluna da formação de professores a nível médio. Curto filmes, séries e muita música. Gosto de aprender e entender coisas novas.

Meu nome de batismo é Maria do Socorro Brasil Xavier. Nasci em Santarém/Pará, tenho ancestralidade tupinambá da parte de meu pai, nascido na primeira aldeia tupinambá do Tapajós, Boim (Distrito de Santarém/PA). Meu pai levou a vida como seringueiro e trabalhador rural na região. Também tenho ancestralidade indígena do Marajó/Pará, da parte de minha mãe, sendo de lá a minha avó materna, que, ao casar com meu avô nordestino, foi viver no Tapajós, onde nasceu minha mãe (Lago Grande/Pará), que se casou com meu pai quando mudou pra Boim e lá foi professora. Parte de minha história também está em Belém (Mairi Tupinambá), onde estudei e onde também resido no momento. Aqui cursei Teologia da Libertação na década de 80, quando também morei em Cebes e lutei pelo fim da Ditadura, assim como atuei nos movimentos de bairros e sindicais. Posteriormente, cursei Filosofia e Direito. Tenho 3 filhos, 2 nascidos em Belém e 1 em Santarém. Tenho 1 neto e 2 netinhas. Faço parte da Associação Multiétnica Wyka Kwara, que reúne indígenas em autoafirmação que vivem nos territórios urbanos que foram invadidos pela cidade. Wyka Kwara (que significa "força no caminhar") reúne os indígenas que tentam fazer esse caminho de volta para casa. Katu!

Olá a todes!! Imensa alegria estar compartilhando esse curso com vocês neste meu processo de aprendizado. Estou Leiliana, enfermeira em saúde mental, servidora da UFRJ e amo trabalhar com a loucura. Sou doutor(anda) e poetisa nas brechas da vida. Negra não retinta e feminista. Isso tudo não me define, mas me localiza em certo modo de estar na vida. Espero que tenhamos ótimos debates, que irão me ajudar na caminhada de produzir um cuidado decolonizador e mais inclusivo. Também trabalho com a formação profissional nos serviços em que atuo, principalmente com graduandos e residentes. Busquei esse curso para ter mais ferramentas pedagógicas e de vida!! Que os oris estejam conosco!! Beijo grande.

Olá. Sou Bitta, de SP. Filha de Osùn e Sangò, neta de Lourdes, preta velha, jogueira e congadeira de São Benedito, e de Maria, mãe pequena de terreiro. Ambas falecidas. Busco força na terra, nas ervas, nas águas, na dança, na música, nos batuques.

Sou Ariane Moreira, filha da Mareci e neta da Bertolina (falecida). Nasci e moro até hoje em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Formei em Administração Pública e Social pela Universidade Federal aqui do estado e agora estou mestranda no PPG da Psicologia Social e Institucional da mesma universidade. Gosto e converso com pessoas aleatórias na rua, dois cachorros e muitas plantas acompanham meus dias e sempre que posso escrevo e leio coisas novas. Gosto mais de doce que de salgado, mas ultimamente minhas preferências andam mudando. Não tenho talento nenhum para cozinha, desenho, poesia ou música, mas sei apreciar com muito gosto, amo dançar e dias de sol, mas nos dias de chuva fico mais inspirada. Também sou Doula e atendo principalmente mulheres negras, minhas mais velhas eram parteiras e eu só segui a tradição... ver bebês nascendo é a coisa mais incrível que já me aconteceu nessa vida, sejam de humanos ou de sementes de plantas.

Olá, meu nome é Andressa Iza Gonçalves, sou turismóloga, produtora e gestora cultural da Viraminas Associação Cultural desde 2008. Moro em Belo Horizonte. Tenho 41 anos, sou negra e mãe de duas meninas. Sou coordenadora e pesquisadora de memória oral do Ponto de Cultura Museu da Oralidade de Três Corações, MG. Tenho uma vasta experiência em participação social, sou Conselheira Estadual de Política Cultural de MG pela cadeira de Museus, Espaços de Memória e Acervos. Atuo na pesquisa e documentação de mestres de cultura popular aprovados no Fundo Estadual de Cultura, anos 2015 e 2016. Fui produtora e pesquisadora de documentários aprovados em editais e prêmios do Ministério da Cultura, tais como Filhos Separados, Visita pra Maria e Documentário ≠. Sou co-autora dos livros Memórias Iluminadas, Memória da Educação Tricordiana e Reinado de Bené. Sou formada em Tecnologia Social da Memória pelo Museu da Pessoa.

Por aqui, em conexão, Carla Albuquerque, buscadora na poesia e na luta por outros mundos possíveis, nos encontros e nas ecologias de saberes. Integro o Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), o Coletivo Sumaúma, a Rede Raízes RJ, a Comissão Estadual de Direitos Indígenas do RJ, o GT de Educação Popular na Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, o Fórum Povos da Rede Unida... Na aprendizagem de me descolonizar e de transformar a colonizadora que há em mim.

Olá a todes, meu nome é Fernanda, me formei bióloga, fiz mestrado em botânica, mas a educação é o que me emociona e me incentiva a questionar e aprofundar os diferentes saberes. Tô muito feliz por essa oportunidade que para mim é mais um dever de melhorar a minha prática enquanto educadora.



UBUNTU

EU EXISTO A  
PARTIR DE  
OUTRAS  
MÚLTIPLAS  
EXISTÊNCIAS



# ANCESTRALIDADE VIVA

Num curso com o professor Márcio Paim, lá em 2021, ele falou algo que me chamou muito a atenção. Ele disse que, muitas vezes, falamos de ancestralidade como algo muito subjetivo, quase etéreo, e que a gente precisava aproximar esse contexto da nossa realidade, pensar ele a partir da nossa vida real. Ele falou da importância de abordar como esse conceito é vivido no nosso dia a dia, pra gente entender, na prática, como a ancestralidade existe na vida real, não apenas no imaginário, nas idéias. Ele falou, também, da importância de se conhecer a história do nosso nome, conhecer a história dos nossos antepassados, a história do território onde a gente nasceu, onde a gente vive. Essas, segundo ele, são marcas vivas de ancestralidade no nosso cotidiano. Ele foi, na verdade, a grande inspiração pra gente pensar as atividades do nosso curso, que começaram, justamente, com a pesquisa sobre a história do nome, a história dos antepassados e a história do território que fazemos parte.

Outras pessoas, ao longo do tempo, foram me falando coisas parecidas. Mônica Dias, por exemplo, fala muito sobre a gente repensar o conceito de tradição, que não deve mais ser tida como algo fixo, imutável, e que precisamos pensar a ancestralidade a partir da nossa existência, pra que não seja algo que existe apenas nos conceitos. A mesma coisa me falou Kaká Portilho, que tem feito um trabalho belíssimo de reunir as várias definições sobre ancestralidade, a partir da fala e da produção de diferentes pessoas, que vêm de diferentes culturas africanas, indígenas e afrobrasileiras, com o intuito de, no fim, identificar elementos comuns a essas diferentes percepções sobre o que é ancestralidade e como ela pode ser percebida na vida, não apenas nas ideias.

Essas são grandes inspirações vivas e que me ajudam a pensar e a refletir sobre esse tema. Compartilhamos aqui algumas das nossas pesquisas sobre nossos nomes. Eles, os nomes, contam sobre nós, nossos familiares e antepassados. Por meio deles, expressamos um pouco das nossas identidades. Esperamos que, ao conhecer um pouco sobre a trajetória que percorremos no curso, que começou com a pesquisa sobre a história do nome, você, que nos lê, se inspire a pensar sobre a ancestralidade que pulsa, que é viva e palpável, que existe em cada pessoa.

Carlos Pereira

Artes que ilustram este texto: Araras, por Roberta Tomaz Cendon Gil, 2023



Meu nome é Ana Celia, sou neta de descendente de escravizado. Minha mãe me contou que, quando nasci, ela teve um parto complicado e, quando isso acontecia antigamente, em minha região, teria que colocar o nome de santo, então de Maria Celia. O meu avô paterno pediu que colocasse Ana Celia, disse que eu parecia com a mãe dele, que se chamava Ana. Quando cresci, ele sempre contava casos de sua mãe. Cuidei dele quando estava doente, ele sempre repetia o quanto eu parecia com a minha bisavó, teimosa, decidida e valente. Tenho muito orgulho e sinto muito forte a ancestralidade de minhas avós em minha vida.

Ana Celia Conceição dos Santos

Eu me chamo Andressa, Andressa com dois esses. Não sou a Andrezza, a Vanessa, a Andréia, nem a Alessandra. Sou a Andressa com dois esses. Quando criança, não gostava muito do meu nome, queria me chamar Jenifer. Na minha percepção infantil, era o nome mais lindo que existia. Ficava meio fuleira da vida com minha irmã, Ana Maria, por ter me dado esse nome. Mas, antes ser Andressa, que começa com A, do que ser Vanessa, que está lá no fundo do alfabeto. Gostava de ser uma das primeiras na lista da chamada da escola, sempre entre as 10 primeiras. Lembro que o máximo que já fui foi a número 8, meu número preferido, talvez por ter nascido no dia 18, mas hoje entendo que gosto do número 8, pois foi no dia 8 que pari Carolina. O dia em que me senti uma deusa. Senti na pele, em todos os poros do meu corpo, como parir é ancestral. Senti a presença das minhas tias, avós, bisavós...mas isto é outra história. Aqui estou contando a história do meu nome. Quase me chamei Vanessa, pois no dia em que nasci e meu pai foi me registrar, Andressa já era o nome escolhido pela minha irmã e acolhido pela família. Ele se confundiu na hora em que o escrivão perguntou qual era o nome da menina. Ele falou Vanessa, se confundiu, como inúmeras vezes fui confundida na vida com uma Vanessa. A sorte é que minha irmã foi junto e desfez o engano.

Meu sobrenome é Iza Gonçalves, muitas pessoas acham que tenho um nome composto, Andressa Iza, mas o Iza é sobrenome. Minha vó Lola gostava muito do nome Iza, não sei o motivo, adoraria saber, então ela botou na minha mãe o nome Hélia Iza da Silva, tirando o Miguel, que era do meu avô Paulo Miguel. Então, de sobrenome da mãe, eu herdei o Iza e do sobrenome do pai, Ivan Gonçalves, eu herdei o Gonçalves.

Não ter o nome Miguel no meu nome sempre foi uma questão para mim, pois todos os meus primos são Miguel, me sentia meio excluída às vezes. Hoje, Miguel está na moda, em 2021 28.300 bebês foram registrados com esse nome no Brasil, sendo o nome mais registrado no país. Mas, na minha família, Miguel é sobrenome, talvez tenha sido o nome dado pelo patrão dos meus antepassados, que foram escravizados. Meu avô não sabe ou não se lembra por que ele se chama Paulo Miguel, mas essa prática era comum no passado. Dói saber disso, mas também fortalece...

Sou meio bruta, falo sem pensar, odeio perder uma discussão, totalmente o oposto do que aqueles sites sobre significado dos nomes falam. No meu caso, Andressa é "extremamente feminina, mulher bela, delicada e dócil". Tenho um ódio mortal, dócil é o caralho!

Eu sou Andressa Iza Gonçalves e esta é a história do meu nome.

Andressa Iza Gonçalves







Minha mãe contou que escolheu meu nome para homenagear meu pai e meu tio mais jovem, ambos muito queridos por ela. Ariane, devido ao signo do meu pai, Áries, e Fernanda como a forma feminina do nome de meu tio e de meu pai, ambos de nome Fernando. Em minha família era comum que os nomes homenageassem os/as mais velhos/as. Hoje em dia vejo isso acontecendo com menos frequência.

Ariane Fernanda Moreira

Meu nome foi um cálculo numerológico de meu avô materno Edgard, que era secretamente maçom, mas que trazia o apagamento em seu lugar de fala de gerações anteriores indígenas – tão estampado em seus traços fisionômicos.

Avós paraenses que não me contaram dos igarapés, das canoas e dos cheiros curativos da floresta. A família tinha um boticário chamado Buraco Cheiroso.

Na primeira vez em que vislumbrei a Baía de Todos Santos do Elevador Lacerda, eu estava com meu avô paterno Augusto. Ele era contador de casos, mas não me contou de sua mãe biológica afrodescendente.

Avós baianos que me trouxeram o amor pelo acarajé, mas da ginga da capoeira quase nada.

Carla Albuquerque

Me chamam de Daiane, nome de batismo como dizem. Esse nome foi escolhido pelos meus irmãos, que, direcionados pela minha mãe, tinham como a outra opção o nome Patrícia. Segundo minha mãe, o nome Daiane seria para homenagear a princesa Diana, já o nome Patrícia seria por eu ter nascido na semana da pátria. Confesso que, entre as duas opções, a melhor foi essa mesma. Minha irmã e eu temos buscado mais de nossa ancestralidade por parte materna e temos sofrido ao perceber o processo de apagamento histórico que aconteceu com minha mãe. Durante toda minha vida, atrelei as histórias maternas com as da minha família paterna, contribuindo para esse apagamento inconscientemente... Não sei bem de onde vim, mas sei para onde quero ir.

Hoje tenho uma filha de vinte quatro anos e a convoco, sempre que posso, para esse resgate.

Daiane Eilert

Irá, mãe das águas doces. Esse significado foi dito a mim pelos mais velhos. Desde pequena, ao lado de mainha, frequentei a “casa do Santo”, como é chamado o espaço onde eram/são realizados os encontros religiosos na minha comunidade. Um grupo de mulheres (mesárias) que possuíam uma sensibilidade espiritual que permitia que entidades (irmãos de luz) usassem seus corpos para se comunicar com outras pessoas. Esse grupo tinha um líder (presidente da mesa), que abria o caminho para a passagem, para que as outras entidades descessem. Irá é a entidade que minha mãe recebia. Atualmente, sua matéria já não suporta essa troca espiritual. Desde criança, eu conhecia esse líder espiritual como meu padrinho de batismo. Faz pouco tempo que descobri que, na verdade, ele é meu pai biológico e vim a saber também que as relações dele com as mesárias visitava o lado profano da vida.

Minha família sempre teve uma relação estreita de parentesco com a família do meu pai biológico, que para mim continua sendo apenas meu padrinho. A única lembrança que trago comigo que pode explicar algo vinculado com nosso parentesco biológico foi uma discussão que meu pai teve com mainha. E eu era o motivo, mas minha pouca idade ou a proteção dos irmãos de luz fez com que eu não guardasse nada além de "flashes" de imagens daquele dia.

Além de mim, outros irmãos foram batizados com nomes dados pela entidade que meu pai biológico (presidente da mesa da Casa do Santo) indicou. Com o passar do tempo, as mesárias foram se afastando, meu padrinho adoeceu e, por um bom tempo, a “Casa do Santo” ficou fechada, sem reuniões. Eu fui morar no Rio de Janeiro e, quando retornei para minha comunidade, meu pai biológico já estava muito doente, vindo a falecer algum tempo depois.

Hoje, quando me olho espelho, consigo ver os traços de minha família biológica e também sinto toda a proteção espiritual à minha volta e sei que meu nome traduz toda minha força, meu sentimento, minha fé. Saber de minha história não mudou nada em minha vida; ao contrário, ganhei novos parentes que já faziam parte de meu ciclo sentimental.

*Irá, onde você está?  
Irá, venha me abraçar.  
Irá, é com todo prazer  
Sobre as ondas do mar  
Aqui já está a sua Iemanjá*

Essa é a música que a entidade Irá cantava sempre que descia da outra dimensão para estar conosco nos encontros.

Irá Santos





Olá!

Meu nome, desde muito nova, foi um dos meus traumas. Minha avó paterna, com quem nunca tive contato, foi quem escolheu meu nome. Ela uma mulher indígena, a cuja etnia não tenho acesso. Ela escolheu o nome pelo significado, e não pelo gênero. Recebi o nome de Kauan (gavião), com o significado de força e liberdade. No entanto, por ser uma mulher cis, educada em uma sociedade com parâmetros e modelos ocidentais, sempre sofri com a confusão de gênero causada pelo meu nome e meu maior sonho, desde muito nova, era poder mudar de nome, o que eu fiz aos 18 anos.

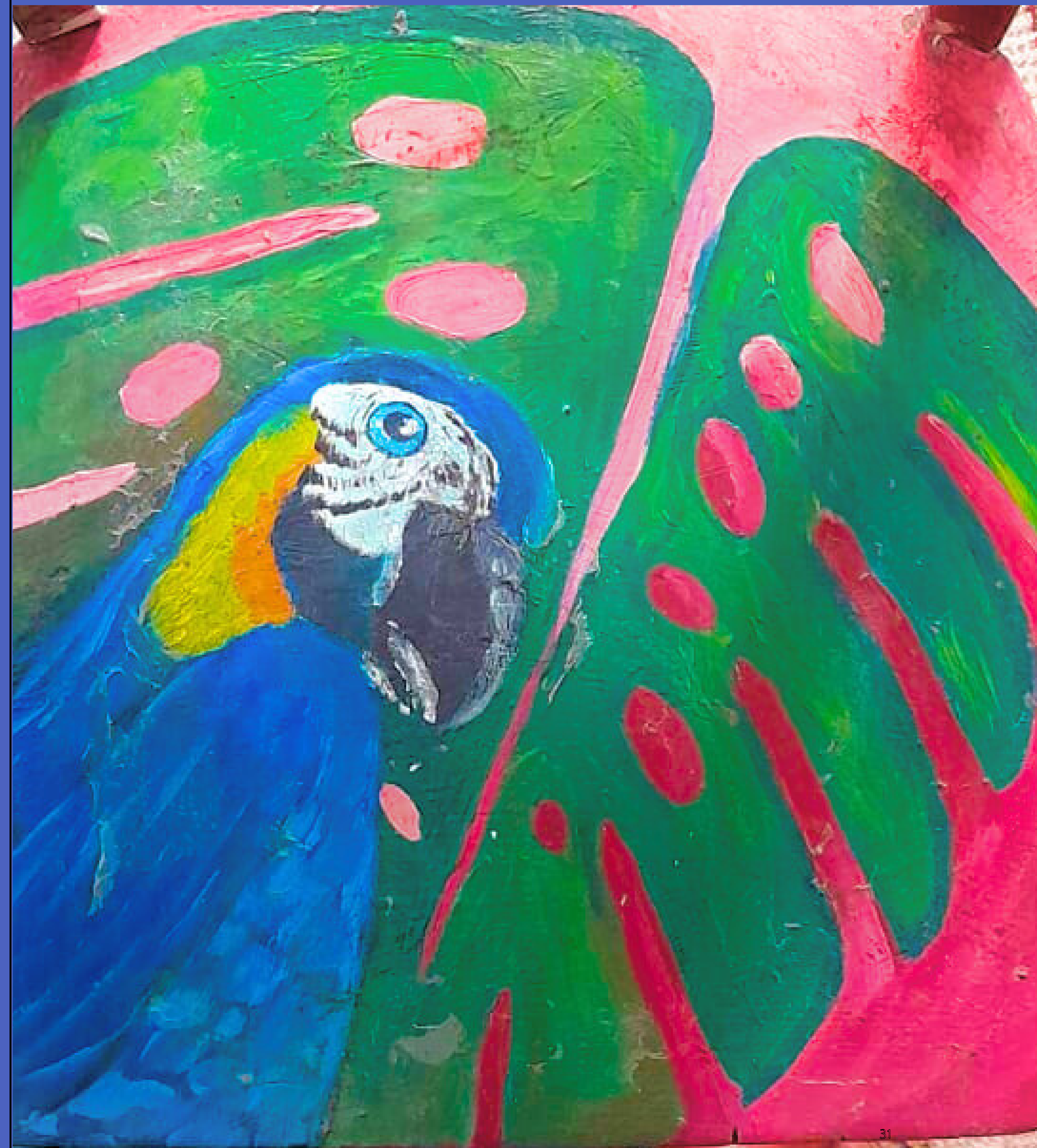
Assim que completei a maioridade, entrei com um processo de retificação de nome, para poder acrescentar a letra y ao final. E, até no dia da audiência, sofri com esse nome, pois, ao não encontrar nenhum Kauan na sala de espera, o escrivão colocou como “não compareceu” e só se deu conta do equívoco quando percebeu que fui a última pessoa a ficar na sala. Por causa da confusão, a juíza me deu o direito de escolher o nome que eu quisesse.

Por fim, hoje sou dona de um nome que eu simplesmente amo e o dia do meu segundo registro de nascimento é um dos dias mais felizes da minha vida. Tenho orgulho de me apresentar e ouvir o som do meu nome, é música para os meus ouvidos (rs).

Kauany Silva

Meu nome é Lidiane de Fátima. Gosto de que me chamem de Lidi, meu apelido. Desde a infância e a adolescência, o segundo nome, Fátima, era motivo de brincadeiras e gozações, na escola durante a chamada de presença e entre colegas. Passei muito tempo sem gostar do meu segundo nome. Até que, aos 21 anos de idade, quando meu pai fez a passagem deste plano, eu fui atrás da história do meu nome (ou ela voou até mim) e soube que a escolha do nome Fátima foi uma homenagem a Nossa Senhora de Fátima, padroeira do dia 13 de maio, data de aniversário de meu pai e de luta contra a escravidão. Esse acontecimento permitiu que eu me "rebatizasse" e acolhesse o Lidiane "de" Fátima com forte pertencimento!!

Lidiane de Fátima Guedes







Natureza  
Por Isis do Carmo  
Pintura em tecido,  
2023.





# ORALIDADE

por Carlos Pereira

*Eu gostaria de dividir com vocês aqui um texto que preparei para o grupo de estudos chamado Estudos Malungos, que foi fruto da parceria com a querida Tereza Onã. Os Estudos Malungos foi mais que um grupo de estudos, foi um aquilombamento que, mesmo de forma remota, no ano de 2021, quando a gente estava em casa devido ao distanciamento imposto pela pandemia de Covid-19, era uma possibilidade de cuidado mútuo e de nutrição de afetos, especialmente pra mim, que nesse mesmo ano adoeci de Covid e fiquei muito mal. Ao longo das minhas duas internações recebi muito afeto e axé do grupo. Voltar pros encontros, depois de passado esse processo mais grave de adoecimento, foi muito importante pra mim. Esse grupo funcionou apenas em 2021, mas deixou memórias e registros que ainda fazem parte dos meus passos e, quem sabe, de outras pessoas também.*

A oralidade é um dos valores civilizatórios das várias etnias negras e indígenas. Removidos os efeitos da ocidentalização dos modos de vida, não há dúvidas de que esses povos têm na oralidade a principal via de construção e disseminação de conhecimentos e de organização comunitária. Mas a oralidade representa muito mais que apenas esta via de comunicação e pretendemos, com este texto, refletir um pouco mais sobre este tema.

## **Oralidade não significa agrafia**

Muitas vezes ouvimos dizer que a oralidade é um artefato das sociedades ágrafas, ou seja, que não desenvolveram a escrita. E muitas comunidades negras (africanas ou afrodiáspóricas), e indígenas (de *Abya Ayala* [5] ou especificamente de *Pyndorama* [6]) são consideradas ágrafas sob a justificativa de não terem desenvolvido sistema alfabético de escrita. Contudo, essa definição de agrafia é colonialista, pois desconsidera os símbolos e grafismos desenvolvidos por essas culturas, esvaziando-os de significado.

Pois o que é a escrita se não o desenho de símbolos cuja forma e disposição lhe conferem um sentido e para o qual são atribuídos fonemas, sons na língua falada. Neste sentido, o que dizer da imensa quantidade de símbolos e grafismos pertencentes aos povos originários negros e indígenas? Não eram os hieróglifos um complexo sistema de escrita Kemético [7]? E os Adinkras [8], utilizados pelos Akans, seriam eles esvaziados de significado? E os grafismos indígenas, não seriam códigos organizados que transmitem mensagens específicas?



A Resistência Indígena Puri, por meio de postagens em sua página no Instagram, tem militado pela retomada linguística em favor da justiça cognitiva para com os povos indígenas, lembrando que, se a escrita é o ato de marcar uma superfície com símbolos organizados (não necessariamente de forma alfabética) para que seja transmitida uma mensagem, então, a escrita sempre esteve presente entre povos indígenas, estampada em seus corpos, suas artes, cestarias e cerâmicas, por exemplo. Lembra-se, ainda, que a oralidade tem papel central entre povos originários, contudo não se deve abraçar o discurso colonizador que nega e invisibiliza as realidades das nossas culturas ancestrais, esquecendo-se, por exemplo, da comunicação escrita por meio dos grafismos ou mesmo a capacidade de organizar suas línguas por meio de códigos alfabéticos. Lembremos das cartas escritas por indígenas em suas línguas nativas (do tronco tupi) descritas por meio de códigos alfabéticos, ainda no século 17!

### **Oralidade como modalidade de discurso**

Neste sentido, é importante percebermos a oralidade de uma forma mais ampla, não apenas como comunicação oral, mas como uma modalidade de discurso que envolve o uso: da palavra, que são códigos carregados de signos e sons específicos de uma determinada língua ou dialeto; do espaço, considerando sua organização e os elementos que o compõem; do corpo, considerando sua forma, movimentos, gestos, expressões e adereços; do som, produzido pelo corpo ou por meio de instrumentos; dos símbolos, que carregam significados imagéticos e comunicacionais que são próprios de cada cultura; e do encantamento, que se refere à ritualística da palavra, do seu poder e potencial em (des)organizar, (des)equilibrar, construir/destruir.

Entender a oralidade como modalidade de discurso, elevando-a ao mesmo patamar que outras modalidades, como a escrita, nos ajudará a romper com a hierarquia de conhecimento que se manifesta nas relações acadêmicas e sociais, que coloca aquilo que vem da oralidade no domínio do popular (e, portanto, do senso comum) e aquilo que é acadêmico no domínio na escrita, que, assim, passa a ser qualificado como científico, erudito, confiável. Além disso, servirá para entendermos que o trânsito entre modalidades é possível, mas que, para isso, é preciso haver uma tradução, entendida aqui como um fenômeno de relacionamento, correspondência e associação entre diferentes dialetos e modalidades de discurso.

### **Cabe oralidade na escrita?**

Desta forma, seria possível e natural a manifestação da oralidade por meio de outras modalidades, como na escrita, embora não seja possível, por meio da escrita, expressar toda a complexidade da oralidade e de tudo que ela envolve. Contudo, o que nos interessa é afirmar que a oralidade pode se manifestar por meio da escrita, bastando, para isso, o exercício da tradução. É importante refletirmos sobre isso porque nunca foi tão importante e necessário para nós, enquanto sociedade que se organiza principalmente a partir de matrizes afroindígenas, que nossa ancestralidade, oralidade e vivência seja relatada nas mais diversas modalidades de discurso. Contudo, a prática da escrita têm ficado, muitas vezes, restrita às pessoas que avançaram no caminho acadêmico, chegando à graduação, mestrado e doutorado, que são conclamadas como intelectuais, negligenciando a potência dos negres e indígenas não acadêmicos em também exercerem a sua escrita. Isso nos leva a pensar sobre, de fato, quem está "legitimado" para escrever, ainda que seja sobre (e a partir da) oralidade.

### **Quem está legitimado a escrever?**

O racismo de inteligência, ou racismo epistêmico, promove a negação de outras formas de conhecimento diferente daquela hegemônica, ao mesmo tempo em que se cria um caminho socialmente aceito (e reproduzido) para construção do intelecto que relaciona títulos à lugares e funções sociais..

Por isso é tão contraproducente e de certa forma constrangedor e vexatório para boa parte das pessoas ocidentalizadas no modo de vida, lidar com uma faxineira letrada, como aponta Verônica Oliveira na sua página Faxina Boa, também no Instagram. Ou lidar com uma pessoa que tem doutorado e que trabalha como auxiliar de cozinha e que lava pratos em um restaurante em área de favela. Pela lógica do mérito, seria até possível dizer que essa pessoa fracassou, ou que ela não está se esforçando o bastante, ou que está jogando fora seus títulos e os longos anos de formação.

Mas esse desconforto parte da visão ocidental de que a trajetória acadêmica se encerra no pote de ouro, ou seja, na tão sonhada oportunidade que lhe renderá dinheiro, prestígio e satisfação, pensamento que se relaciona à construção social de que títulos favorecem acesso a determinadas oportunidades e espaços. Mas esse percurso naturalizado da formação à oportunidade não é possível para todos, e quando alguém que chegou tão longe na vida acadêmica não ocupa, ao fim, essa oportunidade, surge esse constrangimento. Contudo, se esse constrangimento fala mais alto que a percepção da potência e da possibilidade da construção de um vasto capital cultural por parte das pessoas que ocupam esses postos de trabalho ligados a profissões marginalizadas e subalternizadas, significa que nosso pensamento está sendo guiado pelo racismo de inteligência e pelo classismo!

Mas toda essa volta (super importante!) foi para dizer que não podemos pensar que somente as pessoas vistas como intelectuais, que ocupam postos e funções de destaque e prestígio, estão aptas ou são legitimadas a escrever. Pois entre pessoas comuns há um vasto capital cultural que pode ter sido fruto dos estudos e/ou das vivências e experiências dessas pessoas comuns. Ninguém tem o direito de dizer a uma pessoa que ela não é suficientemente capaz de escrever, ou que o que ela escreve não é bom, útil ou interessante, especialmente se essa pessoa que escreve é negra, indígena, quilombola, cabocla, ribeirinha, dissidente de gênero, da comunidade LGBTQIAP+, mulher, pessoa que vive com HIV/AIDS, pessoa que vive com deficiência, ou é pobre, ou não é letrada. Escrever é um ato político que deve fazer parte da luta das pessoas marginalizadas e excluídas do exercício do poder. Escrever também é militância. E a militância da Oralidade e da Ancestralidade pode e deve ser escrita.

### **A escrevivência**

Romper com a hierarquia de conhecimento e com o racismo de inteligência no ato político de escrever abre espaço para que o cotidiano, a vida, a vivência e a oralidade se manifestem na escrita, compondo o que Conceição Evaristo chama de escrevivência.

Quando se fala por meio da escrevivência é a nossa ancestralidade preta e indígena que fala, pois não é possível dissociar do ato da escrita esse modo de vida e de ser que é próprio dessa ancestralidade.

A escrevivência consiste no ato político da escrita baseada na experiência de um lugar de fala, compondo obras carregadas de sentido não apenas literário, mas também de manifesto, de exposição de situações de vida invisibilizadas, de mobilização, inclusive contra a meritocracia tão presente nas relações sociais e de mercado no Brasil, até mesmo no que se refere à produção de arte e de literatura.

E este ponto é preciso ressaltar aqui: afirmamos que todos podem escrever, mas infelizmente nem todos terão as condições necessárias para publicar suas obras, pois ainda vivemos numa sociedade injusta, desigual e meritocrática. Lembremos das agruras pelas quais passou Carolina Maria de Jesus até ter seus livros publicados e o quanto foi negado a ela as condições para publicação de suas obras. Sem uma análise atenta dessa e de outras histórias, poderemos até chegar a acreditar que se lutarmos bastante, sofrermos bastante, insistirmos bastante, vamos conseguir. Mas não, essa não pode ser nossa perspectiva, pois não podemos romantizar o sofrimento de uma pessoa, no caso uma mulher negra, em seu processo de vida, trabalho e criação e nem observar esse contexto sem considerar os determinantes sociais dessa condição, que é fruto do racismo e da colonialidade.

Também não devemos acreditar na tutela, como se ganhar espaço dependesse do suporte de alguém que já conseguiu espaço ou está ligado ao poder hegemônico. Não queremos mais a tutela de uma estrutura que decide por meios próprios o que vale ou o que não vale a pena ser produzido e realizado. Por isso, nunca foi tão importante organizações de mídia, edição e produção artística criadas e mantidas pelas minorias políticas. Se precisarmos de suporte, que este venha dos nossos. Só assim poderemos romper com essa estrutura que decide, inclusive, quem está apto a falar.

### **Mas quem está apte a falar?**

As comunidades negras e indígenas sempre foram objeto de estudo das ciências. Suas vidas e memórias sempre foram contadas, mas a partir de um lugar e de uma fala que lhes são estranhos.



Quando alguém relata nossa fala, nosso discurso e nossa memória, estamos sujeitos à parcialidade, à tendência e à estética de quem detém a caneta. Por isso, os registros históricos, filosóficos e antropológicos não são suficientes para entendermos a ancestralidade e a memória negra e indígena, pois o relato, na sua grande maioria, não fala como nós somos ou pensamos, mas como o outro nos lê, nos vê e nos sente. Somente quando a pessoa afroindígena é a pessoa que fala e que registra é que é possível compreender com mais propriedade seu modo de vida e apreender melhor sua mensagem.

Por natureza e por direito todos os povos e todas as pessoas podem falar. Mas por estrutura e construção social, nem todos estarão legitimados a este ato, oral, escrito ou traduzido em imagens. É preciso discutir amplamente sobre isso, para que a nossa ancestralidade negra e indígena possa ser contada a partir de nós mesmas e para que a história e a memória sejam recontadas a partir de nós mesmas. E esse movimento já está em curso, pela força de nossas próprias comunidades!

### Oralidade como modo de vida

Falamos da oralidade como modalidade de discurso, mas existe uma dimensão social da oralidade que é ainda mais ampla. Na oralidade se apoiam importantes valores sociais e civilizatórios das comunidades negras e indígenas como a interação em roda e o contato com as pessoas mais velhas. Além disso, desde *Ma'at* [9], em Kemet, construímos valores comunitários ligados à ética e ao valor da palavra. Acordos e contratos eram celebrados apenas com a força da palavra, na ética de *Ma'at*.

### Oralidade e Memória

A oralidade tem uma relação muito intensa com a memória. A memória está para a oralidade assim como o registro está para a escrita. E onde está essa memória no seio das comunidades tradicionais? Está na vivência, que se acumula nos mais velhos. Nessas comunidades, os mais velhos têm papel central no sentido de ser a ponte entre os vivos e a memória de todos os que os precederam, bem como a tradição da sua ancestralidade (modo de vida). São verdadeiros mestres, chamados de Griôs, que por meio da oralidade (como fenômeno do discurso) e da oralidade (como fenômeno da relação) transmitem um legado e orientam a comunidade na construção de suas próprias memórias, por meio de suas vivências.

A vivência se refere à experiência simbólica e sensitiva de estar presente. Perceber com os sentidos, fazer parte, integrar, em uma relação específica e profunda com o tempo, com os pares, com o ambiente, com o universo. Por meio dessa vivência busca-se desenvolver a máxima potencialidade da pessoa e de seus talentos em benefício da coletividade, guiando-se pelos Griôs, no ensinamento dos valores da ancestralidade.

Nessas comunidades, se um mais velho morre fora do movimento natural da vida e da comunidade, interrompendo o processo de transmissão do legado (como vimos acontecer em comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas, devido a pandemia de Covid-19) perde-se um pouco da identidade, da ancestralidade e da memória coletiva. Se pensarmos em todos os processos de sequestro e de genocídio negro e indígena praticado desde a idade média, perceberemos quanto conhecimento foi perdido, quantas memórias foram esquecidas, quantas ancestralidades (modos de vida) se perderam.

Quando esses mais velhos se vão sem deixar suas sementes, buscar desenvolver e resgatar os conhecimentos se torna mais difícil. Um grande trabalho tem sido feito em comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de terreiro, para resgatar essa memória, vivê-la e recontá-la a partir da oralidade.

A oralidade das comunidades tradicionais têm muito a inspirar as sociedades capitalistas a resolverem seus dilemas éticos, políticos, ecológicos, econômicos, sociais e epistemológicos, visto que se traduz em um modo de vida pautado no equilíbrio, na fluidez, na responsabilidade, na integração e pluralidade da expressão e da vivência. O pensamento é plural, a vida é plural, o conhecimento é plural e se expressa em muitas vias, como a da oralidade. Falar desta via que, para nós, tem valor civilizatório é um chamamento, uma forma de reafirmar nossa natureza, nossa ancestralidade e a força da nossa palavra. Que a palavra possa nutrir nossas ideias, nossos atos e nossa ética e possa nos reconectar com a nossa essência, com a nossa ancestralidade. Que possamos resgatar nossa memória, o legado dos nossos povos.

No simbolismo de Sankofa: ***se wo were fi na wosan kofa a yenki***, nunca é tarde para voltar atrás e buscar o que esqueceu.

### Notas:

[5] Nome dado à América Latina pelo movimento indígena latino americano.

[6] Nome que era dado por povos de línguas do tronco Tupi à região litoral do território que, hoje, chamamos de Brasil.

[7] Kemético se refere à *Kemet*, nome dado à sociedade antiga que ocupou a região que, hoje, conhecemos como Egito.

[8] *Adinkra* é o nome de um conjunto de símbolos utilizados para comunicação e arte, sendo considerado um entre vários sistemas de escrita dos povos africanos. Cada um dos mais de 80 símbolos desse sistema transmite um conjunto de ideias e carrega um conteúdo não apenas estético, mas que incorpora, preserva e transmite os valores e a filosofia próprias do seu povo. Cada símbolo tem um nome e se liga a um provérbio específico.

[9] *Ma'at* é um princípio vivido em Kemet que se refere ao espírito da ética e da retidão, sem o qual só restaria o caos no mundo. Esse princípio encarna na figura da divindade de mesmo nome, *Ma'at*, muitas vezes representada por uma pena, ou uma mulher com uma pena sobre a cabeça. A deusa *Ma'at* representa a ordem, a retidão, a justiça e a verdade.

### Páginas citadas:

Resistência indígena Puri: <https://www.instagram.com/resistenciaindigenapuri/>

Faxina Boa: <https://www.instagram.com/faxinaboa/>

Obras citadas:

PRIVAT, J.M. Oralité/Oralidade (de Certeau), **Pratiques**, 183-184, 2019, Disponível em: <http://journals.openedition.org/pratiques/6782>; DOI: <https://doi.org/10.4000/pratiques.6782>

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, C.L.; NUNES, I.R. (orgs.).

**Escrevivência:** a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.





Coração de cerâmica  
8 cm x 5 cm  
escultura  
cerâmica engobada e tinta fria  
2022

Cigarra  
13 cm x 9 cm  
escultura  
cerâmica engobada e tinta fria  
2022

## Cerâmicas produzidas por Guerra Tapuio

*"Explorando as práticas artísticas de cerâmica, trago uma temática do amor, buscando do outro lado do oceano Atlântico, especificamente de antiga civilização de Daomé, onde a beleza, o luxo, o amor, as flores, os perfumes e afins se personificam em uma divindade conhecida como Ezili Freda. Em comum com pontos riscados, os vevês, são elementos visuais que são associados as divindades de diversos cultos. Um pensamento filosófico ao observar a natureza, podemos refletir sobre como as cigarras podem ser um símbolo de amor próprio e atração, pois em sua curta vida, elas cobrem os ambientes com seu canto para atrair parceiras para acasalar. Sendo assim, elas não precisam ir atrás do amor, pois apenas cantando o destino se encarrega de encaminhar sua companhia" (Guerra Tapuio)*

Fonte:

<http://claudio-zeiger.blogspot.com/search/label/a%20deusa%20do%20amor>







# **NOSSES ANTEPASSADES, NOSSA LINHAGEM E NOSSA MEMÓRIA**



# MEMÓRIAS

por Urutau Guajajara

**Katu. Zane Ku'em. Ku'em ty. Herer Urutau tentehar ihe, kuteri Tutxau teko haw Marakana pehar. 62 kuarahy heta ihewe. Axakakar ipucu Jenipapo dos Vieiras, Barra do Corda, Maranhão pe no.**

[tradução: Olá, bom dia a todos, bom dia a você (Carlos). Meu nome é Urutau, sou guajajara. Hoje sou uma liderança da Aldeia Maracanã. Tenho 62 anos de idade e nasci na aldeia Lagoa Comprida, próximo da cidade de Jenipapo dos Vieiras, município de Barra do Corda, estado do Maranhão].

Eu falei um pouco em *ze'egete*, minha língua, dei um bom dia para todos, pela hora, que é na parte da manhã [10], agradei a você por essa entrevista aqui, por esse trabalho, disse que hoje eu sou uma liderança aqui da Aldeia Marakana, professor. Disse quantos anos eu tenho e onde eu nasci, na Reserva da Lagoa Comprida, próximo da cidade do Jenipapo dos Vieiras, município de Barra do Corda, no estado do Maranhão, e da importância hoje de estar aqui na Aldeia Marakana.

Eu não sabia, ao chegar ao Rio de Janeiro. Eu vim a convite para um grande encontro. Ali, naquele momento, era o primeiro grande encontro mundial que estava discutindo sobre o clima, que chamaram de Cúpula dos Povos, ECO-92. Já tinha guajajaras por aqui, vários guajajara já tinham vindo por aqui e hoje discutem na Casa do Índio, na Ilha do Governador. Mas tios meus já vieram aqui para se tratar e conhecer a Casa do Índio, lá na Ribeira, na Ilha do Governador. E esses tios já tinham vindo bem antes, passaram por aqui, alguns já vieram e ficaram, outros voltaram que nem eu.

Não me sedentarizei, tive que voltar para o Maranhão, depois vim e me sedentarizei para complementar os estudos. Vim em busca de mais conhecimento e complementei os estudos, ganhei uma bolsa, não tinha condição de pagar e entrar naquela época na universidade era muito difícil, muito difícil entrar. Mas eu entrei e o primeiro curso que eu fiz, na graduação, foi pedagogia. Era na Universidade Estácio de Sá. Depois é que eu vim para a UFRJ, já conhecendo o pessoal de línguas, sempre trabalhando com línguas. Aí eu vim diretamente trabalhar com línguas. Depois, fiz uma pós-graduação lá na UFF em educação indígena: políticas públicas para educação indígena. Um curso muito interessante, mas depois não continuou esse curso lá na UFF. A proposta era de esse curso ir para a UERJ, porque um dos professores principais era da UERJ, José Ribamar Beça. Mas aí Armando Barros, que criou o curso lá, veio a falecer e a coisa não continuou, não ficou na UFF nem aqui.

Já na UFRJ, me cobraram uma outra pós-graduação, já dentro de línguas indígenas, trabalhando sempre a questão das línguas indígenas; culturas e línguas indígenas. No Museu Nacional, da UFRJ, fiz um estudo específico das línguas do tronco tupi, porque eu estava trabalhando a minha língua, para explicar cientificamente a estrutura do *ze'egete*. Era muito chato, a linguística é muito chata, porque é muita teoria. Mas me cobraram também uma coisa que eu não conhecia, eu fui cobrado para fazer meu currículo. O currículo é a sua vida corrida, a partir de quando você começa a estudar. Aí, depois, na faculdade, na pós-graduação, exigiram um tal de currículo Lattes, que é aquilo ali, tudo que você fez, cursos, seminários, você vai somando trabalhos.

Produção de escrita, produção de textos, revista, livro, tudo tem que estar constando ali no Lattes. Mas aí me cobraram entrar na pós-graduação, no curso de mestrado, e tive de fazer o meu memorial e aí foi que pensei: caramba! O que é um memorial? Sabia que estava escrito no próprio nome, memória, né? Memorial.

Aí eu recorri... até, na época, conversando com o Tônico, depois nós fomos conversar com a professora: Urutau, esse seu memorial é aquela sua vida pregressa, lá atrás. Conte a história de onde você nasceu, de onde você veio, de quem você veio. Aí eu falei: ah! Então é para além só da minha história profissional e educacional, é uma coisa lá de trás, né? A minha história lá atrás. Aí eu pensei: caramba! Eu vou ter que falar do Cauiré [11], eu vou ter que falar não só dos meus pais, eu vou falar dos meus avós, eu vou falar dos meus bisavós. Vou falar dos meus tetravós, que estão enterrados lá na Lagoa Comprida, na reserva da Lagoa Comprida, perto da Reserva da Canabrava, no estado do Maranhão.

Então, é para além disso, é eu voltando na minha vida, eu contar quem sou eu, de onde eu vim, onde estão enterrados os meus ancestrais. Diferentemente da reserva da Potyra, que eu só vim a conhecer aqui no Rio de Janeiro, que está mais descendo. Ela vem do Itapecuru e do Pirapemas e dos seus braços, que ela chama de riachos. Eu já venho do grande Rio Mearim, que, junto com o Corda e o Grajaú, desce ali. Mais para a frente tem o rio Gurupi, o rio Itapecuru, os grandes rios.

Então eu sou já do Alto Mearim, próximo de onde ele nasce e banha aquelas reservas Guajajara dali. E eu tive que escrever sobre esses meus ancestrais. E aí eu voltei na Lagoa Comprida sem estar na Lagoa Comprida. Eu tive que voltar a Barra do Corda, porque, quando eu saí da Lagoa Comprida, eu fui morar numa aldeiazinha já bem próxima da cidade de Barra do Corda, na beira do rio Mearim também, como se a gente estivesse descendo o rio Mearim até uma cidade.

Na época, Jenipapo dos Vieiras nem existia ainda, era apenas um povoado de lavradores junto com guajajaras. Eu tive que contar todas essas histórias e aí, já na pedagogia, eu me vi tendo que reviver o tempo todo lá atrás. Eu sentia necessidade de contar todas as minhas histórias, que na realidade existiam só na oralidade. A leitura minha era muito pouca. Até saírem cantos e encantos e raízes [12], passaram-se anos. Por isso, hoje são grandes a necessidade e a importância de vocês transcreverem uma história nossa. Nós temos muita dificuldade na escrita e na leitura.

Então, a oralidade... a oralidade, depois de transcrita, tem uma grande importância para nós, porque é como se a gente estivesse escrevendo. A transcrição de uma história dessa eu acho que é tão válida como se a gente tivesse escrito.

Você viu a dificuldade da Potyra Guajajara, que todos os guajajara, que todos os guarani têm de escrever. E, na maioria dos povos originários, a escrita é muito complicada. Tanto que pouco se escreve em *ze'egete*. Eu tenho muita dificuldade, a partir de quando eu saí, há muito tempo, da minha reserva, de me comunicar, às vezes com os mais jovens agora e com os que ficaram lá. Mas adquirir uma coisa, que é escrita em *ze'egete*, na linguística. Coisa que os que ficaram lá não sabem, não sabem escrever na própria língua. Até dominam o português, que é o *Karaiw ze'eg*, e o *ze'egete*, na fala, na oralidade, mas na escrita não.

E aí tive que juntar essa minha prática na escrita, o meu aprender na escrita, para explicar para eles. São poucos os cientistas que pesquisaram sobre o *ze'egete*, eu só conheci três linguistas, um deles é o Bendor Samuel, os demais são o casal Carl e Carole Harrison.

E, hoje, os guajajara vêm a mim para explicar a eles como é a escrita na língua, que tem pouca escrita na língua, pouquíssima. Agora, o guajajara é falante nativo do *ze'egete*, uma língua do tronco tupi, família tupi-guarani, falada por, aproximadamente, trinta e cinco



mil tenetehara guajajara ao sul do estado do Maranhão, em aproximadamente 120 aldeamentos, na Reserva da Cana Brava, na Reserva da Lagoa Comprida, na Reserva do Araribóia, na Reserva do Ipu, no Bacurizinho. Os guajajara, a partir das décadas de 1930 e 1940, foram separados por causa do grande embate com o meu bisavô, que depois vocês vão ver, que é o massacre do Alto Alegre.

Cauré Imana, meu bisavô é *Kauire*. Então, a cultura dominante judaico-cristã foi tão cruel, que os nomes relacionados a aves de hábito noturno eram totalmente demonizados, eram totalmente apagados: Caboré, Cauré, Batoré, Urutau são aves fantasmas, digamos assim, são aves de mau agouro na visão judaico-cristã.

Então, você não vê, não via e nem vê até hoje... você não vê nome de criança, porque a cultura dominante judaico-cristã proibia isso. Urutau? Meu nome, não, me deram o nome de José, Urutau não. Caboré, Batoré, Caiburé, Cauré não, não, ninguém colocava e, se colocava, aí trocava por José, João, Pedro, Maria, Moisés, Arão, João, José principalmente, e tirava nosso nome. E aí muda totalmente a história.

Como é que aconteceu essa virada, depois de 1901? O meu bisavô foi preso em março, em treze de março de 1901, e foi assassinado na cadeia de Barra do Corda no dia treze de maio. Ele ficou dois meses, março, abril, maio, dois meses apanhando na cadeia de Barra do Corda, e foi assassinado naquele treze de maio de 1901. *Kauire* é um divisor de águas. Então, a saga dos tenetehara guajajara é antes de *Kauire* e depois de *Kauire*. Os descendentes de *Kauire* eram bem poucos e aí aumentaram bastante agora.

Somos, hoje, o terceiro ou quarto grupo indígena com o maior número de indivíduos em todo o território nacional, perdendo aí para os Tikuna, que estão em três países, e os Yanomami, que também estão em dois ou três países. Os Guajajara, certamente, são um dos maiores grupos étnicos em termos de número de indivíduos aqui no Brasil, e, ao chegar ao Rio

de Janeiro, eu tive que reviver, ao contar a minha própria história, eu tive que retornar sempre.

Eu sempre, todos os dias, retorno ao Maranhão, seja em sonho, seja em uma contação de histórias, seja em um pensamento e, aí, eu passei a viver mais no Maranhão, na reserva onde eu nasci, onde cresci, onde passei a minha infância, do que no próprio Rio de Janeiro. Então, eu tenho umas dez histórias contadas na época da pedagogia e trabalhos em escolas que eu repito. Daí vieram os “Cantos e encantos”, com os dez cantos desse livro, e também um pouco da história no “Raízes”, o outro livro.

Para contar essa história e escrever, tive que retornar à escola, tive que me graduar, tive que complementar estudos, diferentemente de muitos. Muitos *tentehar*, muitos guajajara, hoje, recorrem a mim para explicar cientificamente a estrutura da nossa língua na escrita. Muito difícil. Oralidade é uma coisa. Escrita é outra coisa.

Eu me vejo dentro das universidades, nas escolas, hoje, e vejo os dois extremos: às vezes, eu estou falando para decanos da UFRJ, de geografia, de geologia, de biologia, de química, no Fundão, nas faculdades da UFRJ e, ao mesmo tempo, logo à tarde ou no dia seguinte, para crianças de três, quatro anos. Então, tenho que reprogramar a minha fala para esses dois grandes grupos ou intermediários como hoje, por exemplo, quando falei com um grupo de pessoas para a gente fazer um trabalho com jovens universitários.

Mas, tanto num quanto no outro grupo, eu me ponho a contar minha própria história, minha própria vida. E aí não é contar a história de outros. Ali, naquele momento, eu estou vivendo e revivendo a minha própria trajetória, desde que eu saí da Lagoa Comprida, no sentido de Barra do Corda, e de outras cidades, tidas como cidades grandes, mas que ainda continuam sendo pequenas em relação a grandes centros, como Rio e São Paulo.

A cidade de Barra do Corda cresceu, mas cresceu e chegou agora a vinte mil habitantes, trinta mil habitantes. Para o Maranhão, é uma cidadezinha já quase que grande. Imperatriz é maior, São Luís já é cidade quase grande.

Mas, ao sair para Barra do Corda, Grajaú e outras cidades próximas da minha reserva, eu tive que me readaptar, tive que reaprender tudo o que eu aprendi.



Urutau na sala de aulas na Pluriversidade [Universidade] Indígena Aldeia Marakana

Mas o meu aprendizado enquanto criança, enquanto nascido na Reserva da Lagoa Comprida, serve hoje para toda a minha trajetória, então eu conto as minhas próprias histórias, hoje, com tanto orgulho, que algumas delas foram contadas no livro “Cantos e encantos”, não só as minhas, como as da Potyra também.

Quando eu estava em um grande encontro de professores no SESC de Ramos, lá no bairro de Ramos, ministrando uma palestra, veio uma pergunta da filha de uma professora. Aquela pergunta foi inusitada. Naquele momento, eu tive que parar. Oito, nove anos tinha a criança. Qual foi a pergunta da criança? “Urutau, eu quero saber quando você aprendeu a nadar. Quem te ensinou a nadar?”. Aí eu parei, caramba! Sabe que eu nunca pensei nisso?

Porque no meu inconsciente todos os guajajara sabem nadar, já nascem sabendo nadar. Nós fomos criados já na beira de grandes rios, na beira de grandes riachos, na beira de grandes cachoeiras e açudes e lagos grandes. E aí eu falei para ela: olha, ouvi, desde criancinha, das outras crianças, dos mais jovens, dos mais velhos e dos *tamui* que, para você aprender a nadar, você tem que pegar uma piabinha e engoli-la viva. Tem que correr atrás da piabinha, pegá-la com um pouquinho de água, ela viva, e engolir. Pega a piabinha viva, com um pouquinho de água na mão e engole, mas tem que ser viva, se não você não aprende a nadar. Você tem que pegar ela viva.

E, assim, as crianças guajajara, como outras crianças não indígenas também, passavam o dia inteiro, às vezes, correndo atrás de piabinha, para pegar uma. Piabinha é o filhotezinho do peixe, desse tamanhinho assim, mas tem que estar vivo, tem que ser vivo, entendeu? Só estudando pedagogia, dando palestra no Sesc, que veio o estalo ali: caramba! Não é engolir a piaba viva que me faz nadar. É com o ato de correr atrás da piaba que se adquire o hábito de nadar. Mas aquilo a gente não sabia. A gente não sabia que era aquilo. Só sabíamos o que todos falavam: para você aprender a nadar, você tem que engolir a piaba viva. Não pode ser morta. Tem que ser viva.



E aí, a criança de dois, três anos, por si só, aprende a andar, automaticamente aprende a nadar, porque ele vai correr atrás da piaba, primeiro no rasiño, ali, um palmo de fundura, depois meio metro, depois um metro, depois dois metros, três metros, quatro metros, e vai correndo atrás das piaba. Inconscientemente se adquire o hábito de nadar. Não se aprende. É que nem a fala. Você, quando criança, você não aprende a falar. Você adquire o hábito de falar. É a mesma coisa com o nadar.

E aí, só ali, naquela resposta, eu vim a saber disto: que não é engolir a piaba viva que vai me fazer nadar. É com o ato de correr atrás da piaba que eu, naturalmente, vou adquirir o hábito de nadar. Consequentemente, com o andar é o mesmo. Eu não sabia por que as mães guajajara logo fíncavam umas madeirinha quando o moleque só estava engatinhando.

Ficava uma porção de pau, assim, no chão. Aí eu pensava: aqui não tem galinha, aqui não tem porco, aqui não tem nada. Por que os pauzinho enfiado no chão? Observava aquilo. É o chamado *atahal*. *Iwiratahal* são os paus de andar, porque a criança automaticamente já vinha ali engatinhando e se arrastando, mas uma hora ela ia sentir necessidade, naturalmente, de se agarrar em alguma coisa. Então, aquelas madeira, aqueles pau enfiado, assim, pequeno, depois maiorzinho, chama-se *atahal*, andador. *Ata* é o verbo andar. *Atahal* é o andador.

Hoje, aqui, você vê no grande centro aquelas rodinhas assim, aquele negócio onde o pai coloca o filho e a mãe coloca a filha, lá dentro, e eles vão. Lá, não. Na Lagoa Comprida e em todas as reservas lá, nas aldeias, as mães já enfiavam os paus assim, ó, enfiava assim umas fileirinhas de pau. Eu não sabia o porquê, depois vi que era *atahal*. *Iwiratahal* é o pau andador, é o pau de andar. As crianças iam se segurando, daqui a pouco você ia andando e segurando. Saía andando. Então, só aqui no Rio de Janeiro, contando as minhas próprias histórias, é que eu percebi que eu fazia tudo isso e eu tive que retornar ao Maranhão.

Quando eu fui questionado, num grande encontro na faculdade de geografia e geologia, naquele momento estava discutindo Belo Monte. Era 2008, 2009, por aí. Se discutia Belo Monte, aquela coisa ferrenha. Faz, não faz Belo Monte. Também tinha muitos químicos lá e biólogos. Eram juntos, era faculdade do Fundão, da UFRJ. E aí, quando eles me questionaram como é que vai fazer o Maranhão, agora que é um estado rico, com grandes frutas, muitas frutas, diversidade, bioma, tem todos os biomas, e agora o agronegócio atacando, o agronegócio pesado mesmo, monocultura pesada?

Eu tive que retornar ao Maranhão e dizer para eles: olha, o Maranhão foi repovoado com plantas nativas diversas e eu não sabia que eu era o principal repovoador de tanta diversidade de frutas. Eu tive que dizer: olha, eu retornei ao Maranhão agora e eu contabilizei vinte frutas que na minha infância eu comia e não encontrei mais quando eu retornei agora. Frutas que eu comia, assim, saindo no quintal ou um pouquinho mais longe, assim, bastava subir um pouco, assim, mas eu encontrava pitomba, guabiraba, tuturubá e várias outras frutas.

Citei vinte, assim, e quando eu retornei ao Maranhão não vi mais aquelas frutas. E aí me perguntaram por que não tinha mais aquelas frutas. É porque agora você já vê grandes pastos para boi. A monocultura do eucalipto sugando a água onde havia grandes coquezaís de babaçu e plantação de coisas. Agora, tem a grande monocultura da soja: quilômetros e quilômetros andando só dentro de plantação de soja.

Aí, me perguntaram como era que se repovoava tantas frutas no Maranhão, tanta diversidade. Só aí eu entendi, quando eu retornei lá, que quem repovoava era nós mesmos guajajara. Somos os maiores repovoadores, inconscientemente, de tantas frutas. Porque a gente comia guabiraba e engolia com caroço e tudo e, daqui a pouco, lá na frente, cagava e já saía adubado. Aí, comia pitomba, engolia o caroço e tudo, os criurí, os araçá, também os tuturubás e outras plantas, a gente engolia com o caroço e cagava e já saía adubado.

E quando a gente retornava lá naquele lugar dez anos, cinco anos depois, quatro anos, já estavam lá as frutas de novo. E agora cadê aquelas frutas? Tem que se embrenhar quase o dia todo dentro da reserva para poder encontrar uma daquelas frutas e é muito mais difícil. Então, eu tive que falar isso e relembrar toda a minha ancestralidade. Relembrar como os meus pais, avós e bisavós viviam.

O meu pai, eu não sabia, mas ele foi um educador no SPI, Serviço de Proteção ao Índio, nas décadas de sessenta e setenta. Não tinha nem professor. Tinha um cargo de educador. Meu pai era educador. Eu lembrava que ele levou na época lá do SPI um marcador de cavalo e boi também. Quase não tinha função, porque o guajajara levava os boi para lá, mas comia os bois. Era para tirar leite, né? Mas aí, quando o guajajara estava com fome lá, ele comia os bois. Dali a pouco não tinha mais boi, não tinha carne nenhuma. Mas ele tinha outra função. Além de educador, ele também marcava com ferro para dizer que era do SPI. Estava escrito lá no ferro. Depois, eu vi lá no lixo um daqueles ferros, onde estava escrito SPI, com cabo para botar na fogueira e marcar.

Ele era um educador já, filho do velho Caetano, filho do Cauré. Cauré Imana. Olímpio Cruz escreveu o livro “Cauré Imana, o cacique rebelde”. Depois, agora, em 2001, no dia treze de maio de 2001, um vídeo foi lançado falando da história do Cauré, que foi assassinado no dia treze de maio de 1901, um século, cem anos do assassinato de Cauré. Chama-se o massacre do Alto Alegre. Conta, na história, a minha história. Lá atrás, do meu bisavô, e a história dos pais dele também, consequentemente dos meus tetravós, os pais do *Kaui*, que são avós de Caetano, bisavós de Arão e tetravós do Urutau. Então, essa é minha história ancestral. Muitas histórias, muita coisa falando da ancestralidade. São muitos, a gente vai ficar aqui o dia todo, o mês inteiro, porque hoje eu uso a minha própria história. Porque eu falei: poxa, muitos parentes aí estão estragando as histórias, contando a história de outros parentes... não, não!

Eu não vou estragar a minha própria história, vou contar a minha própria história, que já é o suficiente para escrever livros e livros e fazer filmes e mais filmes.

Eu não preciso estar falando de outros parentes. Só falar de mim mesmo, da minha infância... Hoje, as crianças vem aqui e eu conto a história do Urutau, eu conto a história do *ka'i* e de *moyzuhu*, a grande cobra sucuruí, que ainda hoje tem no Maranhão, na região amazônica. É a temida sucuruí, alguns chamam de anaconda. O filme norte-americano chama de anaconda, mas os não indígenas e os não-tenetehara chamam de sucuruí, sucuri, sucuru, sucuruí e nós, guajajara, *moyzuhu*. *Moy* é cobra. *Hu* é a cobra grande. Agora *moyzuhu* é a cobra imensa, aquela cobra de dez metros, nove metros, doze metros de tamanho.

E aí *Ka'i* teve que se esconder para entrar na canoa, porque tinha grande pesca, mas a pesca era depois da grande curva do rio Mearim, que banhava aquelas reservas, que banha ainda até hoje aquela reserva, mas aí tinha uma grande caverna onde ficava *moyzuhu*. E aí eu conto essa história, como conto a história também do *Kaui* e do Urutau e as crianças, de uma certa forma, ficam com medo. As crianças pequenas ficam com medo, mas o medo faz parte também da infância, né? Faz parte da minha história. E tem a história do *Ka'i*, que é um garoto. *Ka'i* é um macaco, como você viu no livro, mas também tem um garoto, um garoto muito levado. Ele também é *Ka'i*, macaco, porque ele faz tanta travessura e tanta travessura, que ele parece um macaco. *Ka'i*, o macaquinho. E apenas contar minha própria história já era o suficiente para livros e livros e livros e mais livros. E essa história também é da ancestralidade.

Eu vim de uma família grande. Os guajajara são de família grande. Eu vim de uma família de dez irmãos vivos. Minha mãe perdeu seis filhos, teve mais dez, total de dezesseis filhos. Então, desses dez, todos nasceram de parteira. Nunca nós nascemos em hospital. Nós, todos nós, nascemos de parteira.



Nós, todos nós, nascemos de parteira. Todos nós tinha a benzedeira dentro e fora da aldeia, tanto na cidade de Grajaú como na cidade de Barra do Corda e agora no povoado. Era um povoadozinho, o Jenipapo dos Vieiras. Eram as benzedeiras! Hoje eu falo isso nas escolas para estudantes de biologia. No sábado passado, vieram os estudantes de biologia da UERJ. Então, eu falei para eles sobre isso. Também mostrei o pé de jenipapo, que é rico em ferro. Às vezes se pergunta: por que é que se acabou tanto jenipapo? Deixou-se a cultura de comer o jenipapo, com a riqueza de ferro que ele tem? No Maranhão, quando aquela criança estava com aquele barrigão, cheia de lombriga, amarela de tanto comer barro, cheia de lombriga e sem ferro nenhum, toda raquítica, quando a mãe levava

ao médico, o médico dizia: “Ô, mãe! Taca Jenipapo nesse menino aí! Dá leite de mamão para ele, que essas lombriga vão sair todinha!”. Aí saía aqueles bolo de lombriga, a criança cagava aquelas lombrigas todas. O jenipapo é rico em ferro e os pais já sabiam, as mães sabiam. Quando o menino já estava começando a viçar arroz cru, milho cru e barro, comendo barro, já se sabia: está com lombriga. E tacavam leite de mamão nele ou então dava um mamão para ele quase verde, cheio de leite ainda, e saíam as lombriga toda; porque já é do próprio guajajara, o guajajara em si já tem esse conhecimento.

Eu contei até uma história pra professora Tânia, minha minha co-orientadora na Linguística,

quando ela pergunta: “Urutau, você fala tanto de *myrico*, *myrikura*, e você nunca falou a diferença entre *myrico* e *myrikura*”. Aí eu falei, nós estávamos num encontro lá na Faculdade de Letras da UFRJ, lá no Fundão. *Myrico* é minha companheira, ela está aqui, *myrico* está aqui do meu lado. Ela está sempre do meu lado. Então, é minha companheira. É a Potyra. *Potyra her myrico*, Potyra é a minha companheira. Está sempre aqui comigo. Agora, *myrikura* está dentro de mim.

*Myrikura*, que é a lombriga. Então, no consenso guajajara, sempre tem lombriga dentro de mim. Então, já é como se fosse do próprio organismo, porque se come muita fruta do chão, aquela coisa.

E nós não conhecíamos esse tal de cloro, né? Então, *myrico* é a Potyra e *myrikura* já está dentro de mim. Lombriga é *myrikura*. Minhoca é *myrikura* também. Essa é a diferença da *myrico*, que está aqui do meu lado, para *myrikura*, que está dentro de mim. E, para tirar ele dentro de mim, usa-se o próprio alimento. Uma das coisas mais corriqueiras é o leite de mamão, que faz a lombriga sair lá de dentro. Hoje não se vê mais isso, vai-se à farmácia. Nunca mais eu vi o abiu, nunca mais eu vi o sapoti.

Também não tem mais na Zona Norte, Zona Oeste, não tem mais plantação nos quintal, não tem mais jenipapo, não tem mais abiu,

Faixas penduradas na Aldeia Marakana, resultado da pesquisa sobre os grafismos típicos de cada etnia que já esteve lá.





não tem mais pitomba, não tem mais o sapoti que se via na infância. Todos os quintais tinham, agora não tem mais, cadê? A farmácia tira isso e fala para as mães: agora tem que comprar um antibiótico, comprar um negócio na farmácia. Não se receita mais o ferro do jenipapo e de outras frutas.

Então, hoje, a história que eu canto nas universidades, nas escolas é a minha própria história, da minha infância, da minha ancestralidade, dos meus avós, dos meus tetravós, dos meus pais. Então se tornou muito mais fácil do que eu omitir minha própria história, minha própria ancestralidade e daí saiu o livro, saiu o “Cantos e encantos”, saiu “Raízes” e vão sair vários outros agora. Vamos contar nossas histórias.

E eu queria também dizer que o diferencial desse livro é que ele seja bilíngue também. Como saiu o “Minhas artérias, minhas raízes”, faça nesse livro também, porque é bem interessante, é o diferencial. Vários tópicos, que vocês escrevam em *ze’egete*, me pergunte e eu traduzo ali. Quando eu falo *Zane Ku’em*, estou falando bom dia para todos. Escreva isso no livro. Vem aqui, a gente transcreve lá e olha, isso aqui em português é assim, isso aqui Urutau falou, a Potyra falou, que em *ze’egete* é assim.

Esse vai ser o diferencial, porque as pessoas estão habituadas ali só em português. *Karaiw ze’eg* é a língua do português, é a língua do branco, *Karaiw ze’eg*. Mas não estão habituadas a ler em tupi. Então, essa vai ser a grande pegada desse livro, o grande diferencial desse livro. Vamos escrever em tupi, vamos escrever e traduzir tudo português-tupi, tupi-português. *Karaiw ze’eg* - *ze’egete*, *ze’egete* - *Karaiw ze’eg*. Porque chega só de português, chega só de português.

A nossa raiz é exatamente isso, é você escrever na língua também. Nós estamos fazendo uma grande revolução na escrita, que é escrever numa língua que é uma língua natural, uma língua nossa, mas que jamais você vai ver assim numa escrita que se escreveu na UFRJ, por exemplo. O que você lê na UFRJ, você até lê em línguas que foram até mortas já. Eu questioneei na UERJ e na UFRJ.

Aqui vocês têm os professores e pesquisadores até em línguas mortas: latim, sânscrito, nunca nem ouvi falar nessa língua, tem professor estudando sânscrito. Do grego antigo, do grego não sei das quantas, mais outras línguas aí que foram, já se foram, ninguém fala mais, mas tem professor.

Mas não existe uma língua, um curso em língua natural, língua indígena, não existe, isso é a maior discriminação linguística. Essa é a maior discriminação linguística: não ter nas universidades uma matéria, um professor, um estudante de línguas naturais, de línguas indígenas. Não tem.

Então, essa é nossa grande cobrança agora e esse livro vai ser a grande diferença também em começar a escrever na língua e dizer: olha, estamos escrevendo sim, nós estamos começando a fazer essa revolução que é a revolução linguística em uma língua indígena, uma língua natural.

Eu acho que cada vez que eu sou cobrado, e aí o guajajara ele tem essa necessidade de também ser cutucado, é um incentivo pra mim retornar às minhas origem. Não é que o guajajara abandonou. Agora, mais do que nunca, a gente está na reserva. Agora mais do que nunca a gente está tomando conta daquela reserva, sabendo da importância do próprio guajajara tomar conta daquela reserva ali. Não se sabia, naquela época, não sabia. Hoje o agronegócio ataca, mas o guajajara já tem a consciência de que tem que preservar e tem que enfrentar o inimigo que é aquele que vai destruir através da monocultura e através de destruir a terra.

Então quando você pergunta qual a importância de ter vindo e estudado, é procurar entender cada vez mais o passado. Então, aí eu encontrei uma grande frase, eu até às vezes mudo essa frase, que vou te falar pra você colocar nesse livro, que é como eu vou passar pra esse pessoal aí que sempre me cobra, os professores, pra eu não falar muito do passado: Lá vem o Guajajara com esse passado aí, dele. Lá vem o Guajajara com a história lá de trás. Lá vem o Guajajara com a história do genocídio.

**Mas como é que a gente vai entender o futuro se a gente não entende o nosso passado?**

Então eu digo nas universidades: olha, vocês me cobram de eu não falar muito lá no passado, do genocídio, que eu sou muito chato falando do genocídio, falando do passado. Mas para entender e a gente projetar o nosso futuro, inclusive, nós temos que reaver, reviver esse passado. Reescrever, reeditar e recontar esse passado.

Senão nós não conseguimos projetar nosso futuro e nem falar desse presente. E eu falei uma frase que ela ficou imortal. Eu quero que você coloque em rodapé essa frase. Essa frase eu sempre aumento um ponto depois que eu faço esse conto. Ela é uma frase viva, é frase até mesmo que eu já tinha até lido parte dela. Então eu remonto, toda vez eu remonto essa frase, contando mais uma coisinha. Eu disse e digo que:

**o europeu quando invadiu essa parte das Américas que hoje chama-se Brasil, ele pisou duro, duro nessa terra, tanto que os rios cresceram. O mar ficou mais salgado, mas foi com a lágrima dos nossos ancestrais. A lágrima dos nossos povos, a lágrima dos nossos *tamui zary* e a lágrima dos mais velhos. Quebraram nossos troncos, cortaram os nossos galhos, mas não conseguiram arrancar nossas raízes. Até nos enterraram. Nos trucidaram, nos genocidaram. E ao enterrar, não sabiam que nós éramos sementes, nós éramos a própria terra, nós somos sementes e sementes quando você enterra, elas brotam, elas nascem. E essas sementes brotaram e vão continuar brotando nas Mainumis, nas Maíras, nos Uirahus, nas Pirazumas, nas Eloás, nas Alices, nos Yrihus, que são as crianças guajajara brotando aí, e de todos os povos.**

Toda vez que é contado o que eu conto, eu sempre aumento um ponto, sempre é uma frase muito viva, ela nunca é estática. Eu estou sempre aumentando alguma coisa.

A cultura dominante diz que ia nos enterrar pra tentar apagar completamente. O meu desejo é que esses brotos nascem cada vez mais e, mesmo sendo enterrados, trucidados, genocidados e apagados, que não se apaguem, continuem aí nascendo, nascendo, nascendo e brotando cada vez mais. E que venham todos os brotos aí e prossigam e continuem com esse barco, remando esse barco cada vez mais. Continuem essa história, não deixem apagar nunca essa história.

Essa universidade [13] é um grande sonho, possível de ser realizado. Agora mesmo nós estamos na luta de assumir um órgão muito importante que é a Casa do Índio, na Ilha do Governador. A questão atual agora é a luta para assumir esses espaços que nós nunca experimentamos. O Museu do Índio foi fechado, mas através de uma cobrança minha. Foi fechado em 2016 e está fechado até hoje, mas nós vamos reabrir. Apenas eu disse, protocolei no Ministério Público Federal e na Polícia Federal, que aqui precisa de um diretor indígena, nunca teve.

A FUNAI de Brasília, a gente tem pelo menos que experimentar. Os próprios parentes meus falavam que não queremos indígena na FUNAI de lá, porque a gente vai dar porrada pra todo mundo. Isso era 2011, 2012. Depois de quinhentos e doze anos, quinhentos e treze anos, nós temos que, pelo menos, experimentar. Talvez dê certo ou não, mas pelo menos ter o prazer de experimentar um presidente na FUNAI, um diretor nos órgãos indígenas, um diretor no Museu do Índio em Botafogo (a nossa proposta é que seja uma diretoria coletiva composta por mim e mais seis mulheres indígenas), um diretor no museu indígena Goeldi e outro dos Tikuna e os próprios Tikuna lidando com as suas própria questões, não tem, até hoje não tem.



Nenhum diretor, nenhum presidente de um órgão que seria destinado pra nós, um diretor indígena. Agora talvez a gente experimente. Não tinha Ministério, agora tem o Ministério. Então, esse é o grande desejo: de nós assumirmos o nosso próprio espaço.

Notas:

[10] Esta é a transcrição da fala de Urutau Guajajara em um encontro feito na Aldeia Marakana, no dia 21 de março de 2023, pela manhã.

[11] Para os guajajara, Cauré (*Kauire*) é uma espécie de Coruja.

[12] “Cantos e encantos” e “Raízes” (Em nossas artérias, nossas raízes), são nomes dos livros produzidos pela Aldeia Marakana e lançados recentemente em 2023. O primeiro sobre arte e cultura, mostrando alguns cantos em *ze'égete* que são abordados nas oficinas de cantos realizadas na Aldeia Marakana, o segundo com reflexões sobre diversos temas, entre eles, a relação com a terra, ancestralidade, cultura, juventude e medicina tradicional.

[13] A Universidade citada é a Pluriversidade Indígena Aldeia Marakana.



Urutau durante aula do curso de Línguas e Culturas Tupi-Guarani, na aldeia Marakana, em 2022



Urutau fazendo pintura corporal com grafismos que representam o cocar do guerreiro e o trançado da cestaria guajajara







# Meus antepassados

por Claudia Maria Miranda Lima

Aqueles que vieram antes de mim são muitos e múltiplos. Quando falo de múltiplos, tento assim enfatizar que, na história dos meus antepassados, é comum percebermos mais de uma pessoa exercendo o papel de mãe, de pai, de avô. Sempre foi um traço nas relações da família.

A história dos meus antepassados, até onde o meu conhecimento chega hoje, é constituída por brasileiros nascidos e criados no Brasil – originários e viventes do norte e do nordeste do país.

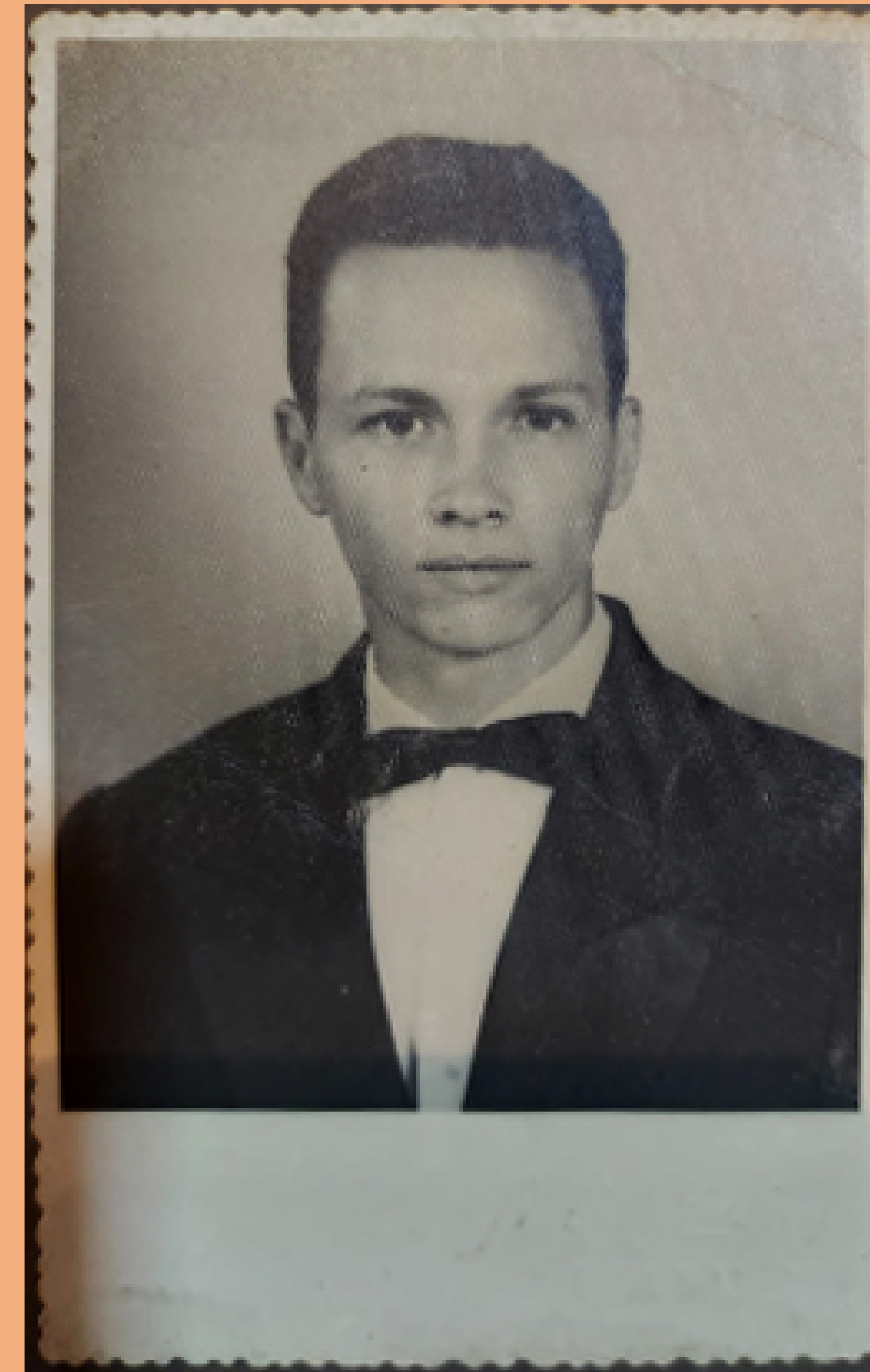
Começo, assim, pelo início mais próximo: meu pai e minha mãe. Minha mãe, Laura Emilia Alves Miranda, nascida e desenvolvida em Belém, Pará, até seus 23 anos, quando casa com meu pai, Eládio Malcher Lima, e passa então a acompanhar a vida itinerante do jovem engenheiro de perfuração profunda que trabalhava na Petrobras.

Voltando à minha mãe, Laura foi a sétima filha dos oito que vingaram entre os 16 gerados. Das memórias e lembranças que trago dela, o que diz respeito à infância e juventude é fruto do que ouvi e da forma como recebi. Da boca direta da minha mãe, das minhas tias, da minha avó e do meu avô aos meus ouvidos e coração. Mamãe, quando criança, era sensível, amedrontada, carente da atenção, em especial da mãe, responsável, obediente, fiel e solidária.

Nasci pouco menos de um mês para ela completar 31 anos. Estive com ela durante 36 anos da minha vida. Nem sempre moramos juntas, desde o momento em que nasci, mas convivemos durante a maior parte desse tempo. E, desse tempo, o que carrego na minha memória e no meu coração, fruto dessa construção amorosa, é uma mulher do Norte com profunda conexão com suas raízes e, ao mesmo tempo, do Mundo, que carregava o vento da liberdade, o cheiro da curiosidade, o ímpeto da coragem e a reação do medo. É um dos meus tipos inesquecíveis.

Já meu pai, quando nasci, tinha 38 anos. Desde então, nosso convívio é menos permanente e cotidiano, baseado em uma troca mais esporádica, mas não menos intensa.

Sobre o meu pai quando criança e adolescente e jovem sei pouco e o que sei também é fruto da oralidade, às vezes narrada por ele e em outras vindas das vozes de meus tios, parte da família da minha mãe, da minha mãe e alguns poucos amigos/irmãos que o acompanharam.



Fotografia acima: Eládio, pai de Claudia

Fotografia à esquerda: Laura (mãe de Claudia) e Claudia

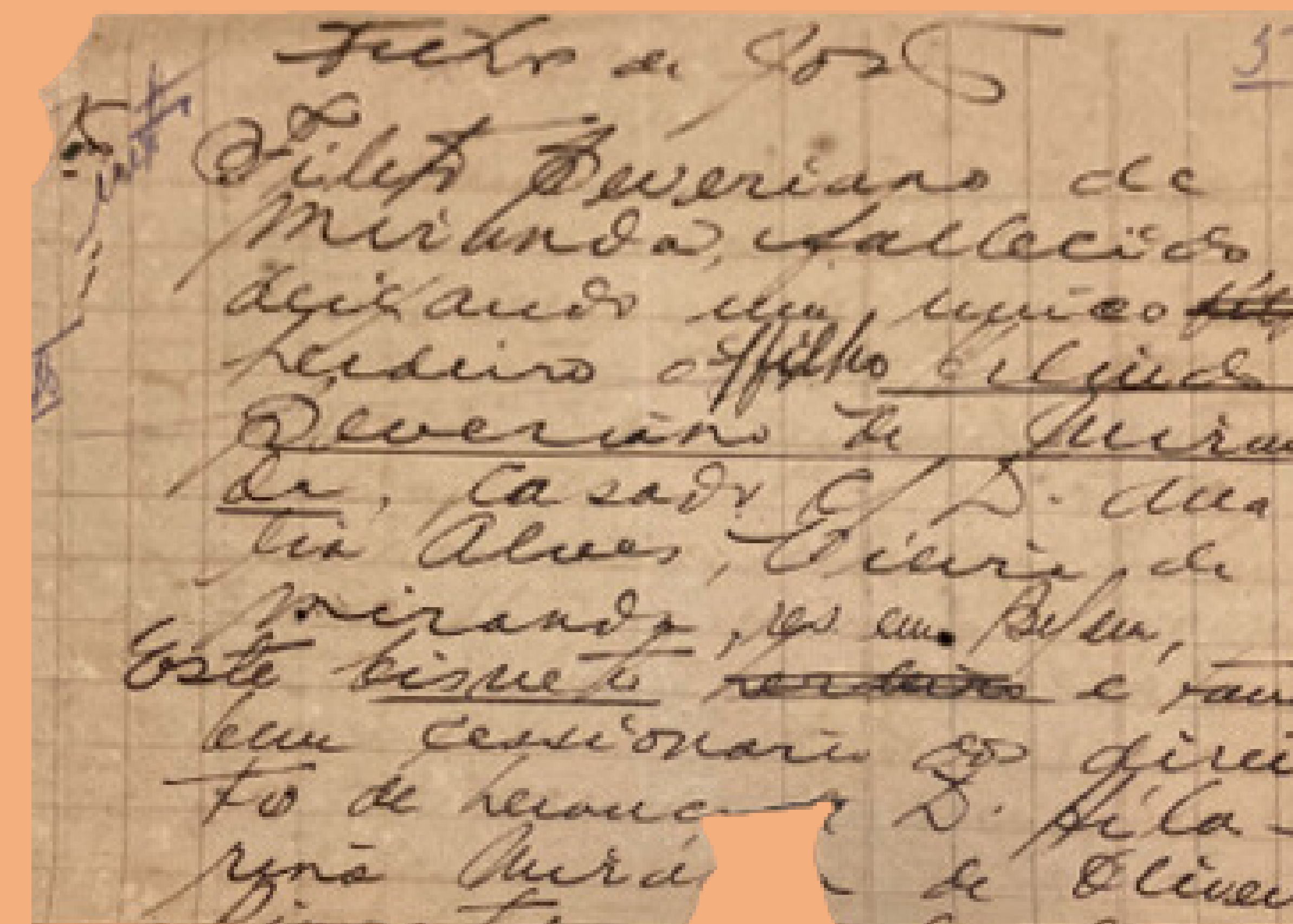
Foi um rapaz curioso, inteligente, fiel, alegre e sorridente, mimado e introspectivo.

Meu pai é filho único biológico. Desde o seu nascimento, sua mãe ficou adoecida e morreu quando ele tinha mais ou menos 1 ano. Seu pai era um naturólogo, desembargador e juiz. Ele foi criado (e me parece que perfilhado) pelos tios Celina e Geomirez, com a presença de sua avó Puí. Seu pai casou-se novamente e, ainda assim, ele seguiu vivendo com os tios e a avó, frequentando a casa da cidade ou o sítio, durante as férias e nos finais de semana.

O meu relato foi construído a partir do que ouvi de um pouco dos personagens que mencionei antes, inclusive meu pai. Sobre ele, sinto ainda como uma criança, em seu estado puro no sentido emocional – o que alegria transborda nele alegria, o que incomoda transborda o incômodo. Para além da criança, é um dos homens com mais legitimidade que eu conheço, defensor de que todos somos igualmente diferentes e de que respeitar essa condição é base para a vida.

Minha madrinha ocupa um lugar de destaque na minha relação de afetividade materna.

Me constituí com a ideia e o sentimento de contar com 2 mães amorosas. Muitas vezes para mim foi confuso, mas sempre no espaço do amor. O nome dela é Anália, para mim é Madinha, e eu diria que esse foi o nome que boa parte da família assumiu como o dela. Além da minha tia Anália, minhas tias, irmãs da minha mãe, e minha tia que é mulher do meu padrinho (irmão mais novo da minha mãe), ocuparam um espaço importante na construção das minhas memórias e dos meus afetos ancestrais. Muito do que passo a relatar a partir de agora conta diretamente com a participação delas no que diz respeito à família da minha mãe.



Acima: Testamento de Fileto doando seus bens para Arlindo (bisavô e avô maternos)



Minha avó Anália era filha de João Alves e Josepha Jorge, nasceu no Acre, como irmã mais velha fruto dessa união. Anália é minha avó materna. Seus pais vieram do Ceará, no êxodo da borracha. De seringueiros, passaram a seringalistas, de posseiros a fazendeiros, proprietários de um seringal às margens do Rio Iaco. Ali passou a infância e, quando foi o momento de estudar, veio morar em Belém, com a família de seu padrinho e tutor a partir desse momento. Era uma menina alegre, engraçada e “levada da breca”. Em Belém, passou sua juventude e maturidade. O seringal dos pais entrou em declínio produtivo e financeiro, o que contribuiu para o cenário.



Tia Edila e Madrinha



Dodó e Eládio (pai de Claudia, ainda bebê)

Para além dessas circunstâncias, foi em Belém que minha avó conheceu o meu avô Arlindo, pai da minha mãe. Filho de Fileto e Ignácia, nascido em Santarém e criado por sua avó Emília e seu avô João. Pouco se tem de referência de seus pais, apesar de viver com os avós paternos. Meu avô foi filho de um homem e uma mulher que jamais se casaram ou viveram juntos. O que parece é que ele era filho da filha da empregada indígena com o filho da patroa branca. Minhas tias contam do amor profundo que ele sentia pela mãe, mas nunca a trouxe para perto. Sobre o pai e avô, pouco falava. Já sobre a avó paterna sempre cultivou uma gratidão e admiração profundas, colocando o nome dela na composição dos nomes de todos os 8 filhos que vingaram – às mulheres acrescentou o nome de Emília como segundo nome próprio e aos homens, Emilio. Pouco sei da sua infância ou adolescência. Quando nasci, meus avós já eram maduros. A história que sei do meu avô é de alguém que se orgulhava de ser caboclo e ter “vencido” na vida. A lembrança que guardo na memória é de um homem charmoso, sedutor, com um profundo sentimento de unidade familiar, extremamente conservador, autoritário, preconceituoso. Dono de um sorriso largo, gargalhada potente e abraço de tamanduá.

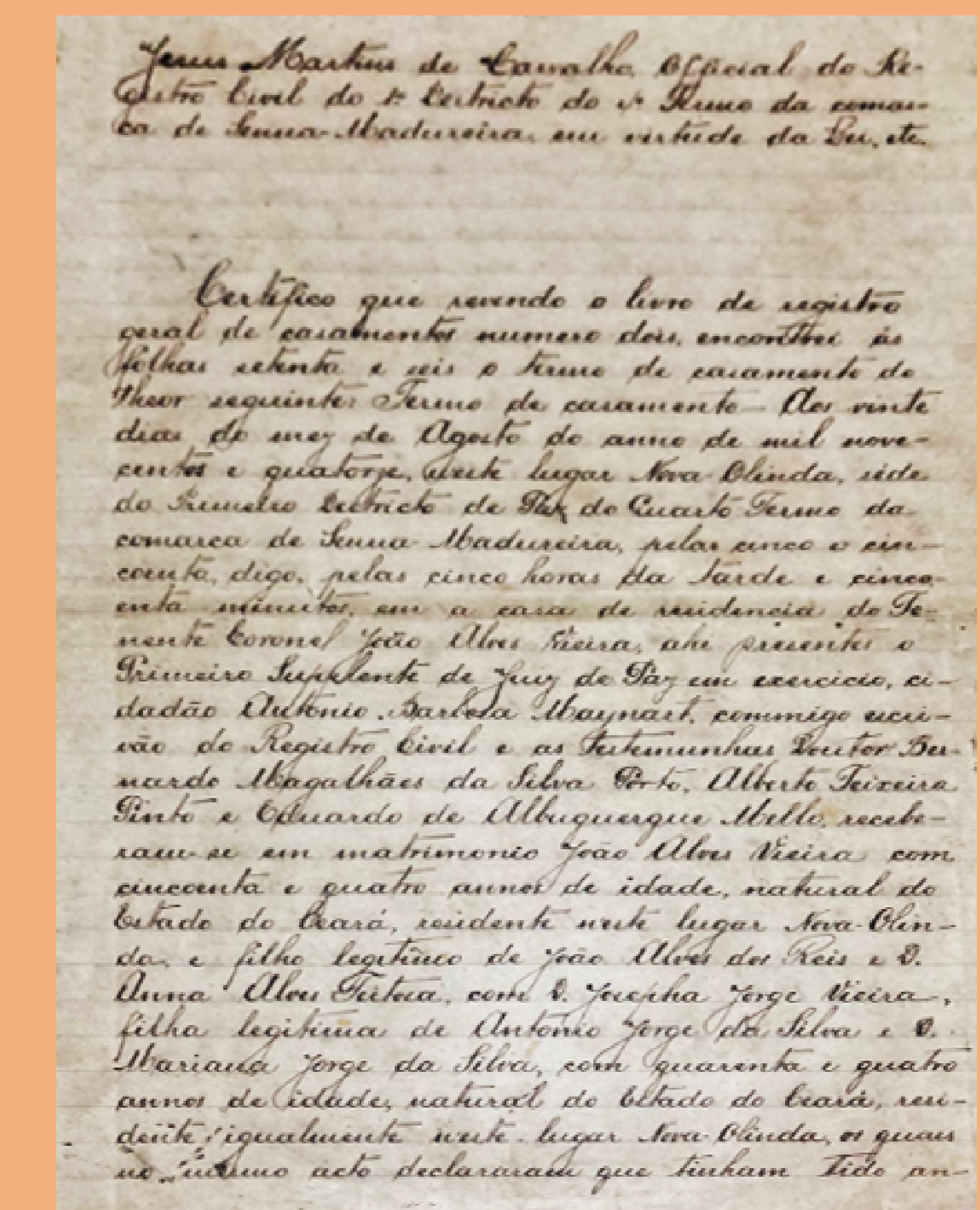
A minha avó Anália é o primeiro de todos os meus tipos inesquecíveis. Guardava uma personalidade forte, resiliente, brincalhona, irreverente, com uma capacidade de viver a vida no tempo em que a vida corria.

Entrando na conexão com meus antepassados paternos, as informações são mais superficiais e distantes. Como disse antes, meu pai era filho único biológico.



Anália e Aline ( avó e tivó materna)

Certidão de Casamento dos bisavós maternos por parte de mãe



Família do pai de Claudia. Vovó Puí (a mais velha, bisavó paterna por parte de pai). Júlio (homem ao lado direito da mais velha, tivó), Celina (mulher ao lado direito do Julio, avó), Eládio (criança agachada, pai). As demais pessoas não foi possível identificar.





Aline, Anália e Laura (tivó caçula, avó, tivó do meio, maternas)



Eladio (pai) e Celina (avó e tivó. A tia criou e perfilhou o pai de Cláudia)



Eladio (o primeiro de todos os Eládios. Homem vestindo terno mais escuro. Bisavô paterno. Reunião social ou trabalho)

Sua mãe, minha avó, chamava-se Maria Malcher. Seus antepassados são os irmãos Malcher do movimento da cabanagem, o que a mim significa mais pra um sentimento de desconfiança do que de orgulho.

Não a conheci, pouco meu pai contou e menos ainda a minha mãe. Já morando no Rio, depois dos 25 anos, tive contato com um irmão da minha avó Mariazinha, o tio Zezinho, que minha mãe encontrou por acaso em Petrópolis. Ele sentia até então uma saudade e um amor profundo por essa irmã. Dizia ele que ela era linda e doce.

Em relação aos meus antepassados por parte do pai do meu pai, tenho um pouco mais de informação. Menos pelo que por ele foi contado a mim, mas um pouco pelo que pude viver e por ele ser pai do meu pai, uma personalidade reconhecida, tanto na área do direito quanto na área da botânica e naturologia (se é que existe essa palavra).

O pai do meu pai chamava-se Eladio da Cruz Lima. Nascido em Belém, era cientista dedicado à fauna amazônica de mamíferos e também desembargador, antes advogado e juiz.

Para além disso, o que sinto sobre ele, muito do que ouvi da minha mãe (que não o conheceu) e do meu pai (que pouco com ele viveu), é que era um homem encantado com a natureza - era um cientista-artista, pois ilustrava e sistematizava as informações pesquisadas de cada animal, e um jurista de notória qualificação.

A minha impressão é que a veia artística seria um talento natural e a veia científica, tanto para o direito quanto para a botânica, vinha de uma herança natural.

Os pais do meu avô, meus bisavós, chamavam-se Eladio de Amorim Lima e Lucinda Ribeiro da Cruz, a vó Puí. Sobre ele sei pouco, somente que nasceu em Recife, era advogado e formou o primeiro conselho da OAB do Pará.

Já a vó Puí foi a única dos meus bisavós que conheci e com quem convivi. Quando era ainda muito criança, ela morava na casa da vovó Cecé (aquela tia do meu pai que o criou).

A imagem da vó Puí é muito presente na minha memória. Morávamos na casa dos meus avós maternos, mas todos os domingos íamos visitá-las. Ela sempre estava com o cabelo arrumado, de roupa branca, os olhos muito azuis, a pele muito branca e uma força vital que me paralisava.

A pequena investigação feita até aqui é apenas o primeiro passo da minha viagem a partir daqueles que fui na minha ancestralidade e daqui sigo. Não agora, mas logo, logo.



Porta retrato com 2 fotos distintas. A primeira à esquerda, em primeiro plano Ignácia ( mãe do avô materno), a mulher em segundo plano é desconhecida. A segunda à direita: Chico, Laura, Josepha (tivô por casamento com tivó e avó materna por parte de mãe), homem que pode ser o último marido ou o filho mais novo dela.



Celina ( avó por parte de pai)



Anália e Arlindo (avós maternos)



Eladio de Amorim Lima ( bisavô paterno)



Essa foi uma das questões mais difíceis de responder, tive dificuldade de acessar informações mais precisas, pois não temos mais nenhum idoso, pelo menos na família da minha mãe, da qual sou mais próxima. Minha família materna é afro-indígena, apesar de não se reconhecerem de nenhuma etnia. Minha vó dizia que eram chamados de "bugres", nome pejorativo dado aos indígenas aqui no RS. Minha avó veio para a capital do RS muito jovem tentar emprego. Anteriormente moravam na fronteira com a Argentina, tendo influência também espanhola. Já a família de meu pai vem do Rio de Janeiro e algumas regiões do Nordeste brasileiro, uma família negra que migrou para o RS também em função de trabalho. Infelizmente não tenho mais informações sobre isso.

Minha bisa era mãe de santo e faleceu com 98 anos, ela "adotou minha avó e seus treze filhos. Minha mãe é a filha mulher mais nova. Eles viviam e alguns vivem até hoje de reciclagem e serviços de limpeza ou obra. Vivíamos todos na mesma rua e o terreiro ficava no entorno. Lembro que sempre brincávamos na rua, meus primos e eu, em frente ao mercado do meu tio, que ficava bem no meio da nossa rua, e vários outros vizinhos que eram como parentes também, uma organização familiar e social bem complexa e cheia de coletividade...

Ariane Fernanda Moreira

Meu pai nasceu em 1919 num distrito de Santarém/Pará, às margens do rio Tapajós, na outrora primeira aldeia Tupinambá do Tapajós, fundada pelos jesuítas em 1737, sob o nome de "Aldeia de Santo Inácio de Loyola", quando pra lá levaram indígenas Tupinambá do Lago Uuicurupá (Rio Tupinambá/Região de Parintins/AM). Então, ali nessa Aldeia, hoje Vila de Boim, nasceram minha trisavó, bisavó, e minha avó, de origem indígena tupinambá. Através de minha avó, e de meu pai, ouvimos a triste história de que tanto minha bisa, como minha trisavó foram obrigadas a viverem com português colonizador (ou pior dizendo, foram "pegas no laço"). Meu bisavô (filho de português com indígena, viúvo, tinha 70 anos quando tirou minha bisa (que tinha apenas 14 anos) de minha trisavó. E minha trisavó fora arrancada da aldeia por um português. Por sua vez, minha avó teve seus filhos com um judeu (meu avô), que não assumiu a paternidade, devido eles não casarem com não-judeus.

Boim sofreu forte imigração de judeus procedentes do Tanger, Marrocos. Meu avô paterno, judeu, nasceu em Marrocos, sua mãe (mina bisa) era do Tanger e seu pai (meu bisavô), era espanhol de Madri. O meu sobrenome "Xavier" (do meu pai) é de origem ibérica, ou seja, da parte do seu avô materno (meu bisavô). Da parte de minha mãe, tenho o sobrenome "Brasil", que é do meu avô materno, natural de Sobral/Ceará, sendo que, quando ele veio para o Pará, casou-se com minha avó materna, nativa do Marajó/Pará (a ilha do Marajó também tem origem indígena). Daí foram morar no Lago Grande (próximo de Santarém) onde minha mãe então nasceu. Quando meu avô (já viúvo de minha avó) foi morar em Boim, minha mãe veio a conhecer o meu pai. Me autoafirmo indígena Tupinambá pela minha ancestralidade paterna.

Socorro Brasil

A história de meus antepassados começa em Portugal. Uma moça de 17 anos é mandada pelos seus pais para o Brasil, para o Rio de Janeiro, trabalhar na casa de amigos que para cá vieram também e estavam estabelecidos. Esta família, cujo sobrenome é Leitão, era de origem humilde e, com um filho homem e uma filha mulher, decidiram permanecer em sua terra com o filho homem.

Um rapaz com seus 19 anos também foi mandado pela família Cunha de Portugal para o Brasil para tentar uma vida melhor, pois era o mais velho de cinco irmãos e já poderia tentar melhores condições em outras terras. Assim, se conheceram Dona Maria e Seu Fernando. Por outro lado, da mesma forma e também pelos mesmos motivos, vieram para o Brasil, para o Rio de Janeiro, Dona Olívia e Seu José. Esses dois casais se conheceram e pela família Cunha aparece em minha história Marli e pela família Dantas Armando. Somos três irmãos, dois homens e uma mulher. Sempre fomos presentes na vida um do outro.

Tenho uma família extensa pois ao todo temos 9 tios e muitos primos. Sempre fomos uma família calorosa, divertida. Temos muitas histórias a contar sobre nós porque sempre nos mantivemos muito próximos. Somente meus avós são portugueses. Todo o restante da família do Rio de Janeiro. Tivemos e temos nossos erros, mas nunca casos de violência extrema, preconceito ou falta de respeito com o outro. Pensamentos e palavras proferidos por pura ignorância. Sinto que nossa história tem um que de muito amor, alegria, respeito e muita religiosidade. Neste quesito professamos o sincretismo, pois somos originários de uma família católica. Mas, em caminhos que a vida nos deu, muitos de nós se tornaram umbandistas. Eita família complexa!!!!

Denise Cunha Dantas

A história dos meus antepassados é muito escassa, tive pouco contato com os meus avós pois quando morava mais próxima deles era muito pequena e tudo que sei foi perguntando para minha mãe, visto que meu pai já é falecido e os demais familiares estão bem espalhados entre o estado do Rio Grande de Sul e Santa Catarina. Minha mãe conta que a minha avó materna era descendente de portugueses, meu avô ao que me lembro era de descendência indígena, apesar de minha mãe negar qualquer descendência dos povos originários, ela tem uma visão do colonizador e desqualifica qualquer vínculo com os povos afropindorâmicos.

Eu tive um contato mais próximo com os familiares paternos e convivi com tios e primos, meus avós evidenciavam descendência africana. Meus avós moravam em ambiente rural e viviam da agricultura do milho, feijão, mandioca entre outros produtos de agricultura familiar. Meu avô paterno praticava o espiritismo, creio que da linha de Allan Kardec, o que levou inclusive a promover um centro espírita no local onde morava, desta forma por muitos anos o espiritismo foi a prática de fé dos meus pais. Lembro de frequentar as sessões em que sentavam em roda, numa casa com chão batido e eram feito os atendimentos espirituais como, aconselhamento, passes e entregue as mensagens recebidas pelos médiuns.



Meu pai trabalhou na agricultura só na juventude, gostava de tocar violão e cantar e desde cedo ele e meu tio, irmão da minha mãe que tocava gaita, tocavam entre amigos e nos bailes da região. Quando viemos para a cidade meu pai trabalhou em frigorífico e na construção civil, se tornando um excelente carpinteiro, tinha habilidade para fazer uma casa do início ao fim. Nessa profissão começamos a se mudar com frequência, ele não gostava de ficar muito tempo no mesmo lugar, fato que contribuiu para ficar mais distante dos demais familiares. Minha mãe trabalhava no canteiro da obra como cozinheira e assim, passei grande parte da minha infância.

Só fiquei morando mais tempo no mesmo local, quando meus pais se separaram, visto que meu pai evidenciava sinais de alcoolismo e negligenciava com os cuidados da família. Na década de 80 viemos morar em Porto Alegre/RS e minha mãe começou a trabalhar no depto de cargas do aeroporto como serviços gerais, meu irmão mais velho começou a trabalhar para ajudar nas despesas da casa e eu, além de estudar cuidava dos afazeres domésticos e dos irmãos menores de idade.

Marlene Teresinha Da Silva

Sou gaúcha da capital de Porto Alegre. Até um certo momento da minha vida acreditava ser descendente de alemães e italianos, que vieram para o Brasil e fundaram o bairro onde cresci. Mas essa era só uma parte da história da qual eu me envergonhei durante anos e não me identificava por ser carregada de racismo e preconceito. Saí de Porto Alegre a treze anos, sem vontade de retornar.

A pouco tempo comecei sentir a necessidade de resgatar minha ancestralidade materna que sofreu um enorme apagamento sendo atrelada as histórias de meu pai.

Minha mãe sempre foi uma pessoa calma e de grande sabedoria, nos levava a igreja aos domingos e escondida da família que nos carregava para terreiros, casas espíritas e benzedoras.

Nos curava com chás, dominava a sabedoria das plantas, protegia a casa contra ventos e tempestades com rezas e simpatias. Adorava mexer na terra e os únicos livros que me lembro de ver lendo era "As plantas que curam". Isso tudo me despertou e desperta grande curiosidade, quem era minha mãe?

Ela faleceu com cinquenta e quatro anos, vítima de um câncer de mama, na época eu tinha dezenove anos e vivia em uma bolha. Não tive tempo de fazer perguntas e nem curiosidade, não sabia o quanto isso com o passar dos anos iria me inquietar. Quando indagada quais eram seus antepassados ela só respondia: sou brasileira.

Daiane Eilert

A única coisa que minha soube responder é que meus avós nasceram no Nordeste, minha vó de Pernambuco e meu avô da Paraíba. Minha mãe nasceu em Pernambuco e veio para o Rio muito pequena, com outros dois irmãos. Aqui no Rio nasceram meus outros 7 tios.

Fernanda Barros dos Santos

A história da minha família é bem complexa, porque todos os lados se misturam. Meu pai é filho de negros e portugueses. Seu Pai, que se chamava Zé Góis, era um homem muito bonito e atraente, por isso teve mais de 07 filhos fora do casamento. Ele era um negro que fazia muito sucesso na região e arrancava suspiros da mulherada. Sua mãe, Maria Afonso, era filha de portugueses, teve também 7 filhos, sendo de 06 pais diferentes. Por ser um filho fora do casamento e o quarto filho de minha avó sem marido, foi dado para a tia, que não tinha filhos para criar. Por tamanha coincidência, seu padastro era primo de minha mãe e a mulher do pai biológico tia de minha mãe.

Minha mãe é filha de indígenas, negros e portugueses. Seu avô, Tonheira era da última família Tupiniquim da Bahia, que se viu sem pai ou mãe aos 09 anos. Casou-se muito cedo com Inês, uma mulher forte que era mais velha e já tinha 03 filhos do casamento anterior. Comeu avô teve 03 filhos. A mãe de minha mãe era a única filha mulher. Minha avó então casou-se cedo com meu avô, Joaquim (que se chamava Cortes, na verdade) e com ele teve 09 filhos. Não sei muito bem a história dos meus avós, tanto materno quanto paterno.

Fernanda Gonçalves

A história da minha família tem haver com história do meu sobrenome. Interior de Minas, minha bisavó, indígena, tem a aldeia incendiada, (alguns contam que ela foi sequestrada, outros dizem que ela foi por conta própria), e vai trabalhar em uma fazenda, e para que tenha documentos acaba recebendo o sobrenome do dono da fazenda. Então, hoje, eu carrego o sobrenome (Ferreira da Silva) de quem muito provavelmente, incendiou, sequestrou e submeteu ao trabalho forçado parte dos meus antepassados.

Kauany Silva

Minha família não teve estruturas muito sólidas, de diversas origens e separados de formas diferentes, tanto parte de pai como parte de mãe. Minha avó paterna mora no interior da Bahia, em alguma cidadezinha do recôncavo baiano, teve 5 filhos e pensando em uma melhor qualidade de vida para eles, os entregou para o pai e sua nova mulher que serviu de mãe até pouco tempo, já que se separou do meu avô. A avó materna veio do interior de Minas, onde trabalhava como doméstica, nunca soube como ela se casou com o meu avô, mas sei que tiveram 3 filhos no Rio de Janeiro e assim que começou as obras de Brasília, vieram para cá pois, meu avô recebeu uma proposta para trabalhar no senado. Não há mais registros, sejam por fotos ou relatos de qualquer outro ancestral que seja do meu conhecimento.

Guerra Tapuio

Meus avós paraenses vieram e trouxeram seus 3 filhos, entre eles a caçula - minha mãe Ione, ainda menina moça-, para o Rio de Janeiro. Não pude saber de onde de fato vêm minhas conexões florestais, que etnias gestaram meus antepassados, minhas antepassadas. Meus avós baianos vieram e trouxeram seus 5 filhos, entre eles o segundo mais velho, meu pai Carlos Augusto, adolescente, para o Rio de Janeiro. Na adolescência, apaixonei-me por Salvador em minha primeira viagem sem estar com meus pais. Atabaques tocavam em meu coração, mas também não pude saber as diásporas que meus antepassados e minhas antepassadas viveram.

Carla Albuquerque



Minha história começou no sertão da Paraíba cidade de Taperoá no ano que minha mãe nasce 1948 sei algumas história filha de um homem que vivia viajando pai negro e mãe descendente de indígenas onde minha vó contava que sua mãe foi trazida no laço do seu avo um estrangeiro uma história grande que muito me falta para contar mas sei que minha mãe foi criada com muita dificuldades ela e seus 6 irmãos , mas acaba vindo para o Rio no ano que nasci meu avo trouxe a família minha mãe vem depois e aqui criamos raízes no Complexo de Favelas do Alemão desde 1967.

Minha arvore genealógica tem uma mistura de branco com negro e índios, alguns com traços fortes negros outros com traços mais indígenas eu tenho muito interesse de descobrir minha arvore genealógica para entender alguns sentimentos que carrego comigo. A força a resistência o dom que as vezes aflora espiritualmente até no comportamento e na vida diária.

Lucia de Fátima Oliveira Cabral

Minha familia materna veio de Carrancas- MG. Minha avó faleceu ,a 13º gestação. Meu avô morava em Volta Redonda durante a semana para trabalhar na Siderurgia Nacional de aço e aos finais de semana ia para Carrancas ver a familia. Todos os filhos do casal foram de gestações seguidas, porém havia um habito entre os moradores da roça de esperarem nascer uma quantidade boa de filhos pra depois irem a cidade registrar os filhos uma unica vez. Então ninguem sabe ao certo a data exata do nascimento de cada filho. Todas as mulheres tem "maria" no nome. Maria do Carmo, Silveria Maria, Maria, Ana Maria e por ai vai... Esse mesmo padrao nao segue nos nomes dos filhos, mas todos tem nomes duplos. Após o falecimento da minha avó materna, meu avô trouxe todos os filhos para morar em volta redonda. No entanto ele deu todos os filhos para serem criados por tios/tias, e ele mesmo ficou apenas com o filho mais velho, pois ele ja era adolescente e poderia trabalhar ajudando no sustento da familia.

Há relatos de quem meu avô era tatareneto de escravos. Mas eu nunca ouvi essa história da boca do meu avô. Ele mesmo não era de falar do passado e após a morte da minha avó, nunca mais ele voltou em Carrancas nem mesmo para ver seus irmãos.

Por parte da minha familia paterna, que era uma familia de mais posses em relação a familia da minha mae, nunca soube de histórias. Não há essa tradição. E é uma pena. Adoraria conhecer minhas origens paternas.

Marcela Silva

Meus pais se conheceram num carnaval. Meu pai estava com seu amigo e minha mãe com uma amiga (minha madrinha). Meu pai a paquerou e os dois ficaram juntos naquele dia e perderam contato. Tempos depois houve uma outra festa na cidade e se reencontraram por acaso. Mais uma vez ficaram e perderam contato. Passado algum tempo, numa festa de largo no bairro da Lapinha eles se vira de novo. Dessa vez, durante a conversa, minha mãe falou onde morava. Eis que tempos depois meu pai apareceu em sua casa e lhe pediu em namoro.

Meus avós maternos se conheceram em decorrência de trabalho. Já meus avós paternos não consegui descobrir (meu pai não sabe dizer e não tenho contato com tios paternos). Infelizmente não consegui saber mais sobre minha origem familiar, mas foi muito bom ouvir de minha mãe a historia de como conheceu meu pai.

Natan Duarte

A família da minha mãe descende de uma comunidade remanescentes de quilombos, onde vivem até hoje, meus avós, meus bisavós nasceram e cresceram nesse quilombo, segundo relatos dos mais velhos a comunidade se formou de pretos velhos fugidos da escravidão e se esconderam nessas matas. Já a família do meu pai, vem de outra descendência, meu pai é Branco e nasceu na cidade , com 12 anos minha mãe saiu da comunidade e foi estudar pra cidade onde conheceu meu pai e se casaram .

Rayane Freitas

Minha família são todos indígena kaiowa parte da minha mãe e também do meu pai,os meus se separaram quando eu era bebê ainda e não cheguei a conhecer os meus avós paterna,mas conheço a família dele....eu nasci na aldeia e cresci na aldeia e agora estou morando na retomada longe das minhas famílias

Rosicléia Almeida

Minha avó materna conta que foi criada por uma tia, pois seus pais haviam falecido no interior do Ceará. Embora a tia dela fosse professora, minha avó teve que aprender a ler sozinha e nunca estudou. Mas sabe ler e somar e subtrair. Quando casou, veio morar em Fortaleza. Minha mãe é a filha mais nova dela. não conheceu meu avó (pai dela). Ele faleceu quando minha mãe ainda era bem pequena. Minha avó, que gosta de ser chamada de Mundica, conta que a vó dela era uma índia. Que teve que ser amarrada para casar. Ela tem algumas falas sobre a vida e a natureza e uma intuição incrível. Hoje com 104 anos, encontra-se lúcida e embora não tenha mais a visão dos olhos, não há quem a engane.

Minha avó paterna já faleceu, um pouco antes foi meu pai, que já não morava com a gente há muitos anos. Meu avó paterno era caseiro de um sítio e minha avó paterna era a doméstica de uma família rica de Fortaleza. Com o falecimento do meu avô, essa familia adotou meu pai. ele foi criado em uma casa com muita riqueza, mas não deixou de ser como um empregado. E teve algumas regalias. Quando eu era criança, todo natal íamos visitar a mãe que o criou. Ganhávamos presentes caros. Mas quando ele se separou de minha mãe perdemos o contato com essa família. Muitos anos depois (há cerca de 20 anos atrás) fomos procurados por uma tia, irmã biológica de meu pai informando que ele estava doente e hospitalizado. Ajudamos como pudemos o tratamento paliativo dele. Estava com câncer em estágio terminal. Ainda conversamos com a nossa avó paterna ainda viva sobre a nossa origem. Ela nos informou que a sua família era de Paracuru, interior do Ceará. Minha avó não tinha o hábito de falar muito, era bem "estranho" as vezes a relação pois não existia convivência. Então também não tivemos muitas informações sobre nossos ancestrais. Mas é uma historia vivida por mulher forte negras/indígenas que criaram as suas crias sozinhas e com muito trabalho.

Silvana Holanda



Meu pai nasceu em 1919 num distrito de Santarém/Pará, às margens do rio Tapajós, na outrora primeira aldeia Tupinambá do Tapajós, fundada pelos jesuítas em 1737, sob o nome de “Aldeia de Santo Inácio de Loyola”, quando pra lá levaram indígenas Tupinambá do Lago Uuicurupá (Rio Tupinambara/Região de Parintins/AM). Então, ali nessa Aldeia, hoje Vila de Boim, nasceram minha trisavó, bisavó, e minha avó, de origem indígena tupinambá. Através de minha avó, e de meu pai, ouvimos a triste história de que tanto minha bisavó, como minha trisavó foram obrigadas a viverem com português colonizador (ou pior dizendo, foram "pegas no laço"). Meu bisavó (filho de português com indígena, viúvo, tinha 70 anos quando tirou minha bisavó (que tinha apenas 14 anos) de minha trisavó. E minha trisavó fora arrancada da aldeia por um português. Por sua vez, minha avó teve seus filhos com um judeu (meu avô), que não assumiu a paternidade, devido eles não casarem com não-judeus.

Boim sofreu forte imigração de judeus procedentes do Tanager, Marrocos. Meu avô paterno, judeu, nasceu em Marrocos, sua mãe (mina bisavó) era do Tanager e seu pai (meu bisavó), era espanhol de Madri. O meu sobrenome "Xavier" (do meu pai) é de origem ibérica, ou seja, da parte do seu avô materno (meu bisavó). Da parte de minha mãe, tenho o sobrenome "Brasil", que é do meu avô materno, natural de Sobral/Ceará, sendo que, quando ele veio para o Pará, casou-se com minha avó materna, nativa do Marajó/Pará (a ilha do Marajó também tem origem indígena). Daí foram morar no Lago Grande (próximo de Santarém) onde minha mãe então nasceu. Quando meu avô (já viúvo de minha avó) foi morar em Boim, minha mãe veio a conhecer o meu pai. Me autoafirmo indígena Tupinambá pela minha ancestralidade paterna.

Socorro Brasil

## NOSSAS ANTEPASSADES

Ei Mãe... as coisas estão esquisitas por aqui.

Sim, aqui dentro mas também lá fora. Algumas certezas viraram dúvidas e a velha colcha de retalhos precisou ser refeita, já não se encaixavam as peças e precisei substituir por outras.

Sabe como é né? Tem alguns tecidos que vão se desfazendo com o tempo e os pontos que os ligavam já não sustentam mais. Entendi que o tempo faz dessas coisas...necessário.

Por aqui anda um corpo cansado, com as dores e prazeres do dia-a-dia, um corpo em busca de respostas, de identidade, de aceitação.

Mãe... por onde ficou sua história?

Quando me sinto perdida nesse emaranhado de desinformações te busco:

nos chás

nas simpatias

nas rezas

nos sonhos.

E te encontro no leite quente com mastruz e canela adoçado com um abraço.

Mãe, falamos tão pouca de ti, achávamos que tínhamos uma vida inteira, só que essa vida inteira foi curta demais.

Na minha ânsia de ser escutada, pouca te ouvi.

No desespero de me encontrar, te perdi.

No querer de cantar minha história, não entendi que a sua se apagava.

Mãe, perdoa ter deixado isso acontecer.

Hoje, sentada com essa colcha de retalhos entendi que somos atrelados, costurados com o fio da vida, que na colcha nos tornamos inteiras, mas nós somos pedaços.

(Carta de Daiane de Oliveira Eilert para a mãe)



# Ligação com a terra e a formação dos territórios



Arte em uma das faixadas externas da construção que abrigou o antigo "Museu do Índio", no bairro Maracanã, hoje parte da Teko Haw Marakana. Esta foi a única construção do complexo que ali existia que restou à investida de retirada dos aldeados em 2013 e construção do estacionamento que serviu à Copa do Mundo que aconteceu no Rio de Janeiro naquele mesmo ano. Depois da retirada, as moradias, as árvores e as plantações deram lugar ao asfalto. Com a retomada, novas casas foram construídas, plantações foram refeitas. Mas o asfalto continua presente como uma memória viva da violência sofrida pelos indígenas da Aldeia. Fotografia de 2022.

por Carlos Pereira

No princípio o mundo não existia. As trevas cobriam tudo. Enquanto não havia nada, apareceu uma mulher por si mesma. Isso aconteceu no meio das trevas. Ela apareceu sustentando-se sobre o seu banco de quartzo branco. Enquanto estava aparecendo, ela cobriu-se com seus enfeites e fez como um quarto. Esse quarto chama-se Uhtãboho taribu, o "Quarto de Quartzo Branco". Ela se chamava Yebá Buró, a "Avó do Mundo" ou, também "Avó da Terra". (...) Enquanto ela estava pensando no seu Quarto de Quartzo Branco, começou a se levantar algo, como se fosse um balão e, em cima dele, apareceu uma espécie de torre. Isso aconteceu com o seu pensamento. O balão, enquanto estava se levantando, envolveu a escuridão, de maneira que esta toda ficou dentro dele. O balão era o mundo. Não havia ainda luz. Só no quarto dela, no Quarto de Quartzo Branco, havia luz. Tendo feito isto, ela chamou o balão Umukowi'i, "Maloca do Universo". (...)

A Avó do Mundo (...) enfeitou a ponta do bastão com penas amarradas, enfeites próprios deste bastão, masculinos e femininos, e esse adorno ficou brilhando de diversas cores: branco, azul, verde, amarelo. Enfeitou-o ainda com um tipo de brincos ou pingentes, de feição masculina e feminina. Ela fez isso no cume da Torre do Mundo. Com esses enfeites, a ponta do bastão ficou brilhando. Aí, transformou-se, assumindo um rosto humano. E deu luz onde havia escuridão até os confins do mundo. Era Abe, o Sol que acabava de ser criado. Assim apareceu o Sol. (...)

Yebá Buró tirou do seio esquerdo sementes de tabaco, grãos minúsculos, e os espalhou em cima dos paris. Depois tirou leite, também do seio esquerdo, que ela derramou por cima dessas esteiras. A semente de tabaco era para formar a terra, e o leite, para adubá-la. (p. 19-25)



Estes são trechos do livro “Antes o mundo não exista: mitologia dos antigos Desana-Kêhripôrà”, de Umusi Pârôkumu e Torâmû Kêhîri, que peço licença para tomar emprestado e utilizar aqui. Acredito que eu escolhi este livro e estes trechos porque eles me inspiram a pensar a terra e a vida como obra de uma grande mãe e me convidam a pensar sobre as coisas a partir de um outro lugar. De certo, quem ler o livro vai encontrar outros encantados que participaram dessa narrativa, como os cinco trovões e o bisneto do mundo, mas eu quis destacar somente os atos da avó do mundo, porque eu acredito que em tudo há a ação do grande ventre.

Quero aqui falar sobre a terra e nossa ligação com ela. A vida precisa de um lugar onde ela aconteça. A gente precisa de chão, de terra, da mesma forma que precisa de ar, de luz, de água, de alimento. Aliás, esse alimento vem da terra. A terra que é onde brota, o ventre de onde a gente nasce e que nos recebe quando a gente morre e nos transforma, de novo, em vida.

A terra, enquanto elemento da natureza, ganha significados diferentes conforme a cultura e a forma, própria dessa cultura, de explicar o mundo, a vida e as coisas. Sobonfu Somé, no livro “O Espírito da Intimidade” nos apresenta a forma como o povo Dagara, de uma região que hoje faz parte de Burkina-Faso, percebe a terra como elemento. Peço licença também a ela para usar um trecho aqui: “ O elemento terra é responsável por nosso sentido de identidade, nosso pé no chão e nossa habilidade de apoiar e nutrir uns aos outros” (p. 23).

Eu gosto de pensar a terra como possibilidade de nutrição, de suporte à vida; como algo bom e sagrado. Mas a cosmopercepção cristã, aquela trazida pelos nossos colonizadores, trata a terra de uma forma diferente. Nego Bispo tem as palavras mais acertadas pra gente entender a relação com a terra a partir dessa percepção cristã. A ele também peço licença para citar este trecho:

*As citações dos trechos das Bulas Papais indicam a necessidade de se recorrer à Bíblia para melhor dialogar com os reais fundamentos da cosmovisão dos colonizadores. Eis, então, um excerto da Bíblia que considero importante para compreendermos a cosmovisão dos colonizadores. Javé deus disse para o homem: "já que você deu ouvidos à sua mulher e comeu da árvore cujo fruto eu lhe tinha proibido comer, maldita seja a terra por sua causa. Enquanto você viver, você dela se alimentará com fadiga. 18 A terra produzirá para você espinhos e ervas daninhas, e você comerá a erva dos campos. 19 Você comerá seu pão com o suor do seu rosto até que volte para terra, pois dela foi tirado, você pó e ao pó voltará". (GÊNESIS 3:17). Por bem dizer, o Deus da Bíblia inventou o trabalho e o fez como um instrumento de castigo. Daí entendemos o caráter escravagista de qualquer sociedade que venha a construir seus valores a partir das igrejas originárias da Bíblia. O Deus da Bíblia, ao expedir e executar essa sentença, condenou o seu povo a penas perpétuas e indefensáveis, portanto, precisamos analisar essa leitura com certo detalhamento. Senão vejamos: ao amaldiçoar a terra e determinar uma relação fatigante entre o seu povo e a terra, classificando os frutos da terra como espinhos e ervas daninhas e impondo aos condenados que não comam de tais frutos, só podendo comer das ervas por eles produzidas no campo com o suor do seu próprio corpo, o Deus da Bíblia, além de desterritorializar o seu povo, também os aterrorizou de tal forma que não será nenhum exagero dizer que nesse momento ele inventou o terror psicológico que vamos chamar aqui de cosmofofia. (p 30 e 31).*





Não é dessa cosmopercepção que quero partir, embora pra nós, habitantes das cidades capitalistas do sul ocidental, imersos nesse modo de pensar judaico-cristão que orientou nossa formação geral enquanto sociedade moderna, possa ser difícil pensar as coisas de outra forma, ou pelo menos ver as coisas a partir de outro ponto de partida. Aqui, terra se compra, e *commodities* são mais valiosas que alimentos. A relação com a terra é mediada pelo dinheiro, e se nutrir da terra pode depender de um esforço penoso. Quero partir sim de outras percepções de mundo, com as quais eu gostaria de me inspirar para refletir sobre nossa relação com a terra, ou pelo menos como ela poderia ser também para nós, aqui nas cidades capitalistas do sul global marcadas pela colonialidade.

Me inspiro, portanto, nas culturas africanas, afrobrasileiras e indígenas, para as quais a terra vive e é sagrada, é divindade, é manifestação de encantaria. Além disso, não é algo que se pode tomar pra si, como uma propriedade: por ser viva é livre, é uma ancestral, que não deve ser comercializada. Nego Bispo nos lembra que:



*Vista de parte da comunidade ribeirinha da foz do rio Mazação Velho, no Amapá, 2023*

*Para essas comunidades contra colonizadoras, a terra era (e continua sendo) de uso comum e o que nela se produzia era utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com as necessidades de cada um, só sendo permitida a acumulação em prol da coletividade para abastecer os períodos de escassez provocados por irregularidades climáticas, guerras ou os longos períodos de festividades (p. 48).*

Gosto de pensar nessas sociedades e no uso coletivo que elas fazem da terra e do que ela produz. Uma solidariedade autêntica em favor da vida coletiva onde, se todos têm acesso à terra e ao que ela produz, não deve haver sem teto, não deve haver quem passe fome.

Podemos dizer, também, que a terra é mãe. Isso quem me ensinou foi Potyra Krykati Guajajara, a quem tenho profundo respeito e admiração e com quem pude conviver nas atividades na Aldeia Marakana, uma aldeia indígena urbana localizada em um território ancestral sagrado para indígenas, mas que se tornou uma das áreas mais valorizadas aqui na cidade do Rio de Janeiro. Dá pra imaginar a pressão pela retirada dos indígenas de lá para exploração capitalista daquele território, que fica ao lado do estádio Maracanã. Potyra me ensina muito. Inclusive, ela escreveu sobre a relação da terra com a mulheridade no livro “Em Nossas Artérias, Nossas Raízes”. Potyra diz que é a terra que nos dá o alimento para a vida. A terra, como a mulher, pare a vida. Por isso, terra e mulher são importantes. Terra é mãe.

Foi observando a terra mãe e os ciclos da vida que as mulheres de um passado bastante remoto desenvolveram as primeiras técnicas de cultivo agrícola. E junto com a agricultura, o cultivo de ervas e plantas medicinais. Gosto de pensar no assentamento, na alimentação e no cuidado em saúde como tecnologias que floresceram e se disseminaram pela inventividade e sagacidade de mulheres e que, graças a elas, foi e tem sido possível nossa existência no planeta.

Por aqui já vamos percebendo a relação entre a mulher e o cultivo da terra. E com uma observação desatenta poderemos ter um entendimento equivocado dessa relação. Por exemplo, nas sociedades Balanta-Brassa, na Guiné Bissau, a semeadura do arroz é feita pelas mulheres, que lançam as sementes no solo e, depois de passados 30 a 40 dias, transplantam as mudas de arroz para os arrozais. Num primeiro momento, podemos pensar essa atividade a partir de uma visão de distribuição sexual do trabalho exploratória da mulher, pois a ela coube o trabalho mais penoso, durante o qual elas podem ficar submersas até a altura da cintura, enterrando uma a uma as mudas no arrozal. Mas se adentrarmos um pouco mais na cosmopercepção desse povo, veremos algo que se repete em várias culturas africanas: o dom de fazer germinar a terra é sagrado e é da mulher, pois só ela é capaz de gestar a vida e pari-la. Nesse sentido, não poderia ser o homem o protagonista deste trabalho de plantio, pois é da mulher, naquela cultura, o domínio do segredo de gerar a vida. O artigo publicado por Diana L. Handem dá mais detalhes sobre o cultivo do arroz e sobre a identidade Balanta-Brassa. Nesse artigo, ela relata a função da terra para aquela cultura e também sua dimensão espiritual:



*“A terra, meio de trabalho inalienável, pertence aos camponeses e às famílias que nela trabalham. Não pode ser vendida nem alugada sob a forma de parceria ou de arrendamento.*

*Aqui a terra é sinônimo de sobrevivência do grupo, consubstanciando a sua identidade relativamente a outros grupos. Ela marca a autoridade interna do seu chefe e o reconhecimento desta autoridade pelo exterior. A terra suscita o reconhecimento da legitimidade do grupo pelos vivos mas também pelos antepassados e pelos Espíritos na medida em que aquele que a adquire e a faz frutificar estabelece um pacto de proteção com essas entidades religiosas” (p. 57 e 58).*

Neste trecho se revela um outro aspecto sobre o qual também gostaria de falar, que é relacionado ao reconhecimento da existência de um grupo na terra, ou seja, a formação de territórios. Diferente dos critérios utilizados hoje em dia para a demarcação das fronteiras, que são rígidas e fixas, estamos falando de sociedades onde suas fronteiras eram fluidas e se relacionavam à extensão da sua influência cultural, conforme explica Márcio Paim, a quem tenho profunda admiração e com quem aprendi muito nos seus cursos.

É na terra que vamos ver a materialização das culturas, no processo dinâmico de viver e produzir paisagens. Muitas vezes chamamos de espaço a porção de terra onde vivemos e produzimos paisagens. Cada cultura vai impregnar no seu espaço a sua identidade e a sua memória e esse processo histórico de formação dos territórios recebe o nome de territorialidade [14].

Mas esse processo de formação dos territórios não é algo tão simples e, estudando os escritos de pessoas como Milton Santos, por exemplo, pude entender que toda relação é mediada pelo exercício de um poder. Se considerarmos que os espaços são resultados das relações humanas vividas ao longo dos tempos e que o poder se manifesta de forma desigual nessas relações, perceberemos que os territórios podem ser vistos como o resultado histórico das disputas de poder inerentes às relações que foram estabelecidas nos espaços. É nesse ponto que gostaria de chegar, especialmente pra pensar nossa realidade de vida nos dias de hoje, em que a cidade se torna o espaço privilegiado para a vida. Estamos formando territorialidades nesse contexto e isso tem muito a ver com nossa relação com a terra e com nosso entendimento de ancestralidade.

A terra na cidade é algo que está sempre em disputa. E nesse processo pode haver conflitos, especialmente quando a cultura que se expressa e se enraíza no território desafia os valores constituintes da nossa sociedade no nosso tempo. Vamos centrar em alguns desses valores: a propriedade privada (da terra, inclusive); a exploração do ambiente, que passa a ser visto como recurso; o distanciamento da terra pelas pessoas, que passam a depender de trocas financeiras pra conseguir alimento; a experiência de cidade mediada pelo poder aquisitivo de cada pessoa (nem todo mundo vive a cidade da mesma forma ou pode degustar do que ela tem de bom na mesma intensidade); o controle dos corpos para fins capitalistas; a competição, o individualismo e a meritocracia; a relação pouco sadia com o tempo e o aceleração da vida, das informações e das relações; a ideia de risco: a vida é o que tá aí e eu assumo os riscos do que pode acontecer (o que está relacionado com a meritocracia: o fracasso passa a ser responsabilidade única minha, e o sucesso fruto único do meu esforço). Eu acredito que todos esses valores estão na base do nosso modo e ritmo de vida nas cidades, especialmente nas cidades grandes.

[14] No texto “Vigilância em saúde nos dias de hoje: alguns desafios a debater sobre integração de práticas e integralidade do cuidado” eu pude falar um pouco mais sobre território e territorialidade. O texto está disponível em: <https://revistapresenca.celsolisboa.edu.br/index.php/numerohum/article/download/407/239>



*Vista de parte da comunidade caiçara que fica na Ilha do Araújo, em Paraty (RJ), 2022*

E quais seriam os territórios que desafiam esses valores? Podemos citar os povos e comunidades tradicionais, como a aldeia indígena, tanto a rural quanto a urbana, ou os quilombos, sejam eles típicos ou culturais, as casas de axé, as comunidades ribeirinhas e caiçaras, dentre outras, e as favelas.

Povos e comunidades tradicionais, como aldeias indígenas, quilombos, comunidades ribeirinhas e caiçaras preservam o sentido da vida coletiva e uso coletivo da terra. Dela se tira o que se necessita para a sobrevivência. Elas mantêm o vínculo com a terra e a possibilidade do acesso coletivo ao alimento. O ambiente não é visto como recurso, mas sim como ancestralidade, sacralidade e unidade. Ideias de acumulação de riquezas não são comuns a essas comunidades.

As casas de axé tensionam nossa relação com o tempo à medida que nos provocam a reconectar com os ciclos naturais da vida, a desacelerar e a considerar a fluidez do axé e do encantamento. O tempo corre mais devagar nesses espaços. Também nos reconectam com a terra, seja pelos rituais, seja pelo manejo da terra para produção de comida e de remédios.

As favelas, espaços de ancestralidade negra e indígena por excelência no nosso tempo, tensionam a regra geral do estabelecimento e da existência por não terem se organizado, na maior parte das vezes, pelos processos reconhecidos no direito e nas diretrizes de estado para estabelecimento nas cidades. É a possibilidade de organização social, política, econômica, ambiental e cultural contra-hegemônica.





Artes em uma das paredes internas do antigo "Museu do Índio". Aldeia Maracana, Rio de Janeiro (RJ), 2022

Muitas vezes combatida, negada, apagada e alvo de uma política que mata e abusa, a favela é por si só a prova de sagacidade do nosso povo em resistir. O corre de cada um só é possível por meio da potencialidade nata que cada pessoa emprega para existir na favela.

Cabe mencionar também as lutas do campesinato, que muito contribui pra pensar vias alternativas de existência e de relação com a terra nesse mundo capitalista, militando pela terra coletiva e pela reforma agrária. Não podemos esquecer do importante papel do MST para a soberania alimentar no país. Poderia dizer, inclusive, que esse modo de vida do campesinato, que floresce como agroecologia, se inspira nas filosofias indígenas do bem viver.

Podem dizer que estou romantizando esses espaços, ou que toda essa reflexão é bonita mas que a vida real não é bem assim. Eu não nego que existem contradições, problemas, incongruências, faltas e ausências que não sei dizer ao certo se são fruto das manobras de contenção desses territórios por tudo que eles representam de afronta ao sistema vigente ou se são fruto de equívocos em processos individuais ou coletivos de decisão nesses territórios, que, de novo, não estão isentos de conflitos. Ainda assim, prefiro pensar nesses espaços como lugares de possibilidade para manutenção, resistência, vivência e aprendizado da ancestralidade negra e indígena, aqui defendida como modo de vida. E não deixa de ser uma contradição eu, pessoa imersa nesse mundo capitalista, sendo indivíduo que compra, consome, deseja e disputa, falar de um modo de vida que não exercito plenamente.

Mas eu sendo quem sou, pessoa preta de periferia, preciso de todo pertencimento possibilitado por esses lugares de resistência pra que eu tenha estabilidade na vida e consiga enfrentar os determinantes sociais que insistem em nos colocar em um lugar pré-definido, muito aquém das

minhas possibilidades e que insistem em apagar identidades como a minha, ainda mais eu sendo homem gay e gordo. Eu ainda preciso desses momentos nesses espaços de resistência pra entender que esse mundo louco não me define como vivente. E seguirei precisando até que, um dia, quem sabe, a gente possa viver sem essas contradições e possa se aldear em plenitude, vivendo a partir de modos mais afetos e afetivos conosco.

Que a terra, a grande mãe, nos ajude a fazer o que precisa ser feito pelo nosso bem viver.

#### Referências

- GUAJAJARA, P.K. In: Em nossas artérias nossas raízes. Rio de Janeiro, Aldeia Maraka'ná; CESAC; I-motirão, 2023.
- HANDEM, D.L. O arroz ou a identidade Balanta-Brassa. Soronda. Revista de Estudos guineenses, Bissau, n. 1, p. 55-67, jul. 1986.
- KĚHÍRI, T.; PĀRŌKUMU, U. Antes o mundo não existia: mitologia dos antigos Desana-Kêhíripōrã. 2. ed. São João Batista do Rio Tiquié: UNIRT; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 1995.
- SANTOS, A. B. Organização, quilombos: modos e significados. Brasília: INCTI, 2015
- SANTOS, M. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, 1999, p. 15-26.
- SOMÉ, S. O Espírito da Intimidade: Ensinamentos Ancestrais Africanos Sobre Maneiras de Se Relacionar. São Paulo: Odysseus, 2018.



Comemoração do Wira'o haw, ou Festa do Moqueado, realizado em outubro de 2022 na Aldeia Maracana (que é uma aldeia pluriétnica urbana).



Sou Ana Célia S. Pereira, mulher negra, quilombola e agricultora filha de agricultores, nascida e criada no campo. Por sempre me questionei o porquê das coisas, e a terra sempre foi minha referência de vida. Tenho a terra como mãe que acolhe, protege e dá a vida. E já do território, espaço de identidade, acolhimento e junção de saberes e vivências, história, memória. Território é um conjunto de famílias que juntas lutam por direitos.

Desde criança tive a terra como meu alicerce, não tive brinquedos, fazia boneco de barro, madeira, capim e milho. Era debaixo das árvores a minha casinha, cresci no meio a tanta beleza, meus amigos imaginários eram as árvores gigantes onde dava nome pra cada uma. Cresci vendo meus pais trabalhar nas roças das fazendas. Não tínhamos terra, até que fomos acolhidos no quilombo do Barroso, eu tinha 9 anos. Tenho muito orgulho e defendo esse território com muita força e gratidão e sempre digo, território é espaço de acolhimento de seus ancestrais, harmonia e luta por direitos, justiça e dignidade.

Meu território quilombola do barroso, um território pequeno com 237 hectares de terra, 35 famílias que sobrevivem da agricultura familiar. Um ambiente verde bem conservado e preservado com reserva ecológica. Temos trilha ecológica e de moto Cross. O território existe a mais de 200 anos, temos um museu que conta e conserva a história e memória do nosso povo, com mais de 200 peças. Hoje temos uma associação ativa atuante e comprometida, temos escola que atende as crianças do quilombo e comunidade vizinha.

Ana Célia S. Pereira

O Complexo do Alemão, popularmente chamado de Morro do Alemão ou simplesmente Alemão, é um bairro que abriga um dos maiores conjuntos de favelas da Zona da Leopoldina, na Zona Norte do município do Rio de Janeiro.

Segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, seu índice de desenvolvimento humano era de 0,711, o 126º e último colocado da cidade do Rio de Janeiro. O Censo de 2010 ainda revela que a população do bairro é de 58.962 habitantes, divididos em 21.048 domicílios, numa área de 21.982 km<sup>2</sup>.

Sua principal comunidade é o Morro do Alemão, embora haja dezenas de comunidades pertencentes ao morro, espalhadas por extensões territoriais enormes. É oficialmente um bairro, mas devido a sua enorme extensão, os limites da área do bairro e das favelas pertencentes aos morros se misturam com outros bairros da Zona Norte da capital, como Ramos, Higienópolis, Olaria, Penha, Inhaúma e Bonsucesso.

O bairro foi erguido sobre a Serra da Misericórdia. Sua formação é vertical, uma formação geológica de morros e nascentes. Restam poucas áreas verdes na região, apesar dos esforços de preservação empreendidos por organizações atualmente.

Na década de 1920, o imigrante polonês Leonard Kaczmarkiewicz adquiriu terras na Serra da Misericórdia, que era, então, uma região rural da Zona da Leopoldina. O proprietário era referido pela população local como "o alemão" e, logo, a área ficou conhecida como "Morro do Alemão". Ainda nos anos 1920, se instalou, na região, o Curtume Carioca e, na sequência, muitas famílias de operários se instalaram nas imediações.

A abertura da Avenida Brasil, em 1946, acabou por transformar a região no principal polo industrial da cidade. A ocupação, no entanto, só começou em 9 de dezembro de 1951, quando Leonard dividiu o terreno para vendê-lo em lotes. O comércio e a indústria cresceram e diversificaram-se, e teve seu boom no primeiro governo de Leonel Brizola.

Ainda há áreas de mata e pontos de nascentes de rios que são usados como fonte de água. Boa parte da serra foi destruída devido às pedreiras, muito comuns a partir da metade do século XX. Hoje em dia, tal empreendimento ainda é autorizado, mesmo a Serra da Misericórdia sendo considerada Área de Proteção Ambiental.

Na interseção entre o Alemão e a Penha, a francesa Lafarge opera uma pedreira com autorização do INEA, por não atingir os lençóis freáticos da região. O bairro foi oficializado em 9 de dezembro de 1993 "em homenagem ao primeiro dia das divisões dos terrenos feito na mesma data, no ano de 1951".

Na Alvorada, está localizada o GRES Paraíso da Alvorada, que representa o Complexo do Alemão no Desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro. O Complexo do Alemão é um dos bairros mais jovens do Rio. Localizado na Zona Norte, na Serra da Misericórdia, subúrbio da Leopoldina, foi criado, em 1993, pela lei nº 2055, que alterou os limites de Olaria, Ramos, Bonsucesso, Inhaúma e Higienópolis. Com uma população de cerca de 180 mil habitantes, o bairro, hoje, é formado pelas comunidades de Nova Brasília, Reservatório, Alvorada, Morro das Palmeiras, Casinhas, Fazendinha, Canitá, Pedra do Sapo, Mineiros, Morro do Adeus, Morro da Baiana, Matinha, Grota (também chamada de Joaquim Queiroz) e Morro do Alemão. Esta última localidade emprestou seu nome ao Complexo, muito embora o personagem que inspirou a alcunha fosse, na verdade, polonês.

Antes da colonização portuguesa, as áreas próximas à região eram habitadas pelos índios Tamoios, que viviam às margens do Rio Timbó – nome dado em função do cipó “timbó”, utilizado para envenenar a água e facilitar a pesca. Muito após o extermínio dos Tamoios, os jesuítas se estabeleceram na região – já no século XVIII –, dando origem à Fazenda de Inhaúma e seus engenhos. Expulsos os jesuítas, em 1760, suas terras foram desmembradas em várias fazendas que deram origem aos atuais bairros de Ramos, Bonsucesso, entre outros.

A ocupação da Serra da Misericórdia ocorreu no início do século XIX, com Francisco José Ferreira Rego. Por ocasião de sua morte, os herdeiros venderam as terras para Joaquim Leandro da Motta. Esse, por sua vez, dividiu sua propriedade em grandes lotes, vendendo um deles para Leonard Kaczmarkiewicz, polonês refugiado da Primeira Guerra Mundial.

O polonês, de nome difícil, logo foi apelidado pelos cariocas de “alemão” e a área que era de sua propriedade passou a ser conhecida como o Morro do Alemão. Ainda nos anos 1920, se instalou, na região, o Curtume Carioca e, na sequência, muitas famílias de operários se instalaram nas imediações. A abertura da Avenida Brasil, em 1946, acabou por transformar a região no principal polo industrial da cidade.

A partir da década de 1940, iniciou-se a ocupação das áreas das atuais comunidades de Nova Brasília e Itararé. Na década de 1950, a ocupação se ampliou e surgiram as comunidades dos Morros do Alemão, da Esperança, dos Mineiros e do Relicário.



Em 1961, foi ocupado o Morro da Baiana e, a partir dos anos de 1970, surgiram a Fazendinha, o Reservatório de Ramos e o Parque Alvorada – Cruzeiro (1982). No final da década de 1980, o conjunto de favelas que ocupam o leste da Serra da Misericórdia e suas adjacências viria a formar a XXIX Região Administrativa Complexo do Alemão. O bairro do Complexo do Alemão compreende toda a região administrativa, ocupando 437.880 m². O ponto culminante dos morros locais está a 138m de altura em área com cobertura florestal. Foi delimitado pela Lei Nº 2055, de 09 de dezembro de 1993, alterando os limites dos Bairros de Olaria, Ramos, Bonsucesso, Inhaúma e Higienópolis.

Apesar da rede de abastecimento de água chegar à maioria das casas, ainda há moradores que se abastecem de poços artesianos e de algumas nascentes de água locais. Embora o Censo 2000 registre que 84% dos domicílios de favela do bairro possuem rede de esgotamento sanitário, podem ser constatadas áreas específicas onde há valas a céu aberto e despejo de esgoto in natura nos corpos hídricos.

O comércio e a indústria cresceram e diversificaram-se, mas a ocupação desordenada dos morros adjacentes, que teve seu boom no primeiro Governo de Leonel Brizola, entre 1983 e 1987 acabou por dar lugar às favelas do Complexo do Alemão. Durante 30 anos as terras eram apenas para uso pessoal e abrigava o Curtume Carioca, mas a ocupação começou em 9 de dezembro de 1951, quando Leonard dividiu o terreno para vendê-lo em lotes. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), o povoamento urbano da Serra da Misericórdia foi iniciado a partir de várias formas de ocupação: de loteamentos informais ao aluguel de terrenos (também chamado de “aluguel de chão”), da ocupação consentida à invasão coletiva.

Os hectares comprados pelo IAPC também foram objeto de ocupações informais. Seus primeiros moradores eram pessoas que tomavam conta das terras do Instituto e que tiveram permissão para construir suas casas nas áreas mais altas. Esses moradores acabaram consentindo que outras famílias se instalassem no local, desde que as moradias fossem erguidas na parte alta do morro, em meio ao capim alto, para que não fossem vistos.

Com o passar do tempo e com a ausência de uma política habitacional que respondesse às necessidades de moradia da população, o próprio IAPC passou a permitir, por meio de cartas informais, que seus funcionários e comerciários construíssem casas nas terras da antiga Fazenda Camarinha. Mas o grande adensamento populacional do Complexo aconteceu nas décadas de 1960 e 1970, quando várias indústrias – como a Nova América, a Marialva Têxtil, a Cica, o Café Capital, a Castrol e muitas outras se estabeleceram nos arredores.

Nesse período, passaram a ocorrer as invasões organizadas e coletivas. Segundo o relato de um morador da comunidade de Nova Brasília, na época da invasão, parecia até uma guerra. De noite ninguém dormia porque só se escutava o barulho do martelo batendo. O pessoal construía seus barracos de noite, pois quando a polícia chegava no outro dia ficava mais difícil de derrubar, porque tinha família dentro, todos se ajudavam, porque ninguém tinha dinheiro.

Com as invasões, surgiram também as primeiras associações de moradores do Complexo. Elas tanto passaram a organizar as ocupações, a fim de deixar áreas livres para os arruamentos, por exemplo, como gerenciar questões relacionadas à infraestrutura. Algumas também começaram a promover a venda de “cavas de terra”, ou seja, de terrenos cavados nas encostas. Apareceu ainda a figura do “faveleiro”, nome dado àquele que se apossava de um lote de terra com o objetivo único de revendê-lo, posteriormente.

Ainda há áreas de mata e pontos de nascentes de rios que são usados como fonte de água. Todavia, logo após a nascente, os rios já se tornam valões de esgoto, devido à falta de rede canalizada. Boa parte da serra foi destruída devido às pedreiras, muito comuns a partir da metade do século XX.

Hoje em dia, tal empreendimento ainda é autorizado, mesmo a Serra da Misericórdia sendo considerada Área de Proteção Ambiental. Na interseção entre o Alemão e a Penha, a francesa Lafarge opera uma pedreira com autorização do INEA, por não atingir os lençóis freáticos da região.

A região sempre foi conhecida como uma das mais violentas da cidade. No ciclo de governos Petistas, foi alvo de um dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento, em parceria entre os governos federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em que foram previstas melhorias viárias, moradia e de infraestrutura em geral, de modo a livrar o bairro e seus arredores do estigma da favelização e da violência. Algumas saíram do papel, como o Teleférico, e outras foram engavetadas.

E existem histórias diversas onde esse complexo foi um grande canalial onde quando ainda criança ainda tinham casarões onde haviam troncos onde negros eram açoitados e o que sobram foram negros que ainda povoaram alguns territórios ainda oriundos da escravidão eu moro aqui há 55 anos nascida em Taperoa Paraíba vindo para cá aos seis meses de idade já ouvi muitas história e ainda ouço dos mais velhos.

Lúcia Cabral

Eu nasci no Tucuruvi, que é um distrito situado na zona norte de São Paulo pertencente à Subprefeitura de Santana-Tucuruvi.

O Bairro Tucuruvi é atendido pela linha 1 do Metrô de São Paulo nas estações Parada Inglesa e Tucuruvi. Destaca-se o Jardim França, bairro nobre localizado em sua extensão.

O nome Tucuruvi tem origem no tupi-guarani e significa gafanhoto verde, inseto que era muito encontrado em fazendas da região. O gafanhoto é a mascote da escola de samba Acadêmicos do Tucuruvi.



Tucuruvi transformou-se em distrito entre 1900 e 1950. O primeiro núcleo de povoamento da região ocorreu em 1903, quando o inglês William Harding comprou terrenos região. A área comprada e arredores formaram o bairro Parada Inglesa.

O sítio Pedregulho pertencia a Bento Ribeiro da Silva que o vendeu a Mariano Antônio Pedro por 128 contos de réis. Esta propriedade passou para Ignácio Joaquim por 158 contos de réis, que a deixou como herança para seu filho Claudino Ignácio Joaquim. Em 1914, começou a nascer um bairro importante do Tucuruvi – a Vila Mazzei, quando Claudino Ignácio Joaquim vendeu o sítio Lavrinhas – ex Pedregulho para o italiano Henrique Mazzei, que teve a grande idéia de fazer uma divisão em loteamentos dos 500 mil metros quadrados em lotes de 10x40 e 10x50, ocupados por pomares e jardins que aproveitavam o declive acentuado dessa região, vendendo-os em pequenas prestações.

Em terreno cedido pelos Mazzei, foi iniciada em 1918, a construção da Igreja Menino Jesus, na atual avenida Mazzei. O distrito manteve aspectos rurais durante muito tempo. O Tramway Cantareira que ligava o centro até a Serra da Cantareira desenvolveu o em torno de suas estações. O mesmo trem era um dos únicos meios de transporte dos seus moradores até a década de 60.

Bitta Bardo

A história do meu território se confunde com a história de minha família. Até 1975/1980 de Barra Velha (aldeia mãe) até Porto Seguro era como se fosse um imenso corredor. Com o passar dos anos foi-se criando os povoados e distritos que hoje existem: Caraíva, Praia do Espelho, Itaporanga, Aldeia Imbiriba, Trancoso e Arraial D’Ajuda. Trancoso, Itaporanga e a Aldeia Imbiriba são meus territórios mais íntimos, embora minha família esteja espalhada por todos os outros lugares.

Trancoso, onde morei a maior parte de minha vida, tem em Portugal a origem de seu nome. Sempre foi terra de mistura entre pretos, indígenas e brancos. Na década de 90 com a alta especulação imobiliária, a cidade começou a ganhar nome e fama. Até os anos 2000 ainda se tinha senso de comunidade e as festas não tinham sido todas gourmetizadas. Atualmente a população pobre foi marginalizada e a cada dia é empurrada com mais força para fora dos limites do que é turístico. O nativo trancosense virou lenda.

Itaporanga e Imbiriba tem suas origens no meu bisavô, Tonheira. Itaporanga, que significa Pedra..., foi dada ao enteado do meu avô, João Lua e este fundou o povoado de Itaporanga com o sonho de alfabetizar o maior número de pessoas. Já aldeia Imbiriba era um pequeno povoado com meia dúzia de casas, só que em 1970 um intenso processo de grilagem, promovido por Moacir de Andrade, cônsul Português, fez com que meu avô Tonheira se visse obrigado a convocar os indígenas da região e juntos oferecerem resistência por meio do aldeamento.

Hoje moro na Comunidade Tonheira, pequena área oriunda das terras de meu avô, atualmente também em processo contra o fazendeiro Moacir de Andrade. or fim, meu território resiste para existir!!!

Fernanda Gonçalves

O território onde moro chama-se Moju ( que significa rio das cobras), que surgiu a partir de um povoado nas terras de Antônio Dornelles de Sousa conhecido como " Sítio de Antônio Dornelles ". Em 1754 o povoado ganhou o status de freguesia. Recebeu status de vila por diversas leis provinciais de 1856( 279), 1864( 441) e 1870(628), tendo sido extinto em 1887 e recriado em 1889.

Conta a estória popular que um dia à tardinha, quando um senhor chamado Antônio Dornelles estava na ponte de sua fazenda avistou algo a brilhar à margem do rio Moju que lhe chamou a atenção e logo, mandou um de seus escravos averiguar qual objeto produzia tal brilho. O escravo retirou então da lama um objeto dourado em forma de pomba, que logo foi identificado como Pomba do Divino Espírito Santo. Antônio Dornelles de posse da pomba do Divino mandou confeccionar uma coroa de prata para colocar na pomba e mandou erguer uma pequena capela, que logo se tornou centro de animação da fé do povo mojuense.

Na visita do Bispo de Belém, Dom Frei Miguel de Bulhões, Dornelles propôs ao Bispo que daria suas terras ao Divino Espírito Santo se ali fosse erguida uma freguesia, proposta que muito agradou o Bispo que, então, ergueu a freguesia em Junho de 1754.

Cássia Silva

O meu território é a Zona Norte do Rio de Janeiro. Nasci e fui criada em Pilares. Bairro que surgiu na época da família real no Brasil, onde no seu largo havia pequenos pilares em volta de uma fonte de água, sendo estes para amarrar os cavalos para beberem água dessa fonte. Também era uma das paradas do caminho real de Santa Cruz, onde hoje é a Avenida Dom Hélder Câmara, antiga Avenida Suburbana. Considero como meu território a Zona Norte, pois de Pilares passei toda minha juventude morando no bairro do Cachambi. Após me casar acabei vindo para Vila Kosmos, lugar aonde resido até hoje, aonde minha filha nasceu, assim como meu companheiro. Desde que conheci o bairro me identifiquei rapidamente.

No início do século XX houve uma enorme valorização do espaço urbano central, o que encareceu aluguéis e diminuiu a oferta de moradias. Dessa forma, populações de baixa renda foram expulsas do centro e empurradas para a periferia da cidade. Surgiram novas linhas de trem, estimulando o deslocamento das populações. Ao longo das ferrovias, principalmente em torno das estações, formaram-se novos núcleos populacionais, como o de Vicente de Carvalho. Aos poucos, ruas secundárias, perpendiculares à Estrada de Ferro Rio d'Ouro (que décadas depois seria utilizada como parte da linha 2 do metrô) foram sendo abertas pelos proprietários de terras ou pequenas companhias loteadoras.

Também, grande parte das famílias ocuparam a região a partir da construção das primeiras casas nos fins da década de 1930. A princípio ia se chamar “Vila Florença” (o nome do empreendimento imobiliário da Cia. Imobiliária Kosmos), mas por causa do nome da construtora (Kosmos Engenharia), ganhou o nome de forma popular. Em 23 de julho de 1981 o que chamava-se na prática passou a ser oficial, deixando também de ser parte do bairro de Vicente de Carvalho e passando a ser um bairro autônomo.

Denise Dantas



Sou nascida e criada no subúrbio de Salvador, popularmente conhecido como Suburbana. O Subúrbio Ferroviário de Salvador tem uma história de ocupação que remonta a antes da fundação oficial da cidade, em 1544, de acordo com os registros do historiador Augusto Fiúza. Na época, a cidade estava dividida em freguesias, e duas se destacavam no subúrbio: Nossa Senhora do Ó de Paripe e São Bartolomeu de Pirajá. Situado às margens da Baía de Todos-os-Santos, o Subúrbio Ferroviário de Salvador abriga uma riqueza de belezas naturais e possui um valor histórico-cultural significativo para a cidade. Compreendendo 22 bairros, todos conectados pela linha ferroviária da extinta Viação Ferroviária Leste Brasileiro (Leste), inaugurada em 1860.

Antes da colonização, o território onde o Subúrbio Ferroviário se encontra atualmente era habitado por indígenas. À medida que os portugueses avançavam em sua tomada de terras, os indígenas foram expulsos e dizimados, e no lugar foram construídas fazendas, engenhos e casas de veraneio. Vilas e lugarejos predominaram na área até a década de 1970, quando foi construída a Avenida Afrânio Peixoto, conhecida como Suburbana. A partir desse período, a ocupação informal pelas classes populares tornou-se predominante.

Hoje, moro em Itapuã, um bairro cujo nome tem origem na língua tupi e significa "pedra que ronca". Os moradores mais antigos relatam que havia uma pedra que, durante a maré vazante, produzia um som característico. Localizado em uma enseada de águas límpidas, Itapuã possui um mar tranquilo e uma orla repleta de coqueiros. No passado, existia uma pequena vila de pescadores que se dedicava à pesca de baleias para a produção de óleo refinado, utilizado na iluminação pública.

Na década de 50, Itapuã era apenas uma colônia de pescadores, situada a cerca de vinte e cinco quilômetros do centro de Salvador. Itapuã fica após o bairro de Piatã e faz divisa com o município de Lauro de Freitas. A parte mais antiga do bairro é onde está localizada a estátua da Sereia de Itapuã, um monumento construído pelo renomado artista plástico Mario Cravo em homenagem aos pescadores e aos elementos que identificam o mar. A estátua está localizada no cruzamento das Avenidas Otavio Mangabeira, Dorival Caymmi e a Rua Aristides Milton.

Em defesa da manifestação cultural de seus moradores, surgiram em Itapuã grupos negros, como o bloco afro Malê Debalê, o grupo As Ganhadeiras de Itapuã e a Festa da Baleia. Além disso, são realizadas apresentações de grupos de capoeira e a prática do candomblé fortalece sua identidade religiosa.

A presença de manifestações das religiões afro-brasileiras é outro ponto forte da região, que abriga nada menos que 101 terreiros de candomblé. A cultura afro-brasileira também se faz presente na culinária, sendo Itapuã um dos principais locais para os amantes de acarajé, um quitute típico de Salvador. De acordo com a Associação Nacional das Baianas de Acarajé, a região de Piatã e Itapuã conta com cerca de 238 tabuleiros de baianas de acarajé, incluindo algumas das mais famosas da cidade, como Cira.

Itapuã é um bairro que carrega consigo uma história rica e uma cultura vibrante, que refletem a diversidade e a identidade do povo baiano. Suas belezas naturais, seu passado histórico e sua efervescência cultural fazem de Itapuã um lugar especial, que encanta tanto moradores quanto visitantes.

Elba Brito

Nasci na Guanabara – nome de origem tupi, que significa seio do mar. Foi um estado que durou de 1960 a 1975, quando houve a junção fluminense. Antes, de 1889 a 1960, foi Distrito Federal. Antes ainda, à invasão portuguesa, cá viviam tamoios (tupinambás) e terminós (maracajás) – ambos embora rivais tinham o mesmo tronco TUPI. Os franceses também se fizeram ocupantes. As disputas entre estes, não me interessa aprofundar. No final do século XIX (1883), tem se notícia da formação da primeira favela, no Morro de Santo Antônio ou Morro da Providência? – refúgio dos soldados que lutaram na guerra de Canudo (onde havia um morro que era repleto de uma planta com nome de favela) e foram lubridados com promessa de pedaços de terra para viver e ao retornarem nada receberam. Vale mencionar, no início do século XX, as revoltas populares em épocas higienistas e eugênicas (que de certa forma se atualizam), a expulsão e demolição de cortiços e a perseguição aos que traziam inscritos em seus corpos a diáspora africana). Mas esta e outras histórias fui conhecendo quando jovem fui transcorrendo as fronteiras do privilégio de ser uma garota criada na zona sul carioca (Ipanema).

Há 38 anos escolhi morar no bairro de Santa Teresa – cuja origem se inscreve na fuga das famílias abastardas da gripe espanhola (1918/1919) para as encostas da cidade na vizinhança da Floresta da Tijuca. Com o passar dos anos, muitos dos soberbos casarões foram abandonados e ocupados por desabrigados, no entanto ainda permanecem mansões, surgindo contingentes expressivos de favelas em crescimento e uma certa onda de convivência nas diversidades para artistas, intelectuais, ativistas de esquerda e outras militâncias irreverentes. Sob o testemunho do bondinho que ainda trafega nas suas ruas.

Carla Albuquerque

Santarém/Pará, cidade onde nasci, é uma das cidades mais antigas da Amazônia e do Brasil, foi fundada no dia 22 de junho de 1661 pelo padre jesuíta português João Felipe Bettendorf, em missões jesuítas na região, nomeando-a de "Aldeia dos Tapajós". Mas, muito antes, em meados de 1542, a expedição do espanhol Francisco de Orellana e Gaspar de Carvajal, desceu o rio Amazonas até o rio Tapajós (antigo rio Ipixuna), e fez os primeiros registros de povoação indígena. Santarém é banhada pelo Rio Tapajós.

Na área urbana de Santarém, assim como também na vila de Alter-do-Chão, sobrevivem os remanescentes do povo indígena Tapajó. Muitos pesquisadores atribuem a esse povo indígena a cultura arqueológica encontrada em Santarém, estimando que tenham vivido nesse território aproximadamente desde o século X, muito antes dos europeus invadirem a região.

Por sua vez, temos também na região a Aldeia de Tupinambarana, ou Santo Inácio de Loyola, originalmente fundada em 1669 no lago Uaicurapá pelo padre jesuíta Antônio da Fonseca, que mudou sua localização em 1737 para o local que ficaria conhecido como Vila de Boim, atual Distrito de Santarém (local onde nasceu meu pai e toda a minha ancestralidade Tupinambá); em 1722, a Aldeia dos Matapuz hoje Pinhel (Município de Itaituba), fundada pelo padre jesuíta José da Gama, que então missionava os indígenas Arapiuns; a Aldeia dos Borary ou Ybyrayb fundada no séc. XVII pelo padre jesuíta Antônio Pereira, em 1738, no local posteriormente conhecido como Vila de Alter-do-Chão; e a Vila Franca, onde antes era aldeia dos Arapiuns e Cumarús.



Sobre os Tapajó: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Animuendaju-1953-tapajo/nimuendaju\\_1953\\_tapajo.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Animuendaju-1953-tapajo/nimuendaju_1953_tapajo.pdf) (Nimuendajú, CURT. 1953)

Socorro Brasil

O meu território é situado no recôncavo baiano, uma cidade “interior”, como é de costume identificar quem não reside na capital baiana. Esse gesto poético leva minhas lembranças para o município de São Felipe, “o meu interior”.

Em sua formação, conta-se que os irmãos Filipe Dias Gato e Tiago, partiram das terras de Maragogipe e ocuparam um sítio nas proximidades do rio Copioba, beirando as margens do rio Pequí, marcando assim a primeira morada em terra fértil e acolhedora. Não tardou para que os irmãos, com nomes de Santos, atraíssem novos moradores para lá.

Em 1681, em torno de um cruzeiro e uma capela, com as bênçãos dos apóstolos São Felipe e São Tiago, receberam os santos como padroeiros da localidade. Foi assim que o pequeno povoado foi batizado de São Felipe das Roças, pela fartura e riqueza nas lavouras de mandioca, fumo, cana-de-açúcar e cereais diversos. Não se contentando, a roça fértil foi atraída pela força do rio Copioba, que nutria suas fontes com muita proximidade. De São Felipe das roças passaram a chamá-lo de São Felipe das Cabeceiras.

São Felipe hoje é uma cidade com em média 23 mil habitantes. Terra de gente simples e abundante de saber ancestral. O que mais gosto é chegar na cidade e me encantar com os varais de roupas pendurados na estrada e as diversas casas de farinha nas entocas das roças. Viva São Felipe! Viva o recôncavo!!

Lidiane Guedes

Vou escrever um pouco sobre o meu território que fica em Município de Aral Moreira MS esse território e uma retomada a muito tempo já morava os parentes aqui, pois foram expulsos pelos fazendeiros por muito tempo lutaram para retomar e não conseguiram, mas em 2011 dia 18 de novembro o cacique Nizio veio com sua família e parentes para retomar a terra que foram tiradas das famílias e infelizmente ele foi pego pelos pistoleiros e mataram ele e sumiram com o corpo dele até hoje ainda não sabemos onde está o corpo dele e desde então permanecemos aqui na retomada aqui agente vive de cultura e alimentação da roça mesmo cada um tem a sua plantação para sobreviver estamos aqui 160 família sempre na luta.

Rosicléia Almeida

Eu e meus parentes fomos criados todos juntos, na mesma rua, meu tio tinha um pequeno armazém/boteco bem no meio, era uma rua de chão batido e casas muito simples. Quando li “Eu sei porque os pássaros cantam na gaiola” da grandiosa Maya Angelou (2018), a cada descrição que a personagem fazia do armazém de sua avó nos campos de algodão do Sul dos EUA me lembravam algumas vivências desse mercado de meu tio. Pois lá, além de

bebidas, “os clientes [também] encontravam alimentos básicos, uma boa variedade de linhas coloridas, ração para porcos, milho para galinhas, óleo para lampiões, lâmpadas para os ricos, cadarços, enfeites de cabelo, balões e sementes de flores. Qualquer coisa que não estivesse visível era só ser encomendada.” (Angelou, 2018, p. 21).

Minha mãe sempre conta que trabalhava lá quando eu nasci, e eu recém nascida cabia nas caixas de frutas forradas com cobertas, e ali passava o dia com ela sobre os sacos com grãos de arroz e feijão, sendo cuidada por todos que passavam os dias ali, até pelas crianças mais novas. Tinha também uma sede de sinuca e acabava sendo uma espécie de centro de convivência dos moradores da região. A rua estava sempre movimentada, principalmente aos finais de semana, não passava muitos carros então podíamos brincar livres lá. Todos se conheciam, então era comum que eu comesse e dormisse em casas diferentes. Todos ali eram de alguma forma minha família.

Meus tios e minhas tias moravam uns ao lado dos outros, tinha até um time de futebol que competia com outros times da Bonja aos domingos no Campo do Panamá. Lá na rua de baixo, tinha um matagal que era usado como lixão e às vezes como casa para pessoas usuárias de drogas ou local de trabalho para as gurias do ponto. E atravessando esse lixão ficava a escola, onde todos estudávamos até o final da oitava série antes de ir para outras escolas ali da região. Tudo isso fica no bairro Bom Jesus, em Porto Alegre. Ainda hoje a rua é igual, e atualmente a Vila Mato Sampaio se tornou Área Especial de Interesse Social I devido a especulação imobiliária. O lixão virou centro de reciclagem e o mato tá cheio de prédios chiques, com pracinha e posto de saúde. Mas sempre tenho a impressão de que lá o tempo não passa, tudo ainda é igual a como me lembro.

Nesse bairro também ficava a casa de santo da minha bisavó e descrições geográficas como essa também encontrei em Torto Arado, e como os personagens do livro de Itamar Vieira Júnior (2018) diziam, apesar das dificuldades “lá nada nos faltava”. Mas como li esses dias em outro livro da Maya Angelou que para as crianças nascidas pouco importa a geografia, até um deserto é considerado normal se lá ela nasceu. Para conhecer melhor sugiro assistir o clipe do artista gaúcho Dona Conceição, da música intitulada “Psicografia popular”, que foi gravada no campo Panamá, ao lado dessa rua onde cresci e onde meus parentes passam todo o domingo assistindo os campeonatos locais de futebol.

Poucas são as diferenças do tempo em que eu era criança, ainda falta luz todo verão, principalmente no Natal e Ano Novo, ainda falta água por dias durante os meses de verão porto alegre, ainda tem todas as faltas que eu nem sabia que eram faltas até conhecer “outros mundos”.

Lá as únicas mudanças que identifico são a falta da presença de minha avó, tios, primos etc que já não vivem nesse plano. Mas novos de nós nasceram e vivem por lá ainda, menos eu e minha mãe que nos mudamos quando eu tinha uns sete anos de idade.



Mas mesmo após nossa mudança sempre retorno pra lá com muito amor, pois a Bonja o “lugar aonde eu me criei, cresci e venci, entre becos e vielas muito eu aprendi com humildade e respeito, somar não subtrair. [...] Que povo abençoado com futuro promissor, é a 470 a escola da vida que me consagrou.” (<https://www.youtube.com/watch?v=VhledlXqQ-M>.)

Na vila as coisas são diferentes, dizem que é perigoso, mas lá me sinto mais segura que no centro, mesmo que de tempos em tempos alguma bala encontre meus amigos e conhecidos. A Vila Mato Sampaio faz parte do bairro Bom Jesus, que é composto pelas vilas Pinto, Fátima e Divinéia.

Segundo Vilarino (1998), atualmente é dada uma única denominação às quatro vilas formadoras do bairro Bom Jesus, chamadas de grande vila Nossa Senhora de Fátima. A região, porém, não era de posse da Prefeitura; pertencia à família Sampaio, herdeira de Barão do Caí – proprietário originário de toda a área que compreende, hoje, o bairro. Esse é o território que nasci e me criei, até que pudesse alçar meus próprios vãos para outros territórios.

Ariane Moreira

Entre todas as tarefas propostas pelo curso, encontrei na realização de escrever sobre o meu Território, o maior desafio. Talvez por ter percebido, desde nova, que meu Território é onde estou e onde construo. Mais recentemente, nos últimos 10 anos mais ou menos, venho adquirindo uma consciência ancestral sobre esse assunto. Me percebo parte dos Territórios de onde nasci, vivi e vivo hoje, como também parte dos Territórios de onde vieram e viveram meus ancestrais, por mais que em alguns jamais tenha estado ou vivido.

Me sinto do Norte e Nordeste do País, em Belém do Pará fui criança, vivi parte da minha adolescência e também parte da juventude adulta.. Em Natal, no Rio Grande do Norte, também vivi parte da minha infância, pré-adolescência e parte da minha juventude adulta. Entre Belém e Natal compartilhei os primeiros 24 anos da minha vida, abrindo um período de permanência em Terras Cariocas por 2 anos e meio entre 18 e 21 anos, mais ou menos. A partir dos 24/25 anos passei a viver no Rio, um sonho desde sempre.

Sobre os Territórios que carrego com a minha ancestralidade são: Acre, Ceará, Pernambuco e Santarém no Pará. Onde nasceram e viveram parte da vida meus avôs e avós, bisavôs e bisavós. Quando incluo aqueles e aquelas que pisaram antes de mim, percebo que é de lá que sou, de lá que venho e de onde carrego aquilo que não é racionalizado ou construído, tudo aquilo que faz parte de mim e do que pertença.

Quando venho pro Rio, entrego à Terra Carioca todo o meu bem diverso e me mimetizo para pertencer. Sou Carioca de Belém e além do samba, da roda de samba e do samba de roda, ganho o Jongo, o Mar e a Montanha.

De certo meu Território também é o Brasil e sim, minha constituição é Brasileira, diversa no colorismo, na culinária, no cheiro, nos povos e idiomas, na fauna e flora, nos saberes e fazeres, nas danças e musicalidade, no que é falado e escrito, na expressão do corpo e na força das nossas crenças, religiosidades e espiritualidades diversas e dialógicas.

Claudia Lima

Moro em Vicente De Carvalho // Vila Penha, localização entre um e outro. Bairros da zona norte do Rio. Não falam muito disso por aqui, não somos uma sociedade oral. Meu pai mora aqui a muitos anos, ele conta que era tudo muito arborizado, rios, já tinha a escola Municipal que permanece até hoje, onde trabalhei como mediadora por um ano. O nome do Bairro vem de um antigo fazendeiro da região. É o máximo de informações comuns que conseguimos extrair do moradores. Antigo lugar de engenhos de açúcar hoje é majoritariamente residencial, um dos bairro mais valorizados da Zona Norte do Rio de Janeiro Capital.

Estefanne Nascimento

A região onde hoje é constituída o município de Cairu era primitivamente habitada pelos índios Aimorés. A penetração no território iniciou-se na primeira metade do século XVI, por Francisco Romeo, administrador da Capitania de São Jorge dos Ilhéus que, encantado com a amenidade do clima e a graciosidade do local, iniciou, aí, uma povoação, enfrentando a ira dos Aimorés. Foi tornada vila em 1608, das mais importantes da Colônia, inclusive sendo sede de ouvidoria da Capitania de Ilhéus. Município criado por Carta Régia, de 1608, desmembrado de Ilhéus, recebendo a denominação de Vila de Nossa Senhora do Rosário do Cairú.

A Sede, formada freguesia com o orago de Nossa Senhora do Rosário, em 1610, foi elevada à categoria de cidade, através Decreto-Lei Estadual de 30 de março de 1938. A geografia peculiar e as belezas naturais tornam o Arquipélago de Cairu possui 26 povoados que formam três grandes ilhas: Cairu, Boipeba e Tinharé. Como acontece em toda parte litorânea do Brasil, os territórios foram dominados por famílias elitizadas que maquiava suas más intensões por meio do assistencialismo, gratidão e inocência dos verdadeiros donos dessas terras. Com o passar do tempo e as gerações mais velhas vindo a falecer, os territórios foram demarcados pelos “herdeiros” e alguns vendidos dando início a especulações imobiliárias que vem realizando transformações ambientais, econômicas e sociais.

Minha comunidade é Garapuá, vila tradicional que recentemente passou pelo processo de reconhecimento como povoado Quilombola, busco nas memórias e relatos dos mais velhos e não encontro legitimidade para esse reconhecimento, contudo, esse certificado vem mantendo acesa a chama da luta que muitas vezes sofre derrotas nos tribunais tendo seus direitos negados, “vendidos”, surrupiados por quem tem recursos e bons advogados.



A políticálha impera no município deixando serviços como saúde e educação nas mãos de pessoas que que não entendem do riscado, mas, como eles mesmo dizem “trabalhamos para eleger nosso candidato”. Uma tristeza!

Ainda sonho em ver Garapuá como era há anos atrás, um devaneio meu, de minhas lembranças, de minhas saudades.

Irá Santos

A Baixa do Fiscal é um pequeno bairro que fica entre os bairros da Calçada, Liberdade e início da região suburbana de Salvador, integrando uma área que já foi alagadiça e depois aterrada.

Até meados do século passado lá funcionava a central de bondes que circulavam na região da cidade baixa da cidade, incluindo a área da tradicional Feira de São Joaquim, local que até hoje abastece Salvador com produtos diversos, incluindo frutos do mar. Toda essa área está próxima da península de Itapigipe e faz parte da Baía de Todos os Santos.

Na Baixa do Fiscal acontece a ‘feira do rolo’, espécie de comércio informal que surge aos domingos e reúne pessoas de toda a cidade (mas principalmente da região) para troca e venda dos mais variados itens. Nela se comercializam desde produtos alimentícios até objetos antigos, bicicletas e bugigangas. Apesar da fiscalização, a origem dos produtos pode ser questionada...

O bairro iniciou sendo uma vila de marinheiros e até hoje algumas casas ainda mantêm em sua fachada os traços arquitetônicos desse período. Seu nome deriva do fato de ter havido ali um ponto de fiscalização da Secretaria da Fazenda, um terminal por onde se saía ou entrava na cidade.

Hoje, a Baixa do Fiscal é rodeada por pequenos e grandes comércios, como redes atacadistas. No entanto, sua população ainda é formada por pessoas de baixa renda e em vulnerabilidade social, sendo mais um local perigoso para se morar na cidade.

#### Referências

<http://wikimapia.org/13620022/pt/Baixa-do-Fiscal> (acesso em 02/06/2022)

<http://nilopecanhavilaemidio.blogspot.com/2016/06/salvador-calcada-nilo-pecanha-vila.html> (acesso em 02/06/2022)

Natan Duarte



**KAE ME**  
**"Lembre-se de mim"**

Símbolo Adinkra



# SOBRE A REVISTA

Esta revista foi idealizada pela primeira turma do curso de extensão "Pedagogia da Ancestralidade", como uma forma de publicar e compartilhar as produções realizadas ao longo do curso.

Essas produções buscavam abordar a ancestralidade a partir de aspectos da vida de cada participante, começando pela história do nome, passando pela história da família e das antepassadas, e chegando na história dos territórios. Além disso, a turma produziu várias artes, algumas delas apresentadas ao longo da revista. Houve mais atividades, mas este primeiro número da revista se concentrou nestas citadas.

Tais atividades ajudaram a pensar a ordem das matérias na revista. Começamos com as artes, que aparecem ao longo da revista: colagens, pinturas, cerâmicas, desenhos, fotografias. Falamos sobre o curso, depois sobre o que é ancestralidade, seguindo pela ordem das atividades do curso.

Os textos foram produzidos pelos extensionistas e pelas convidadas que, ao longo do curso, nos ajudaram a pensar temas e abordagens, participaram dos encontros, ou mesmo serviram de inspiração para o que foi feito, falado e compartilhado.

Com os materiais produzidos pela primeira turma serão produzidos mais dois números desta revista, já não mais focando tanto nas atividades propostas ao longo do curso, mas em outras reflexões sobre ancestralidade.

Esperamos que esta revista seja inspiradora no seu processo particular de construção da sua identidade e pertencimento. Esperamos você na próxima revista!



Helicônias  
por Isis do Carmo  
Pintura em tecido, 2023



# Autories neste primeiro número

Ana Celia Conceição dos Santos Pereira  
Andressa Iza Gonçalves  
Ariane Fernanda Moreira  
Beatriz Matos Teixeira  
Bitta Bardo - Glábia Soraia Andrade Silva  
Carla Albuquerque  
Carlos Alexandre Rodrigues Pereira  
Cássia Silva  
Claudia Maria Miranda Lima  
Daiane de Oliveira Eilert  
Denise Cunha Dantas  
Elba Brito  
Estefanne Nascimento  
Fernanda Barros dos Santos  
Fernanda Gonçalves  
Flávia Natércia da Silva Medeiros  
Guerra Tapuio  
Irá Santos  
Isis do Carmo  
Kauany Silva  
Lealia Marinho de Aguiar  
Leiliana Maria Rodrigues dos Santos  
Lidiane de Fátima Guedes  
Lucia de Fátima Oliveira Cabral  
Marcela Silva  
Maria do Socorro Brasil Xavier  
Marlene Teresinha Da Silva  
Natan Duarte  
Potyra Krykati Guajajara  
Rayane Freitas  
Roberta Tomaz Cendon Gil  
Rosicléia Almeida  
Silvana Holanda  
Urutau Guajajara



# Nossos agradecimentos

A todes que se empenharam para que o curso fosse criado  
e oferecido

A todes que participaram do curso

A Felipe Sousa de Souza por ter contribuído no preparo  
das imagens e por ter criado a identidade visual da  
Coletyva Pyndorama

A Cecília do Espírito Santo Esteves por ter contribuído na  
transcrição das falas e das anotações a mão





Música e Dança  
por Beatriz Matos Teixeira  
Pintura, 2022



# ÍNDICE

# ARTÍSTICO

Ancestralidade e tempo .....	4
<i>Colagem por Carlos Pereira</i>	
Literatura .....	6
<i>Colagem por Leailia Marinho de Aguiar</i>	
Ancestralidade e multiculturalidade .....	9
<i>Colagem por Carlos Pereira</i>	
Sem título .....	12
<i>Xilogravura por Guerra Tapuio</i>	
Potyra na Aldeia Marakana .....	13
<i>Fotografia cedida por Potyra Guajajara</i>	
Grafismo da etnia Xikrin que representa o Jabuti (Kaprã) .....	16
<i>Fotografia retirada e editada por Carlos Pereira, de uma pintura em tecido da etnia Xikrin, autoria desconhecida</i>	
Coral .....	19
<i>Pintura em tecido por Isis do Carmo</i>	
Ancestralidade .....	20
<i>Colagem por Carlos Pereira</i>	
Ubuntu .....	24
<i>Arte produzida por Carlos Pereira a partir de imagem disponível no Canva</i>	
Araras.....	27, 28 e 29
<i>Arte produzida por Roberta Tomaz Cendon Gil</i>	
Arara .....	31
<i>Pintura em madeira por Isis do Carmo</i>	
Natureza .....	32
<i>Pintura em tecido por Isis do Carmo</i>	
Oralidade .....	34
<i>Obra produzida por Roberta Tomaz Cendon Gil</i>	
Coração de cerâmica .....	40
<i>Cerâmica produzida por Guerra Tapuio</i>	
Cigarra .....	41
<i>Cerâmica produzida por Guerra Tapuio</i>	
Minha linhagem .....	42
<i>Colagem por Carlos Pereira</i>	
Urutau na sala de aulas na Pluriversidade [Universidade] Indígena Aldeia Marakana .....	47
<i>Fotografia por Carlos Pereira</i>	
Faixas penduradas na Aldeia Marakana .....	50
<i>Fotografia por Carlos Pereira</i>	
Urutau durante aula do curso de Línguas e Culturas Tupi-Guarani, na aldeia Marakana .....	54
<i>Fotografia por Carlos Pereira</i>	
Urutau fazendo pintura corporal .....	55
<i>Fotografia cedida por Potyra Guajajara</i>	
Galinhas D'Angola .....	57
<i>Pintura em madeira por Isis do Carmo</i>	

Laura (mãe de Claudia) e Claudia .....	58
<i>Fotografia cedida por Claudia Maria Miranda Lima</i>	
Eládio, pai de Claudia .....	59
<i>Fotografia cedida por Claudia Maria Miranda Lima</i>	
Testamento de Fileto doando seus bens para Arlindo (bisavô e avô maternos) .....	59
<i>Fotografia cedida por Claudia Maria Miranda Lima</i>	
Tia Edila e Madrinha .....	60
<i>Fotografia cedida por Claudia Maria Miranda Lima</i>	
Dodó e Eládio (pai de Claudia, ainda bebê) .....	60
<i>Fotografia cedida por Claudia Maria Miranda Lima</i>	
Anália e Aline ( avó e tivó materna) .....	61
<i>Fotografia cedida por Claudia Maria Miranda Lima</i>	
Certidão de Casamento dos bisavós maternos por parte de mãe .....	61
<i>Fotografia cedida por Claudia Maria Miranda Lima</i>	
Família do pai de Claudia .....	61
<i>Fotografia cedida por Claudia Maria Miranda Lima</i>	
Aline, Anália e Laura (tivó caçula, avó, tivó do meio, maternas) .....	62
<i>Fotografia cedida por Claudia Maria Miranda Lima</i>	
Eladio (pai) e Celina (avó e tivó. A tia criou e perfilhou o pai de Claudia) .....	62
<i>Fotografia cedida por Claudia Maria Miranda Lima</i>	
Eladio (o primeiro de todos os Eládios) .....	62
<i>Fotografia cedida por Claudia Maria Miranda Lima</i>	
Celina ( avó por parte de pai) .....	63
<i>Fotografia cedida por Claudia Maria Miranda Lima</i>	
Anália e Arlindo (avós maternos) .....	63
<i>Fotografia cedida por Claudia Maria Miranda Lima</i>	
Porta retrato com 2 fotos distintas .....	63
<i>Fotografia cedida por Claudia Maria Miranda Lima</i>	
Eladio de Amorim Lima ( bisavô paterno) .....	63
<i>Fotografia cedida por Claudia Maria Miranda Lima</i>	
Carta de Dayane de Oliveira Eilert para a mãe .....	71
<i>Carta escrita por Dayane de Oliveira Eilert. Arte para a revista por Carlos Pereira</i>	
Arte em uma das faixadas externas da construção que abrigou o antigo "Museu do Índio" .....	72
<i>Fotografia por Carlos Pereira</i>	
Arte pintada na parede interna da construção que abrigou o antigo "Museu do Índio" .....	75
<i>Fotografia por Carlos Pereira</i>	
Vista de parte da comunidade ribeirinha da foz do rio Mazagão Velho, no Amapá .....	76
<i>Fotografia por Carlos Pereira</i>	
Vista de parte da comunidade caiçara que fica na Ilha do Araújo, em Paraty (RJ) .....	79
<i>Fotografia por Carlos Pereira</i>	
Artes em uma das paredes internas do antigo "Museu do Índio" .....	80
<i>Fotografia por Carlos Pereira</i>	
Comemoração do Wira'o haw, ou Festa do Moqueado, na Aldeia Marakana .....	81
<i>Fotografia por Carlos Pereira</i>	
Kae Me .....	95
<i>Arte editada por Carlos Pereira no Canva</i>	
Helicônias .....	97
<i>Pintura em tecido por Isis do Carmo</i>	
Arte Africana .....	98
<i>Colagem por Rodrigo de Sousa Barreto</i>	
Arte Indígena .....	100
<i>Colagem por Rodrigo de Sousa Barreto</i>	
Música e Dança .....	102
<i>Pintura por Beatriz Matos Teixeira</i>	